

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Marina Bombachini Gonçalves

Qualidade Urbana em assentamentos de
população de baixa renda: O caso do Complexo
Jardim Irene, em Santo André, SP

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Marina Bombachini Gonçalves

Qualidade Urbana em assentamentos de população de
baixa renda: O caso do Complexo Jardim Irene, em
Santo André, SP

*Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade São Judas Tadeu para obtenção do título
de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.*

Orientador: Professor Doutor Paulo de Assunção

São Paulo

2009

Gonçalves, Marina Bombachini

Qualidade urbana em assentamentos de população de baixa renda: o caso do Complexo Jardim Irene em Santo André, SP / Marina Bombachini Gonçalves. - São Paulo, 2009.

188 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Paulo de Assunção

Dissertação (mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2009.

1. Planejamento urbano – Santo André (SP) 2. Geografia humana 3. Assentamentos humanos I. Assunção, Paulo de II. Universidade São Judas Tadeu. Programa de Pós-Graduação

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo de Assunção pela orientação deste trabalho e à professora Marta Bogea pela motivação para a sua conclusão.

Ao professor José Ronal Moura de Santa Inês pelo carinho e encorajamento para a realização desta pesquisa.

À professora Saide Kahtouni pela motivação para que ingressasse nessa jornada.

Aos professores Kátia Teixeira, pelas sábias provocações, Ana Paula pelas ricas contribuições e Luís Octavio da Silva.

Ao Cosmai, e aos meus pais, Sonia e Lula, pelo companheirismo e apoio que me proporcionaram para a realização deste trabalho.

À Cíntia Cosmai, ao Richard Meckien e aos meus tios Sergio Bombachini e Selma Bombachini pela ajuda.

Ficha catalográfica: Elizabeth L. de Almeida Ribeiro - CRB 8/6878

Aos colegas de turma, em especial à Midori, pelo carinho demonstrado.

À Agencia de Fomento e Pesquisa CAPES pela bolsa de estudos concedida.

À Universidade São Judas Tadeu.

RESUMO

A discussão visa a traçar um panorama sobre a problematização que envolve as questões da qualidade adotando como foco a questão urbana, uma vez que este aspecto é pertinente à área de atuação do arquiteto. Para tanto foram reunidos alguns dos conceitos já desenvolvidos no meio acadêmico. Os apontamentos, referentes à qualidade de vida urbana e qualidade ambiental urbana, estudados, demonstram quão indissociáveis estão os aspectos que os caracterizam. Uma vez que os termos estão inter-relacionados e a definição conceitual destes permanece em constante evolução, optou-se por compreender a qualidade ambiental urbana como sendo componente da qualidade de vida, e as questões da qualidade urbana àquelas relativas ao campo de atuação do arquiteto, ou seja, às que se referem ao espaço. Desta forma, a pesquisa visa a definir indicadores de qualidade urbana, tanto no campo da literatura técnica, quanto da legislação e demais instrumentos pertinentes à regulação e regulamentação das cidades brasileiras mesmo que o termo não seja inscrito desta maneira, tendo como estudo de caso o Complexo Jardim Irene, situado no município de Santo André, SP, levando em consideração o desenvolvimento da Região ABC, e os reflexos da evolução econômica da região, da qual o município faz parte.

ABSTRACT

The discussion aims to draw a picture of the problematic issues involving quality by adopting a focus on urban issues, once that this aspect is relevant to the responsibility of the architect. Therefore, some of the concepts already developed in academy have been gathered. The notes referring to the studied quality of urban life and urban environmental quality show how inseparable the aspects that characterize them are. Since the terms are inter-related and the conceptual definition of them remains in constant evolution, it has been chosen to understand the urban environmental quality as a component of life quality, and issues of urban quality as those related to the responsibility of the architect i.e., those related to space. Thus, the research aims to develop indicators of urban quality, both in the technical literature and in the legislation and other instruments relevant to the regulation of Brazilian cities, even if the term is not entered the same way. The case study has been Jardim Irene Complex, located in Santo André, SP, taking into account the development of the ABC region, to which Santo André belongs, and the effects of the region's economic development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CONCEITOS E DISCURSO TEÓRICO	8
1.1 DISCUTINDO A QUALIDADE	8
1.1.1 Qualidade de vida urbana	9
1.1.2 Qualidade ambiental urbana	17
1.1.3 Qualidade urbana	29
1.1.4 Políticas públicas para a Qualidade Urbana	30
1.2 A QUESTÃO METROPOLITANA E O JARDIM IRENE	40
1.2.1 A questão metropolitana e os assentamentos de população de baixa renda	48
1.2.2 A situação de baixa renda e desigualdade social	48
1.2.3 Reflexos da evolução econômica sobre a Região ABC	50
1.2.4 A população e o lugar: relação e interação	60
2 ESTUDO DE CASO: O COMPLEXO JARDIM IRENE	62
2.1 REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E MAPOGRÁFICAS	63
2.1.1 Processo histórico de ocupação e desenvolvimento urbano do Complexo Jardim Irene	63

2.1.2	Caracterização sócio-econômica do Complexo Jardim Irene	65
2.1.3	Caracterização e levantamento do meio físico e estruturas físico-ambientais	80
2.2	DISCUTINDO A QUALIDADE URBANA NO JARDIM IRENE	162
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
	BIBLIOGRAFIA	168
	ÍNDICE DE SIGLAS	173
	ÍNDICE DE QUADROS	175
	ÍNDICE DE FIGURAS	177
	ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	188

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo propiciar a discussão já iniciada no meio acadêmico, em relação à Qualidade Urbana, para o desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para a melhoria das condições objetivas de vida das pessoas.

Pretende-se propiciar, por meio da reflexão acerca de alguns destes aspectos, a políticas públicas e as relações com a população, de maneira a impulsionar a auto-gestão do lugar através da participação popular nos processos decisórios. Espera-se, principalmente, dar subsídios à inclusão social.

Esta pesquisa foi realizada por meio de consulta bibliográfica, com a finalidade de reunir conceitos referentes à qualidade urbana, úteis para o objetivo estabelecido, particularmente em torno das idéias de qualidade e desenvolvimento. A partir dos conceitos reunidos, foram definidos os indicadores que revelam a qualidade de vida e a qualidade ambiental, a fim de estabelecer indicadores de natureza quantitativa e qualitativa para a qualidade urbana.

Mediante ao estudo dos instrumentos normativos recentes, referente às políticas públicas urbanas do município de Santo André, SP, bem como a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e os instrumentos dele decorrentes, como o Plano Diretor Municipal, foram identificados os dispositivos e o discurso concernente à qualidade urbana.

A pesquisa bibliográfica conduzirá o estudo de caso no Complexo Jardim Irene, no município de Santo André, SP, com o objetivo de identificar indicadores de qualidade urbana.

Foram definidos, por meio do cruzamento dos conceitos levantados na pesquisa bibliográfica acerca da qualidade de vida e da qualidade ambiental, os conceitos de qualidade urbana. Estes conceitos são definidos a partir do agrupamento daqueles que se referem ao espaço urbano, constituindo-se como indicadores de natureza qualitativa.

1 CONCEITOS E DISCURSO TEÓRICO

1.1 DISCUTINDO A QUALIDADE

A qualidade pode ser abordada por diversos aspectos. Muitas áreas de conhecimento permeiam a discussão da qualidade, seja ela de vida, ambiental ou urbana. O fato é que todos os termos estão inter-relacionados e a definição conceitual destes permanece em constante evolução.

Este capítulo visa a traçar um panorama sobre a problematização que envolve o tema da qualidade, reunindo alguns dos conceitos já desenvolvidos, porém adotando como foco a questão urbana, uma vez que este aspecto é pertinente à área de atuação do arquiteto.

1.1.1 Qualidade de vida urbana

Pode-se considerar que a qualidade de vida é a mais abrangente, pois engloba além das questões de saúde, educação, longevidade e renda, os reflexos da qualidade ambiental, seja ela no espaço urbano ou não.

O termo “qualidade de vida” tem se tornado um discurso fácil e recorrente, tanto no meio acadêmico como na mídia de massa. De fato, esse termo carrega valores do senso comum, porém a utilização do termo, desta maneira, não é suficiente para o objetivo deste trabalho, que busca discutir conceitos capazes de subsidiar políticas públicas que contribuam para a melhoria das condições objetivas de vida das pessoas.

O tema da qualidade de vida em áreas urbanas tem recebido crescente enfoque científico, em escala global. Embora não haja um consenso e um padrão para a sua mensuração.

Autores como Maria Inês Pedroso Nahas e Antônio José Lamarão Corrêa afirmam que a preocupação com a qualidade de vida assumiu maior importância no debate político e científico a partir da década de 1960, preocupação muito relacionada ao crescimento rápido e desordenado das cidades, num período de transformação do modo de produção. Este período corresponde, à época em que a Região ABC¹, que compreende a área que será estudada mais adiante, crescia e configurava-se como pólo industrial, em escala nacional e geradora de riqueza.

Porém, a discussão a ser apontada aqui é justamente a disparidade entre a riqueza gerada pelo desenvolvimento econômico da região e as condições de vida de grande parte da população. A esse respeito é que se indaga o que de fato caracteriza a qualidade de vida.

¹ A Região ABC é compreendida pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, localizados na Região Metropolitana de São Paulo, a sudeste da capital paulista. No próximo capítulo serão abordadas, com maior detalhamento, questões sobre sua caracterização.

Neste sentido Maria Inês Pedroso Nahas constata que:

A despeito do imenso progresso e avanço tecnológico alcançado pela humanidade nos últimos cem anos, o modelo de desenvolvimento adotado gerou também ampliação da desigualdade na distribuição de bens e serviços e nas condições de vida da população, além de profunda degradação ambiental. Mais do que isto, as gigantescas concentrações urbanas, os níveis alarmantes de poluição e a degradação sócio-ambiental suscitam dúvidas acerca da real possibilidade de sobrevivência da espécie humana como tal e das outras formas de vida no planeta. (NAHAS, 2004)

Este quadro provocou também a discussão de valores éticos, podendo até encaminhar para uma discussão a respeito do que seria o real desenvolvimento da humanidade. Uma vez que o modelo de desenvolvimento adotado não foi capaz de gerar melhor qualidade de vida, ao contrário disso, não conseguiu erradicar a ignorância, a violência e a pobreza, agravando assim as condições sociais e ambientais, situações notáveis nas condições de disparidade sócio-espaciais, especialmente nas grandes cidades.

O desenvolvimento não deve ser abordado apenas como crescimento ou desenvolvimento econômico. Neste sentido Marcelo Lopes Souza (1998, p. 8-9) afirma:

Nada mais comum que ouvir alusões ao “desenvolvimento urbano” a propósito do crescimento de uma cidade ou da modernização do espaço urbano. Fenômenos como a verticalização, expansão horizontal do tecido urbano, realização de obras viárias, etc., são, muito frequentemente, tomados no âmbito do senso comum, como “desenvolvimento urbano”. Concomitantemente, contudo avolumam-se as queixas e cresce a consciência de que muitos desses fenômenos, não raro, associam-se a coisas indesejáveis como grandes impactos negativos sobre o meio ambiente, destruição do

patrimônio histórico-arquitetônico, e perda da qualidade de vida para alguns ou muitos, com os benefícios diluindo-se excessivamente ou mesmo amiúde francamente minoritária, possa beneficiar-se diretamente.

Para essa discussão o mais recorrente sempre foi a utilização de dados numéricos, de quantificação de recursos financeiros e econômicos, etc.

O conceito de qualidade de vida sempre esteve ligado, principalmente, ao desenvolvimento humano. Este pode ser medido de maneira padronizada através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), índice desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq. O IDH é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, expectativa média de vida, natalidade e outros fatores. Ou seja, uma maneira uniformizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, que vem sendo usada desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual. Todo ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas.

A autora Heliana Comim Vargas salienta:

Na verdade, o homem tem necessidades e desejos. Os desejos tornam-se necessidades a partir do momento em que se vislumbra a possibilidade de satisfazê-los. Os desejos também dependem do repertório individual. Só se deseja o que se conhece, ou sabe que existe. (VARGAS, 1999, p. 08)

Tal afirmação leva a considerar que, a qualidade de vida não pode ser encarada somente a partir de dados numéricos. A discussão deve imprimir também valores de cunho sensoriais e emocionais.

Deste modo, tendo o homem como ponto central da discussão, os valores éticos a serem abordados partem principalmente da desigualdade entre eles, traduzida pela diferença na distribuição de recursos e benefícios e na falta de acesso de todos às necessidades básicas fundamentais.

Para a mesma autora estas novas dimensões conceituais, considerando uma ética na distribuição de recursos e acesso, procederam de experiências de mensuração da qualidade de vida através de indicadores sociais, ou seja, indicadores que avaliassem as condições de vida, assumindo como referência a distribuição de bens e recursos materiais, que atendessem às necessidades básicas da população e não apenas a renda e/ou o desempenho econômico daquela sociedade. A autora ainda aponta que, estes tais indicadores, tendo seguido uma lógica semelhante à dos indicadores econômicos, mantiveram-se distantes das aspirações e objetivos das pessoas. Portanto, foram desenvolvidas iniciativas para avaliar também aspectos psicológicos da qualidade de vida, como satisfação/insatisfação; felicidade/infelicidade, bem como a percepção da população acerca das condições objetivas de vida.

Maria Inês Pedroso Nahas ressalta ainda a vinculação da qualidade de vida ao conceito de qualidade ambiental, a partir de um momento histórico onde as questões ecológicas passam a assumir maior importância.

De acordo com a autora, a inclusão da qualidade ambiental para a avaliação da qualidade de vida, também tem sido responsável por uma série de implicações no que diz respeito à sua concepção e ao seu próprio dimensionamento, visto que a qualidade ambiental, vinculada à noção de desenvolvimento sustentável, acabou por expandir suas fronteiras conceituais. Desta maneira, compreendendo-se que a sustentabilidade do desenvolvimento humano requer necessariamente situar a problemática ambiental, que encontrar-se determinada pelas influências mútuas, entre processos sócio-econômicos e meio ambiente, foram produzidos novos subsídios teóricos e metodológicos para a formulação de indicadores ambientais, destinados à mensuração de variáveis ecológicas ou de monitoramento ambiental, mas também de variáveis sociais, demográficas e econômicas, relacionadas à questão ambiental

Percebe-se que a autora aborda o tema da qualidade de vida, de forma indissociável às interferências da qualidade ambiental e é por concordar com este entendimento que o próximo tópico será considerado.

Nahas ainda aponta que muitas vezes torna-se difícil estabelecer se qualidade de vida corresponde a um dos aspectos da qualidade ambiental, ou se a qualidade ambiental é um componente que integra o conceito de qualidade de vida. Isso se deve ao fato destes dois conceitos (qualidade de vida e qualidade ambiental) estarem intimamente ligados. De fato ambos os conceitos são extremamente abrangentes e isto se explica à medida que são estabelecidos e aplicados métodos para sua mensuração, que acabam contribuindo para a constituição conceitual de maneira geral.

Através desta mescla, Nahas discute a questão da qualidade, justificando sua conceituação de “qualidade de vida urbana”:

Por esta via se desenha o conceito de qualidade de vida urbana: entre o de qualidade e o de qualidade ambiental e através das experiências desenvolvidas para a mensuração de um e de outro. Desta forma, em se tratando da mensuração da qualidade ambiental enquanto conceituação ampla, a qualidade de vida urbana torna-se um elemento desta qualidade ambiental. Entretanto, quando se trata da formulação de indicadores para instrumentalizar o planejamento urbano – particularmente no nível municipal – a qualidade ambiental no sentido estrito se torna um dos elementos dimensionais da qualidade de vida urbana. (NAHAS, 2004)

Paralelamente a equipe do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), em determinado momento, coordenada pela Socióloga Aldaíza Sposati, gerou, entre outros, o seguinte estudo: “Mapa da Exclusão/Inclusão Social na Cidade de São Paulo” (1996), no qual foi estabelecido um estudo abrangente, realizado por técnicos e agentes populares, visando a obter bases confiáveis para o enfrentamento da desigualdade social e o questionamento de um padrão de políticas públicas de exclusão, na data da realização do trabalho. Naquele contexto é definido o conceito da qualidade de vida, envolvendo duas grandes questões, sendo estas a

qualidade e a democratização dos acessos, no que se refere às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Sob esta dupla consideração, a equipe entendeu que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição e usufruto da riqueza social e tecnológica, bem como a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo, de respeito ao homem e à natureza, com menor grau de degradação e precariedade.

Uma vez que o trabalho citado busca conhecer a correlação entre incluídos e excluídos, de maneira a possibilitar uma nova visão do território urbano de São Paulo e propiciar as bases para a formulação de propostas de alteração da situação, indicando os padrões mínimos de autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade a serem buscados, delimita a situação dos que se encontram distantes desses padrões. Para tanto, aponta além da definição da qualidade de vida, a definição da exclusão da situação de qualidade de vida.

Viver em situação excluída da qualidade de vida, para o grupo, significa viver em precária qualidade de vida urbana, provocada pela segregação espacial, significa viver em local com poucos serviços e difíceis condições de acesso aos existentes. De maneira mais específica, corresponde viver com dificuldade de acesso aos serviços públicos, com ausência de infra-estrutura, baixa e precária oferta dos serviços sociais (como na saúde, educação, na cultura, no abastecimento, etc.) com dificuldade de acesso a recursos para a qualidade de vida urbana, precária condição ambiental, morando em área de risco, de qualquer ordem, seja em áreas sujeitas a desabamento, a incêndios, junto a depósitos de lixo, etc. O grupo atribui a falta de qualidade de vida à incompatibilidade da oferta de serviços e às condições de vida da população bem como à ineficiência dos serviços públicos e desrespeito, em seu funcionamento, em relação à dignidade do cidadão.

Para o mesmo grupo, viver em situação de exclusão da qualidade de vida também significa viver sob situação de sofrimento e sob crise social. Ou seja, viver com falta de segurança, alto índice de violência física e grande número de ocorrências detectadas pelas delegacias, prontos socorros e conselhos tutelares.

A equipe ainda concluiu que uma das formas de detecção da ausência da qualidade de vida, pode ser verificada com a presença de movimentos e grupos de luta contra a exclusão e pelos direitos humanos e sociais gerais e das minorias, por meio da verificação da presença de fóruns de grupos de defesa de políticas sociais, de direitos, de conselhos tutelares, da criança e do adolescente, do idoso, da saúde, da educação, da assistência social, etc., de movimentos de luta e da presença da solidariedade da sociedade e da comunidade.

Considerando-se determinadas classes² (econômica, social, biológica, espacial e psicológica), os aspectos a serem ponderados para a avaliação da qualidade de vida em espaços urbanos, baseando-se nos apontamentos anteriores são:

² Classes baseadas na tabela apresentada por Heliana Comin Vargas em seu trabalho “Qualidade Ambiental Urbana: Em busca de uma nova ética” (p. 10) que será apresentada no próximo capítulo da presente dissertação. As classes apresentadas na citada tabela são: *econômica*, *social*, *biológica*, *espacial*. A presente tabela, com os aspectos da qualidade de vida, elaborada neste trabalho, não apresenta a classe *biológica*, porém apresenta a classe *psicológica*, considerada mais adequada para a avaliação que se propõe.

Econômica	<ul style="list-style-type: none"> — IDH (medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade);
Social	<ul style="list-style-type: none"> — Igualdade / desigualdade na distribuição de recursos e benefícios; — Acesso / falta de acesso de todos às necessidades básicas fundamentais; — Distribuição de bens e recursos materiais que atendam às necessidades básicas da população, e não apenas a renda e/ou o desempenho econômico daquela sociedade; — Possibilidade de melhor redistribuição e usufruto da riqueza social e tecnológica; — Presença / ausência de movimentos e grupos de luta contra a exclusão e pelos direitos humanos e sociais gerais e das minorias; — Inclusão / exclusão social; — Situação de crise social;
Psicológica	<ul style="list-style-type: none"> — Aspectos psicológicos como satisfação/insatisfação; felicidade/infelicidade; — Percepção da população acerca das condições objetivas de vida; — Sofrimento e violência devidos à situação de crise social; — Presença / ausência de segurança (violência física, ocorrência de violência detectadas das delegacias, nos prontos socorros, nos conselhos tutelares);
Espacial	<ul style="list-style-type: none"> — Distribuição dos bens de cidadania – bens e direitos que uma sociedade; — Acesso a bens coletivos; — Qualidade ambiental, sustentabilidade do desenvolvimento humano e suas influências mútuas, entre processos sócio-econômicos e meio ambiente; — Qualidade e a democratização dos acessos, no que se refere às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente; — Garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo, de respeito ao homem e à natureza, com menor grau de degradação e precariedade — Inclusão / exclusão territorial; — Acesso / falta de acesso aos serviços públicos, como infra-estrutura (telefone, correio, água, esgoto, luz, asfalto, coleta de lixo, transporte, etc.); — Oferta dos serviços sociais à população como na saúde, educação, na cultura, no abastecimento, etc. — Acesso / falta de acesso a recursos para a qualidade de vida urbana, (condição ambiental, como moradia em área de risco, em áreas sujeitas a desabamento, a incêndios, junto à depósitos de lixo, etc.);

Quadro 1 : Aspectos a serem ponderados para a avaliação da qualidade de vida em espaços urbanos, baseado nos apontamentos do capítulo Qualidade de vida urbana.

Fonte: Elaborado pela própria autora.

O quadro apresentado reúne e destaca os principais indicadores de qualidade de vida de acordo com a pesquisa realizada a este respeito. Desta maneira pode-se observar que sua definição e conceituação permanecem em constante evolução e muitos pesquisadores concordam não existir uma teoria única que explique o fenômeno.

A qualidade de vida divide aspectos interdisciplinares que abrangem as áreas da saúde, as ciências sociais e ambientais, a sociologia, geografia, antropologia, e planejamento urbano. O planejamento urbano nas últimas décadas tem ampliado seu campo de pesquisa, abordando a qualidade de vida urbana, enfocando o desenvolvimento sustentável.

1.1.2 Qualidade ambiental urbana

A discussão a respeito das questões ambientais cada vez mais conquista espaço, tanto no meio acadêmico, quanto fora dele. É importante lembrar que não se pode compreender o meio ambiente somente como as florestas, matas ou, de certa forma, como o que restou a partir da exploração e da ocupação do homem no planeta.

O meio ambiente significa também o espaço em que nós, seres humanos vivemos, ou seja, um meio modificado e adaptado ao que a sociedade acredita ser adequado às necessidades humanas: o meio ambiente urbano.

Esta observação é um tanto quanto plausível, uma vez que a discussão acerca do meio ambiente, durante muito tempo esteve mais voltada para a preservação do mundo selvagem e a respeito do crescimento populacional. De acordo com Heliana Comim Vargas estes itens sempre foram importantes marcos nos movimentos e nos vários enfoques ambientalistas.

Em seus estudos Heliana Comim Vargas afirma que o primeiro desafio do homem, na história da humanidade, sempre esteve voltado à compreensão e domínio do seu ambiente natural e à sua luta pela sobrevivência. Porém, esta relação, homem e meio ambiente, nem sempre foi devidamente percebida, o que tem se alterado ao longo do tempo. O homem, em sua condição de domínio sobre o meio-ambiente vem percebendo o seu importante papel em busca de um difícil equilíbrio.

De maneira a compreender o predomínio da visão antropocêntrica é importante ressaltar que ainda não haviam surgido idéias preservacionistas (ecocêntricas) do ambiente natural até o início do século XIX. Pode-se observar um sentido inverso, uma valorização exclusiva do mundo natural domesticado e dos campos de cultivo.

Os conservacionistas/preservacionistas, segundo Antonio Carlos Diegues (2001), enfatizam as áreas protegidas de uso indireto (parques nacionais, reservas

biológicas, etc.) como locais privilegiados para o estudo e a conservação da biodiversidade, onde, por lei, não se admitem moradores, reforçando-se assim o argumento de que a biodiversidade não é só um produto natural, como sua conservação pressupõe a ausência e mesmo a transferência de populações tradicionais de seu interior.

A mudança dessa mentalidade só se deu através do avanço da história natural e do forte processo de urbanização induzido pela revolução industrial, que agregou ao ambiente construído a má qualidade do ar, dos congestionamentos e da insalubridade nas aglomerações urbanas. As pressões exercidas pela concentração da população e de atividades geradas pela industrialização e urbanização, ocorrem para acentuar as modificações do meio ambiente, com o comprometimento da qualidade de vida.

De acordo com Antonio Carlos Diegues, com o ritmo crescente do capitalismo industrial, tentava-se encontrar no mundo selvagem “a salvação da humanidade”. Conceberam-se assim, áreas de grande beleza cênica destinadas, especialmente, ao desfrute da população das cidades norte-americanas, conforme visão romântica e transcendentalista de seus propositores, entre eles John Muir³. Predominava, portanto, uma visão estética da natureza, cuja difusão muito se credita a filósofos e artistas.(DIEGUES, 2001)

Este ponto de vista, tendo a natureza como lugar de descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso e da beleza, resultou em ideais ou modelos de parques e reservas ambientais, que preservassem a vida natural e selvagem. Visões que até hoje influenciam políticas ambientais de preservação da natureza. O princípio básico dos ideais preservacionistas, como a exaltação à natureza, sempre esteve voltado às necessidades do homem como fator importante para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. (VARGAS, 1999)

Antonio Carlos Diegues aponta que no início do século XX, os cientistas passaram a exercer grande importância na definição de áreas protegidas, uma vez que previamente, este papel estava mais configurado como preocupação de filósofos e artistas. Ressalta ainda que se destacavam aqueles voltados para as

³John Muir (Escócia, 21 de abril de 1838 — Los Angeles, 24 de dezembro de 1914) foi um dos precursores na luta pela preservação do patrimônio natural dos Estados Unidos.

ciências naturais, uma vez que, segundo a visão prevalecente, tratava-se de proteger o mundo natural da ação do homem. Neste, os humanos eram considerados exteriores ao ecossistema.

Para Diegues, esta visão globalizadora foi aos poucos preterida a outros enfoques biologizantes, marcados pela modelagem dos ecossistemas e pelos métodos exclusivamente quantitativos, que tornaram a ecologia uma ciência mais abstrata, quantitativa e reducionista, segundo Nash (1989, p.73).

No fim dos anos sessenta, os ecologistas preservacionistas, propositores dos parques sem moradores, acharam forte aliado filósofo na emergente ecologia profunda que, com uma visão biocêntrica, afirma que a natureza deve ser preservada, independente da contribuição que possa trazer aos seres humanos. A necessidade da expansão do modelo dominante de parques nacionais e de controle da população, cujo crescimento é tido como o maior fator de destruição da natureza, passou a fazer parte do dogma da ecologia profunda, que encontrou nos Estados Unidos terreno propício para sua propagação (DIEGUES, 2001, p.16)

Desta forma, segundo Vargas a visão biocêntrica passou a predominar, a partir do fim da Segunda Guerra mundial (1945), divisor de águas no tratamento das questões demográficas do ponto de vista político como do científico, principalmente, através da presença dos EUA como principal protagonista no cenário político mundial. Através da imensa evolução demográfica e sua relação com as transformações do modo de vida, das escolhas e dinâmicas da sociedade, a questão da degradação ambiental começa a se apresentar como um problema evidente.

A constatação, no século XX, era de que o aumento demográfico aumentava a pobreza, contrariando a teoria de Malthus de que a miséria era capaz de conter o aumento demográfico, acarretando ainda a degradação ambiental. Problema evidente nos anos 60. Não é por acaso que as preocupações

com a qualidade de vida assumiram maior relevância naquela década, como visto anteriormente.

Este foi o momento onde foi ressaltada uma consciência a respeito do que estava acontecendo no planeta, porém de forma alarmista:

O modelo de áreas protegidas de uso indireto em vigor, que não permite moradores, mesmo tratando-se de comunidades tradicionais presentes em gerações passadas, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem – a – *wildernees* norte-americana – sem que sejam feitas quaisquer distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etc.). Assim, todos os modos de vida deverão estar fora das áreas protegidas. (DIEGUES, 2001 – p. 15)

Neste mesmo sentido, contribui para o despertar de uma nova visão com relação a desenvolvimento evolutivo da humanidade, a obra de Vere Gordon Childe⁴, uma vez que até o século XIX a história se situava em relatos daqueles que dominavam a civilização. Childe passa a abordar a história não somente a partir destes registros, mas através da arqueologia, num momento onde esta deixa de ser uma disciplina estática, suscetível de parcialização e fragmentação e contribui ao estudo da história como de uma evolução dinâmica, sem a qual não se poderiam entender as contradições e paradoxos que compõe a história humana. Trabalha uma nova visão, desde a geologia, história natural com uma abordagem da vertente cultural da civilização.

A arqueologia, que teve sua ampliação e sistematização no século XIX, vem em apoio à História, multiplicando por cem o tempo de seu estudo, passando a abarcar um período próximo a 500 mil anos.

Para Gordon Childe a pré-história e a história primitiva do homem formam um contínuo, e ao serem abordadas como um todo, permitem o entendimento do

⁴ Arqueólogo australiano especialista na pré-história europeia.

processo civilizatório do homem, situando-o no tempo, espaço e contexto cultural e especialmente simbólico.

Em “O que aconteceu na história” Childe apresenta e discute as transformações e mudanças ocorridas nas condições de vida, bem-estar material e nas perspectivas mentais do homem através dos tempos, definindo seu recorte de estudo entre, as por ele denominadas, selvageria paleolítica e a barbárie neolítica, e a queda do império romano.

Neste mesmo trabalho formula uma resposta à pergunta recorrente de seus contemporâneos, ou seja, como se processa o progresso do homem nas diferentes civilizações? Para Childe este progresso é real. Embora descontínuo, nunca retroage ao nível da etapa precedente e cada avanço ultrapassa sua precursora imediata.

Após este despertar a natureza passa então a ser mitificada e de maneira a preservá-la, são criadas as reservas ecológicas, verdadeiros santuários, onde o homem “não existe”, processo embasado na obra “Antes que a Natureza Morra” de Jean Dorst publicado em 1973. VARGAS (1996)

Tal obra foi escrita na França em 1965 e trata sobre o meio de vida e o modo em que a sociedade foi educada para o trabalho e para a superprodução, resquícios da Revolução Industrial, aflorando a preocupação com a preservação do meio ambiente e a discussão sobre a qualidade de vida, e os efeitos causados pelas políticas de industrialização e produção de bens adotados pelos países da Europa. (DORST, J., 1998).

Já nos anos 70, a natureza é de certa maneira desmitificada. De acordo com VARGAS (1996) é deste período o polêmico Relatório do Clube de Roma, conhecido como Limites do Crescimento, que preconiza que a manutenção das tendências atuais de crescimento populacional, bem como o seu padrão de consumo, em cem anos, os limites de crescimento do planeta seriam atingidos. A entidade encomendou ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos, um estudo que ficou conhecido como o Desenvolvimento Zero, e propunha o congelamento do crescimento econômico como única solução para

evitar que o aumento dos impactos ambientais levasse o mundo a uma tragédia ecológica.

A partir desta visão, o crescimento populacional tem se configurado como o maior mal, e a tecnologia como meio de destruição, de maneira que, ciência e tecnologia, Ecologia e Ideologia compõe este quadro de discussões.

O homem, através da tecnologia de que dispõe e a finalidade a que ela se destina, redefine seu papel na relação homem-recursos, ou humanidade-natureza.

Os processos de industrialização e o aumento populacional conduziram a um incremento, tanto de consumo, que afeta diretamente os recursos naturais de que se dispõem, quanto de produção de resíduos. A relação homem-natureza começa a deixar de ter um enfoque meramente quantitativo e passa a ser abordado, também do ponto de vista qualitativo, onde mudanças de hábitos e comportamentos e padrões de consumo podem ser significativos à proteção ambiental.

Em consonância com esta desmitificação da natureza e com desenvolvimento tecnológico e crescimento populacional, o trabalho de Edgard Morin⁵, mescla as ciências humanas com a biologia e a física, entre outras disciplinas do conhecimento para estudar os problemas do mundo contemporâneo. Investiga possíveis desdobramentos dos imaginários do futuro, afirmando a importância do sujeito na constituição do presente.

Edgard Morin aponta para a importância da seguinte questão, entre diversas outras:

A tomada de consciência de nossas raízes terrestres e de nosso destino planetário é uma condição necessária para realizar a humanidade e civilizar a terra. (MORIN, E., 2005 p. 99).

Sobre os aspectos de conservação e revolução afirma que:

⁵ Pensador pluralista, nascido em 1921, em Paris. Intelectual livre, recusou-se a se tornar professor universitário, preferindo o combate ao corporativismo acadêmico.

Um vínculo inseparável deve unir doravante duas finalidades aparentemente antagônicas. A primeira é a sobrevivência da humanidade. A segunda é a busca da hominização⁶. (MORIN, E., 2005 p.99)

Neste sentido Edgard Morin aponta para a importância, além da necessidade de se unir a sobrevivência humana e a busca da hominização, a necessidade de preservar as diversidades culturais e naturais, a vida da humanidade, ameaçada pelo poder implícito de armas nucleares e pela degradação da biosfera, o que seriam finalidades conservadoras, ou de conservação. No que se refere às finalidades revolucionárias, aponta a necessidade da criação de condições em que a humanidade se realiza enquanto tal numa sociedade/comunidade das nações. O autor alerta ainda para o fato de que a finalidade revolucionária não se trate de atitudes reacionárias:

Essa nova etapa só poderá ser alcançada revolucionando em toda parte as relações entre humanos, desde as relações consigo mesmo, com o outro e com os próximos, até as relações entre nações e Estados e as relações entre os homens e a tecnoburocracia, entre os homens e a sociedade, entre os homens e o conhecimento, entre os homens e a natureza.

Donde um inevitável paradoxo. A conservação tem necessidade da revolução que asseguraria a busca da hominização. A revolução tem necessidade da conservação não apenas de nossos seres biológicos, mas também das conquistas de nossas heranças culturais e civilizacionais. (MORIN, E., 2005, p. 100)

As idéias conservacionistas, estudadas anteriormente, os conceitos de Pichot contra o desenvolvimento a qualquer custo, tornaram-se importantes como influenciadoras do período seguinte, aparecendo fortemente nos debates da

⁶ Ver MORIN, E, 2005)

Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano (1972) e na Eco-92, (1992).

A Conferência de Estocolmo - 72, Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia) em 1972 foi um encontro de chefes de Estado para debater as questões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A Conferência foi marcada pela polêmica entre os defensores do “desenvolvimento zero”, do anteriormente citado Relatório do Clube de Roma, basicamente representantes dos países industrializados, e os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo”, representantes dos países não industrializados.

A crise econômica mundial dos anos 70, detonada pelo choque do petróleo e que serviu para alertar o mundo para o fato de que os recursos naturais são esgotáveis, colocou questões econômicas mais urgentes para os governantes do mundo inteiro se preocupar. E só no começo dos anos 80 que a discussão desenvolvimento X meio ambiente voltou.

Em 1983 a Assembléia Geral da ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para presidir uma comissão encarregada de estudar esse tema. Em 1987, foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) da ONU um estudo denominado Nosso Futuro Comum, mais conhecido como Relatório Brundtland, que defendia o crescimento para todos e buscava um equilíbrio entre as posições antagônicas surgidas na Estocolmo-72. Tentando conciliar o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, surgiu pela primeira vez a concepção de desenvolvimento sustentável.

Em 1992, a convite do Governo brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro sedia a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), a Eco-92. A esta conferência compareceram delegações nacionais de 175 países. Esta foi a primeira reunião internacional de magnitude a se realizar após o fim da Guerra Fria.

O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

A Conferência alavancou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para a ampliação da conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos. Reconheceu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável. Naquele momento, a posição dos países em desenvolvimento tornou-se mais bem estruturada e o ambiente político internacional favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de princípios como o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Para Diegues, a solução de se colocar a natureza em parques onde o homem está ausente, não parece ser a melhor estratégia para o estabelecimento de uma relação mais harmoniosa entre sociedade e o meio ambiente. (DIEGUES, 1996).

De maneira geral, fica bastante evidente que a relação homem e meio ambiente não é apenas de ordem quantitativa, não pode ser problematizada apenas através da relação do número de seres humanos e recursos disponíveis na natureza. A problemática aponta-se como de ordem normativa e qualitativa. Existe, portanto, uma necessidade de se rever valores, questionando em nome de quem, para quem e por quem, são definidas estas relações ideais, uma vez que se revelam altos níveis de subjetividade, onde existem interesses que se conflitam e todos buscam por seus direitos.

Quando esta discussão se volta para o ambiente construído a complexidade se apresenta ainda maior. A relação homem/homem atinge, não apenas as questões ambientais, mas a saúde e a própria condição de vida da população. Esta situação urbana, também exige análises qualitativas.

Para VARGAS, a definição de qualidade ambiental urbana, requer necessariamente, a discussão do significado de qualidade de vida. Em seus apontamentos onde a autora discute a busca de uma nova ética para a qualidade ambiental urbana, inclui a abordagem do trinômio “qualidade de vida”, “qualidade de vida urbana” e “qualidade ambiental urbana”.

Desta maneira a qualidade ambiental urbana, apresenta também níveis de subjetividade. As impressões que as pessoas têm sobre a cidade, ou um local em particular são mais do que visuais. A cidade oferece uma quantidade imensa de sensações. As memórias, odores, esperanças, multidões, lugares, edifícios, o drama da vida e da morte, que a compõem afetam cada pessoa diferentemente, conforme sua formação e vivência. Cada indivíduo constrói a sua própria imagem das partes da cidade, que se complementam entre si, levando à formação de um quadro mental coletivo da realidade física da cidade (LYNCH, 1960). Cada indivíduo também acrescenta um juízo de valor sobre as condições de qualidade ambiental urbana que ela oferece, de acordo com seus interesses, objetivos e expectativas de vida.

Neste sentido, o conceito de qualidade ambiental urbana (de vida urbana), vai além dos conceitos de salubridade, saúde, segurança, bem como das características morfológicas do sítio ou do desenho urbano. Incorpora também os conceitos de funcionamento da cidade fazendo referência ao desenho das diversas atividades urbanas e às possibilidades de atendimento aos anseios dos indivíduos que a procuram.

Cada elemento da arquitetura, da infra-estrutura, dos equipamentos e das informações urbanas, e do seu funcionamento afeta o detalhe e, frequentemente, o todo da imagem coletiva.

Diante da somatória de fatores que interferem na maneira de como se define qualidade ambiental urbana, Heliana Comin Vargas apresenta, quatro aspectos principais de análise que devem ser considerados conforme delineados no quadro abaixo:

QUALIDADE AMBIENTAL URBANA			
ESPACIAL	BIOLÓGICA	SOCIAL	ECONÔMICA
BEM ESTAR Vegetação, espaços abertos, tranquilidade ACESSIBILIDADE Sistema viário, transporte DESENHO URBANO Visuais, monotonia, desordem, informação REFERENCIAIS Orientação, história, Marcos USO E OCUPAÇÃO DO SOLO Densidade, conflito de usos, facilidades, permeabilidade, segregação	SAÚDE FÍSICA Saneamento, insolação, Poluição sonora, do ar SAÚDE MENTAL Stress Congestionamento, filas, solidão, reclamações SEGURANÇA Transito, edificações, marginalidade	ORGANIZAÇÃO Comunitária, de classe, Associações REALIZAÇÃO PESSOAL Amizade, afeto, reconhecimento CONTATOS Encontros, privacidade, solidariedade ATIVIDADES Lazer, recreação, cultura, compras REALIZAÇÃO PROFISSIONAL Mobilidade Oportunidade ACESSO E OPÇÕES Moradia, trabalho Serviços urbanos Serviços Sociais Transporte	OPORTUNIDADES Emprego, trabalho, negócios PRODUTIVIDADE Economia e deseconomia de aglomeração Transito, custo de vida Competição, Complementariedade DIVERSIDADES Escolhas

Quadro 2 : Qualidade ambiental urbana. Destaca aspectos a serem analisados para a avaliação da qualidade ambiental urbana.

Fonte: VARGAS, H.C., 1999, p.10

Este quadro, embora incompleto, conclui a importância e amplitude dessa discussão. Para a autora do quadro o significado de qualidade de vida urbana tem diferentes atores.

A autora questiona ainda: O que é bom para o indivíduo? O que é bom para a sociedade? Quem determina o seu significado? Afirmando ainda que tudo se complica ainda mais, quando estes mesmos parâmetros passam a ser utilizados nas medidas de impacto ambiental urbano, ocasionados por quaisquer intervenções neste mesmo ambiente.

No Brasil, a mensuração da qualidade ambiental urbana é pontuada nos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento) e planos estaduais de interiorização do desenvolvimento, que se estruturaram na década de 1970, e se constituíram como marco na utilização de indicadores no país. Esses relatórios apresentam em geral um conjunto de análises, que visam a traçar um panorama da situação sócio-econômica no Brasil, cobrindo áreas temáticas recomendadas pelas Nações Unidas. (MARTINELLI, 2004, P.41)

Juntamente com esta demanda é criado o departamento de indicadores sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Contemporânea a esse fato está mudança no planejamento urbano, que passa a abordar as questões da cidade de maneira mais plural e multidisciplinar, incluindo temas sociais.

ARGAN (2001, P. 103) define o urbanismo como uma atividade estética que se coloca numa área de interesse político. Desta forma pode-se compreender a interdisciplinaridade inerente à atividade, envolvendo diversas áreas do conhecimento. Além da estética e política envolve as ciências exatas, ou seja, de análise da demografia, a economia, a questão da produção e questões sanitárias, a sociologia, que define as estruturas sociais e seu desenvolvimento e a história que considera as condições sociais na dupla perspectiva, passado e futuro.

A definição do termo qualidade ambiental apresenta grande complexidade, assim como a definição de qualidade de vida e da mesma maneira encontra-se em evolução. A percepção das transformações da relação do homem com o meio ambiente nos leva a compreender tais transformações.

A qualidade ambiental urbana delimita o espaço urbano, o habitat humano como foco de pesquisa compreendendo as ações do homem, seu modo de produção, a maneira como se organiza socialmente, suas relações com a natureza, sem ignorar as interferências dessas ações no meio ambiente como um todo.

1.1.3 Qualidade urbana

Os apontamentos anteriores, referentes à qualidade de vida urbana e qualidade ambiental urbana demonstram quão indissociáveis estão os aspectos que os caracterizam. Uma vez que os termos estão inter-relacionados e a definição conceitual destes permanece em constante evolução, optou-se por compreender a qualidade ambiental urbana como sendo componente da qualidade de vida, sendo as questões da qualidade urbana a questão relativa ao campo de atuação do arquiteto.

Considerando as valiosas contribuições de Heliana Comin Vargas pode-se observar que a autora situa a “qualidade urbana” no interior da discussão da “qualidade ambiental urbana”. A autora foca o debate em torno das relações entre meio-ambiente e população, apontando o que chama de “crescimento do enfoque qualitativo”.

Segundo Belgiojoso (1991), a qualidade urbana não é só morfologia. Isto é, não pode ser pensada, apenas, como algo visível, formal, da paisagem, mas também é, especialmente, do ponto de vista estrutural, das condições fisiológicas que se referem às atividades e sua diversidade. Até os elementos mais visíveis são constituídos de elementos não definíveis em termos estéticos. Ao contrário, são expressos em termos de comunicação, de riqueza de estímulos, de mensagens, informações e de significados.

O ambiente urbano deve oferecer um nível de atividade necessário à sua própria qualificação. Algumas destas atividades destacam-se pelo nível de intensidade de como ocorrem. Implicam, muitas vezes, em reunir num mesmo local um grande número de pessoas, automóveis e serviços. Muitas vezes são, também, confundidos com os marcos da cidade, mas tem que apresentar fundamentalmente uma atividade intensa.

Uma área que tem uma atividade muito intensa e muito diversificada apresenta uma qualidade muito diferente de outra que contém apenas um tipo.

Por outro lado, esta atividade específica identifica o negócio, o tipo de pessoa que frequenta a área, e determina o mobiliário urbano em função do uso.

Um sistema visível não se constitui apenas de edifícios e espaços, mas de uma realidade inteira que se movimenta. Enfim, nós mesmos percebemos o ambiente urbano de maneira diferente segundo a atividade que nele se desenvolve. Se andamos de automóvel temos certo tipo de percepção, diferente daquela que temos a pé. Se estamos de automóvel temos certo tipo de percepção, diferente daquela que temos a pé. Se estamos trabalhando sentimos de um jeito, se estamos passeando ou a negócios a sensação será outra. O modo como usamos a cidade modifica nossa percepção.

Pode-se observar que na literatura são identificados trabalhos que apresentam indicadores de qualidade urbana sendo estudados e avaliados através da “qualidade ambiental urbana” e da “qualidade de vida urbana”.

1.1.4 Políticas públicas para a Qualidade Urbana

Neste capítulo são abordados termos que se referem, através de citações, à Qualidade Urbana constantes da legislação a seguir:

- ✓ Constituição Federal de 1988,
- ✓ Carta Mundial pelo Direito à Cidade,
- ✓ Estatuto da Cidade (2001),
- ✓ Plano Diretor.

O trabalho do autor José Ronal Moura de Santa Inês procura contribuir para a construção de uma noção de “qualidade urbana” na cidade de São Paulo, a partir, principalmente, do discurso normativo. Afirma que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Federal do Estatuto da Cidade em 2001, estão colocadas possibilidade para a promoção de transformações importantes

nas cidades brasileiras, presentes no discurso normativo do Estatuto da Cidade e instrumentos urbanísticos dele decorrentes como Planos Diretores Municipais e as Leis de Zoneamento. O autor aponta ainda para os avanços alcançados pela Reforma Urbana em cerca de 15 anos com a vigência da nova Carta Magna, como as Funções sociais da cidade e da propriedade. Noções presentes nas novas leis para a produção de cidades progressivamente mais justas no Brasil, ou seja, capazes de oferecer oportunidades de acesso a bens, serviços e renda de maneira igual, equilibrada, a todos os moradores: de maneira efetivamente democrática (INÊS, J. R. M. S., 2006).

As funções sociais da cidade e da propriedade foram efetivamente, instrumentos concebidos para combater aqueles mecanismos, reconhecidamente responsáveis por muito da natureza excludente das cidades brasileiras. Ou seja, a Função social da cidade e a função social da propriedade, são noções estreitamente vinculadas a uma noção de “Qualidade Urbana”. São idéias de “ordenação” da cidade e “especialização da qualidade urbana”. Apenas podendo ser medidas através da “materialidade” dos acessos à terra, a bens e a serviços por parte dos moradores das cidades.

Toda a abordagem a respeito da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade é baseada no trabalho de José Ronal Moura de Santa Inês in Cadernos Metrôpole / Grupo de Pesquisa PRONEX – n. 1 (1999)

Funções sociais da cidade e da propriedade, ordenação da cidade e qualidade urbana na Constituição Federal de 1988.

Art. 182 e 183 tratam da política urbana sem fazer referência ao termo “qualidade”.

Art. 182:

- “Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”
- “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor”.

Conceituação dos termos “ordenar” e “ordenação”:

Disponibilizar organizadamente, dar *arranjo metódico* às partes de um todo, *dispor elementos de um conjunto segundo uma relação de ordem*. O termo “ordenação” possui ainda sentido jurídico, *do que tem força legal, estatuto legal*.

No caso das cidades pode-se aduzir aos termos a pressuposição de que a disposição e o arranjo só podem ser feitos segundo critérios e valores preestabelecidos de ordem. Esses valores não são explicitados na parte dedicada à política urbana, mas podem ser depreendidos de outras passagens da Constituição como a dos princípios fundamentais (Título I – Art. 1º), em que se podem destacar como fundamentos da República “*a cidadania*”, “*a dignidade da pessoa humana*” e “*os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa*” enquanto princípios associados àqueles valores determinantes de *ordenação*.

Valores de *ordenação* também são encontrados no capítulo dos Direitos Sociais (Art. 6º), que incluem *a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência dos desamparados*.

As funções sociais da cidade’ e sua ordenação, subentende-se, são associadas principalmente ao funcionamento de serviços e de equipamentos, sobretudo públicos, de maneira a que atendam aos cidadãos indistintamente. Inclui também a noção de que os bens naturais que constituem o suporte físico da cidade, o meio ambiente (e nele, a terra, especialmente), são também objetos cuja fruição deve ser socializada.

O fato de a terra ser, no modo de produção capitalista, mercadoria, dificulta a compreensão de sua dimensão social. (INÊS, J. R. M. S., 2006)

A noção de “função social da cidade”, na Constituição Federal, é também associada à determinação da *concessão de domínio* de área urbana privada de até 250 metros quadrados àqueles que a possuir por cinco anos

ininterruptamente, sem oposição, utilizando-a para moradia própria, e desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano.

No Artigo 225, encontram-se disposições sobre o meio-ambiente, onde é informado que *todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida*. Estas disposições aplicam-se em parte significativa, ao meio urbano.

A função social da cidade, na forma prevista na Constituição Federal, pode ser associada ao conjunto de valores acima apontado (cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância, assistência aos desamparados, propriedade de terra, meio ambiente ecologicamente equilibrado e qualidade de vida), valores esses capazes de pressupostamente, conferir ordem à cidade. (INÊS, J. R. M.S., 2006).

Pode-se observar que a Carta Magna apresenta noções de ordenação da cidade, função social da cidade e da propriedade, e constitui para nós a base conceitual que dá suporte à materialidade das transformações pretendidas nas cidades brasileiras, através do que se denomina espacialização da qualidade urbana.

Termos relacionados à noção de qualidade urbana nos novos instrumentos legais de ordenação urbana no Brasil

Qualidade urbana na Carta Mundial Pelo Direito à Cidade

A Carta aborda previsões sobre a taxa de urbanização no mundo, que chegará a 65% e as dicotomias do modelo urbano atual, onde os territórios com grande riqueza e diversidade econômica, também contribuem para depredação do

meio ambiente e para a privatização do espaço público, gerando empobrecimento, exclusão e segregação social e espacial, principalmente em países do terceiro mundo.

As entidades da sociedade civil reunidas desde o Fórum Social Mundial de 2001 assumiram o desafio de construir um modelo sustentável de sociedade e vida urbana. Este desejo vem de encontro a uma idéia de garantia de qualidade urbana frente à realidade do modelo urbano atual.

Qualidade Urbana no Estatuto da Cidade, de 2001

No Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), é possível identificar conceitos que ampliam aqueles presentes na Constituição Federal, associados à *função social da cidade*.

Nesta lei, ficou definido, em 16 incisos no Art. 2º, que a cidade e a propriedade urbana têm que cumprir função social, garantindo-se o *bem coletivo, a segurança e o bem estar dos cidadãos, além do equilíbrio ambiental*.

Em síntese os incisos definem como diretrizes gerais:

- 1) garantia a cidades sustentáveis;
- 2) participação popular na gestão urbana;
- 3) cooperação entre diferentes instâncias de governo e da iniciativa privada;
- 4) distribuição espacial da população e de atividades econômicas de forma a evitar distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- 5) oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transportes e serviços públicos de forma democrática e acessível a todos;
- 6) ordenação do uso e ocupação do solo;
- 7) integração entre áreas urbanas e rurais do município;
- 8) adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental;
- 9) justa distribuição de benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

- 10) privilégio e investimentos geradores de bem-estar e fruição de bens por diferentes segmentos sociais;
- 11) recuperação de investimentos públicos que tenham gerado valorização imobiliária;
- 12) proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- 13) audiência do poder público municipal e da população em intervenções geradoras de efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente e sobre o patrimônio;
- 14) regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- 15) simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias;
- 16) isonomia de condições para agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativas a urbanização.

As diretrizes levantadas apontam para uma determinação de constituição de espaço urbano portador de qualidade urbana, para José Ronal através dos conceitos de: sustentabilidade, participação popular, cooperação, controle (evitar), acessibilidade democrática, ordenação, integração, justa distribuição, bem-estar, fruição, recuperação, proteção, preservação, audiência, regularização, simplificação e isonomia. O autor ainda analisa:

“Numa acepção gramatical da instrumentalização legal, podemos aceitar que os termos destacados possuem funções adjetivas dos conteúdos sobre os quais dispõem. Ou seja, que qualificam as diretrizes contidas nos enunciados. Poderíamos, deduzindo do texto, aceitar que as ações propostas resultarão, ao fim e ao cabo de suas efetivações, em cidades sustentadas, gestão urbana democratizada, ações públicas e privadas coordenadas, população e atividades econômicas distribuídas espacialmente de maneira equilibrada, meio ambiente saudável, serviços e equipamentos públicos democratizados, uso e ocupação do solo ordenados, áreas

urbanas e rurais integradas, vantagens e ônus igualmente distribuídos, cidade saudável e fruída, investimentos públicos recuperados, meio ambiente natural e construído, e patrimônio cultural, artístico, paisagístico e arqueológico protegidos, preservados e recuperados, poder público e população ouvidos, áreas ocupadas irregularmente por população de baixa renda regularizadas, legislação urbanística simplificada e condições de oportunidades de participação no processo de urbanização equalizadas para agentes públicos e privados.” (INÊS, J. R. M. S., 2006)

Qualidade urbana no Plano Diretor de Santo André de 2004

Na lei do Plano Diretor de Santo André (lei nº 8696 de dezembro de 2004) a qualidade urbana aparece relacionada ao desenvolvimento urbano, qualidade ambiental e qualidade de vida.

O termo “qualidade” aparece expressamente citado em 17 passagens da lei, sendo que três fazem referência à qualidade de vida da população, oito à qualidade ambiental e trinta e três a outros aspectos e em algumas de suas derivações como qualificar, requalificar e qualificação. Dentre estes, no Artigo 8º, que dispõe sobre os objetivos gerais da política urbana, inciso XIII, encontra-se o que mais se aproxima do termo “qualidade urbana”:

“Elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da proteção dos ambientes natural e construído;”

Próximo a esta correlação de termos se encontram as seguintes passagens:

No Título II, Capítulo II, Da Habitação, Artigo 12, inciso:

“Promover a requalificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares, inclusive de áreas centrais degradadas”

No capítulo que dispõe sobre a mobilidade urbana, Artigo 21, inciso I, a, se encontra a seguinte diretriz:

“qualificar a ambiência urbana dos corredores transporte coletivo;”

No Título III, Capítulo II, Do Zoneamento, O Artigo 35 subdivide a Macrozona Urbana em:

- I. Zona de Reestruturação Urbana;
- II. Zona de Qualificação Urbana;
- III. Zona de Recuperação Urbana;
- IV. Zona Exclusivamente Industrial.”

Na Seção I, Da Macrozona Urbana, Subseção I, Da Zona de Qualificação Urbana, o Artigo 40 define os objetivos da Zona:

- I. ordenar o adensamento construtivo;
- II. evitar a saturação do sistema viário;
- III. permitir o adensamento populacional onde este ainda for possível, como forma de aproveitar a infra-estrutura disponível;
- IV. ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos, os espaços verdes e de lazer.”

As demais principais passagens do Plano Diretor de Santo André, que apontam disposições referentes ao que está sendo conceituado como qualidade urbana, abordam questões sobre desenvolvimento urbano, direito à cidade,

sustentabilidade, qualidade de vida, reversão do processo de segregação sócio espacial, qualidade do ambiente urbano, inclusão social, sendo elas:

No Título I, Artigo 4º:

“As funções sociais da cidade no município de Santo André correspondem ao direito à cidade para todos e todas, o que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer.”

No Artigo 8º, III:

“reverter o processo de segregação sócio-espacial na cidade por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, e da urbanização e regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda, visando à inclusão social de seus habitantes;”

No Artigo 8º, IX

“elevar a qualidade de vida da população, assegurando saneamento ambiental, infra-estrutura, serviços públicos, equipamentos sociais e espaços verdes e de lazer qualificados”

No Título II, Capítulo I, Do Desenvolvimento Econômico e Social, Artigo 9º:

“A política de promoção do desenvolvimento econômico no Município deve estar articulada ao desenvolvimento social e à proteção do meio ambiente, visando à redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.”

No Capítulo III, Do Saneamento Ambiental Integrado, Artigo 15:

“A política de saneamento ambiental integrado tem como objetivo manter o meio ambiente equilibrado, alcançando níveis crescentes de salubridade, por meio da gestão ambiental, do abastecimento de água potável, da coleta e tratamento do esgoto sanitário, da drenagem das águas pluviais, do manejo dos resíduos sólidos e do reuso das águas, promovendo a sustentabilidade ambiental do uso e da ocupação do solo.”

No Título III, Do Ordenamento Territorial, Artigo 28, que dispõe sobre as diretrizes do ordenamento territorial, Inciso I:

“planejamento do desenvolvimento da Cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.”

No Título VI Da Gestão da Política Urbana, Capítulo I, Do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, Artigo 165 que dispõe sobre seus objetivos:

- “I. criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana;
- II. garantir a eficiência e eficácia à gestão, visando a melhoria da qualidade de vida;
- III. instituir um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do plano diretor.”

Como pode ser observado o Plano Diretor de Santo André apresenta diretrizes com relação a qualidade urbana.

1.2 A QUESTÃO METROPOLITANA E O COMPLEXO JARDIM IRENE

As metrópoles modernas são estruturas de extrema complexidade. Segundo Eduardo Neira Alva (1924):

São as mais complexas estruturas jamais construídas pelo homem. Apesar disso, acostumou-se a vê-las unicamente como espaços econômicos ou como âmbito físico ou como sedes de poder político ou como lugares onde se codifica e decodifica a cultura ou como fenômeno demográfico ou como estruturas sociais ou administrativas. (NEIRA ALVA, 1924 p.17)

O autor já apontava para a falta de entendimento das metrópoles modernas como ecossistemas artificiais ou como sistemas complexos nos quais a forma física é sempre a resultante de longos processos de sedimentação cultural, como lugares no espaço e no tempo nos quais se constrói e reconstrói incessantemente o habitat da espécie humana. De acordo com Milton Santos (1982), o espaço é a acumulação desigual de tempos.

Eduardo Neira Alva (1924), ainda ressalta que nas metrópoles coexistem, na maior proximidade física, milhões de estratégias de maximização de projetos pessoais, empresariais e coletivos e, portanto, alianças e conflitos.

Neste sentido a relação entre o Complexo Jardim Irene e a questão metropolitana, se justifica. Compreender os interesses políticos e econômicos num contexto mundial, é coerente uma vez que toda a conjuntura econômica mundial, influenciou diretamente para estes projetos pessoais, empresariais e coletivos apontados pelo autor. A concentração de poder político e econômico, desperta interesses para a região metropolitana como um todo e sua ocupação ocorreu conforme estes interesses e possibilidades dos indivíduos.

A opção pelas metrópoles provém, principalmente, da maior oferta de oportunidades de empregos, de possibilidades comerciais e

humanas mais amplas e de ambientes mais excitantes. Mas a metrópole exige de seus habitantes uma paga em sossego, tranqüilidade, paz e harmonia. A promessa de intensidade vital parece às vezes anzol do qual não se escapa. De fato, para a maior parte da população que migra para as cidades, a eleição do lugar de residência é imposta por condições de trabalho que não estão disponíveis em seus lugares de origem. (NEIRA ALVA, 1924 p.19)

O Complexo Jardim Irene está Localizado no Município de Santo André, Região Metropolitana de São Paulo conforme indica a Figura 1.

O Município de Santo André, onde está localizado o Complexo Jardim Irene, por meio do seu Plano Diretor Municipal, tem seu território dividido em duas macrozonas. A Macrozona Urbana e a Macrozona de Proteção Ambiental, o que pode ser observado na Figura 2.

O Complexo Jardim Irene, destacado na Figura 3, está localizado ao sudoeste da Macrozona Urbana, especificamente na Zona de Recuperação Urbana, observada na mesma figura.

O Jardim Irene compõe-se de vários assentamentos subnormais, caracterizados pela ocupação irregular e pela carência de serviços básicos de infraestrutura, resultantes de ocupações em diferentes períodos. São aproximadamente 1500 famílias, cerca de 5000 habitantes. A Figura 4 apresenta a foto aérea do Complexo Jardim Irene.

A área faz divisa com o município de São Bernardo do Campo, compondo uma grande área de ocupações irregulares em ambos os municípios.

A Figura 5 é uma representação esquemática do sistema viário que liga o Complexo Jardim Irene aos municípios de São Bernardo do Campo e de Santo André. Na mesma figura estão indicadas duas manchas. Uma mancha que mostra o eixo de ligação entre os centros dos dois municípios e outra mancha que indica a existência frequente de ocupações irregulares.

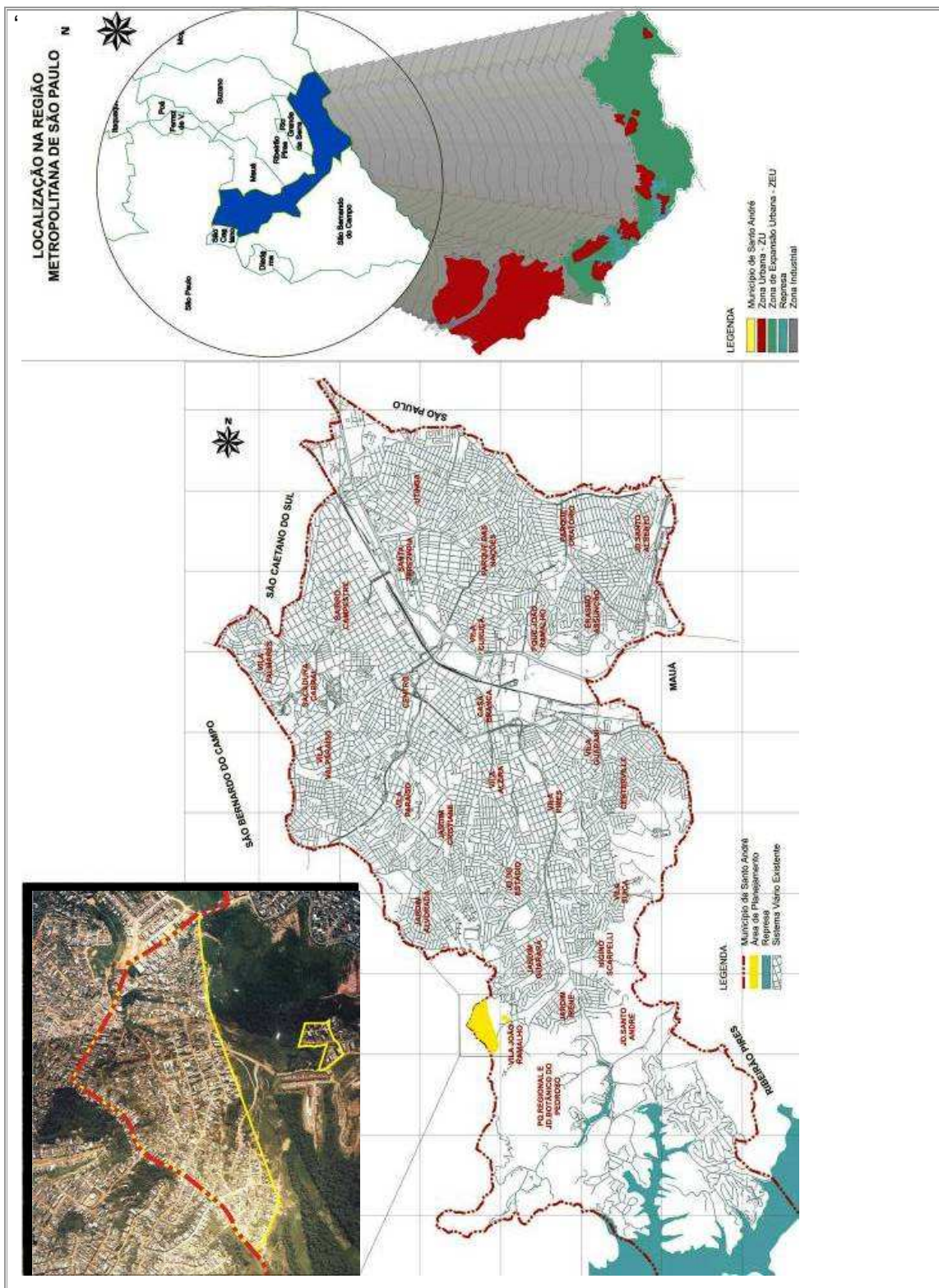


Figura 1:Localização do município de Santo André na Região Metropolitana de São Paulo, destacando a localização do Complexo Jardim Irene na macrozona urbana do município.
 Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005.

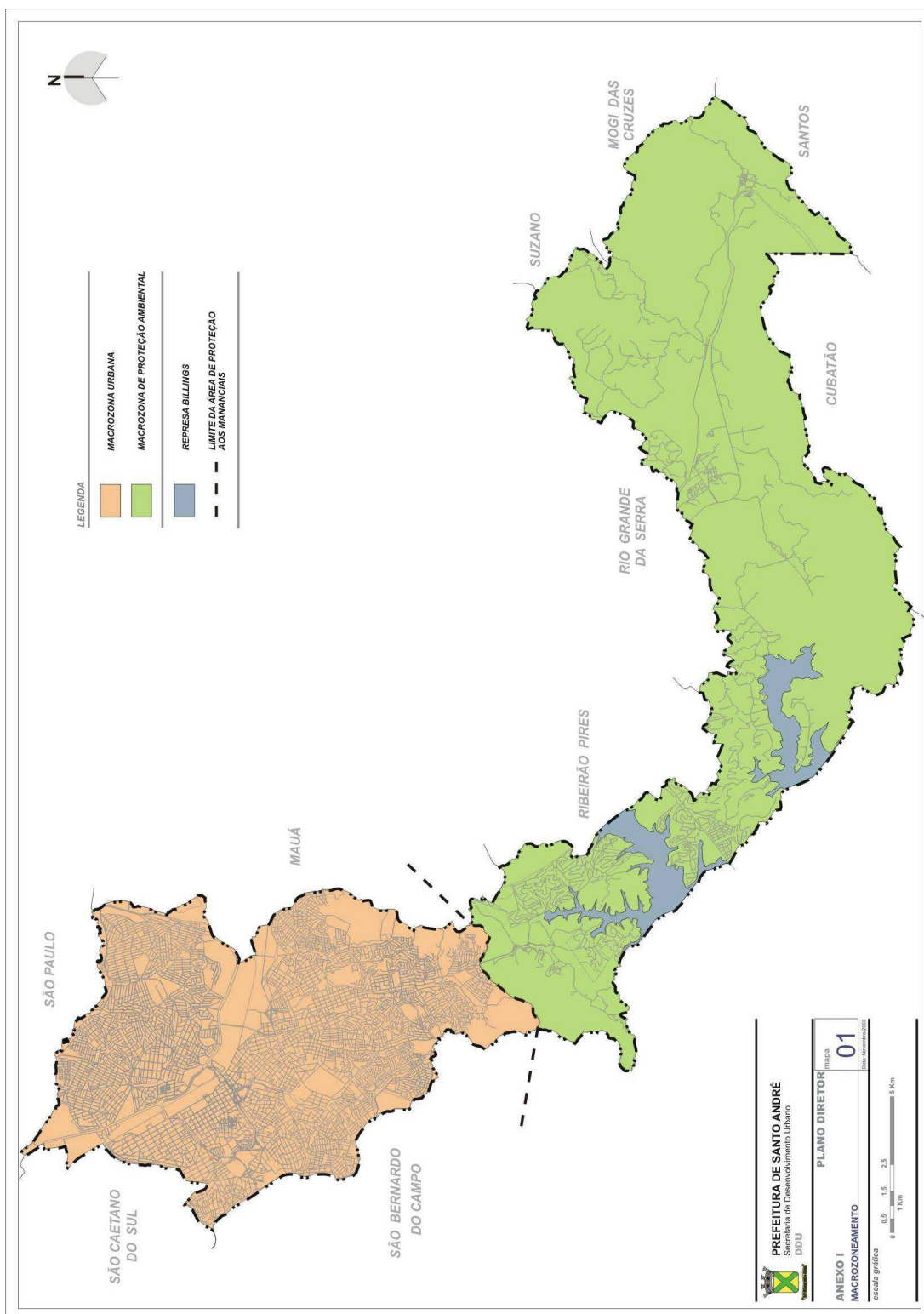


Figura 2: Mapa que delimita as macrozonas do Município de Santo André, conforme Plano Diretor de Santo André, 2004.

Fonte: http://www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimedia/images/mapa01_macrozoneamento.jpg, acesso em 11 de novembro de 2008.

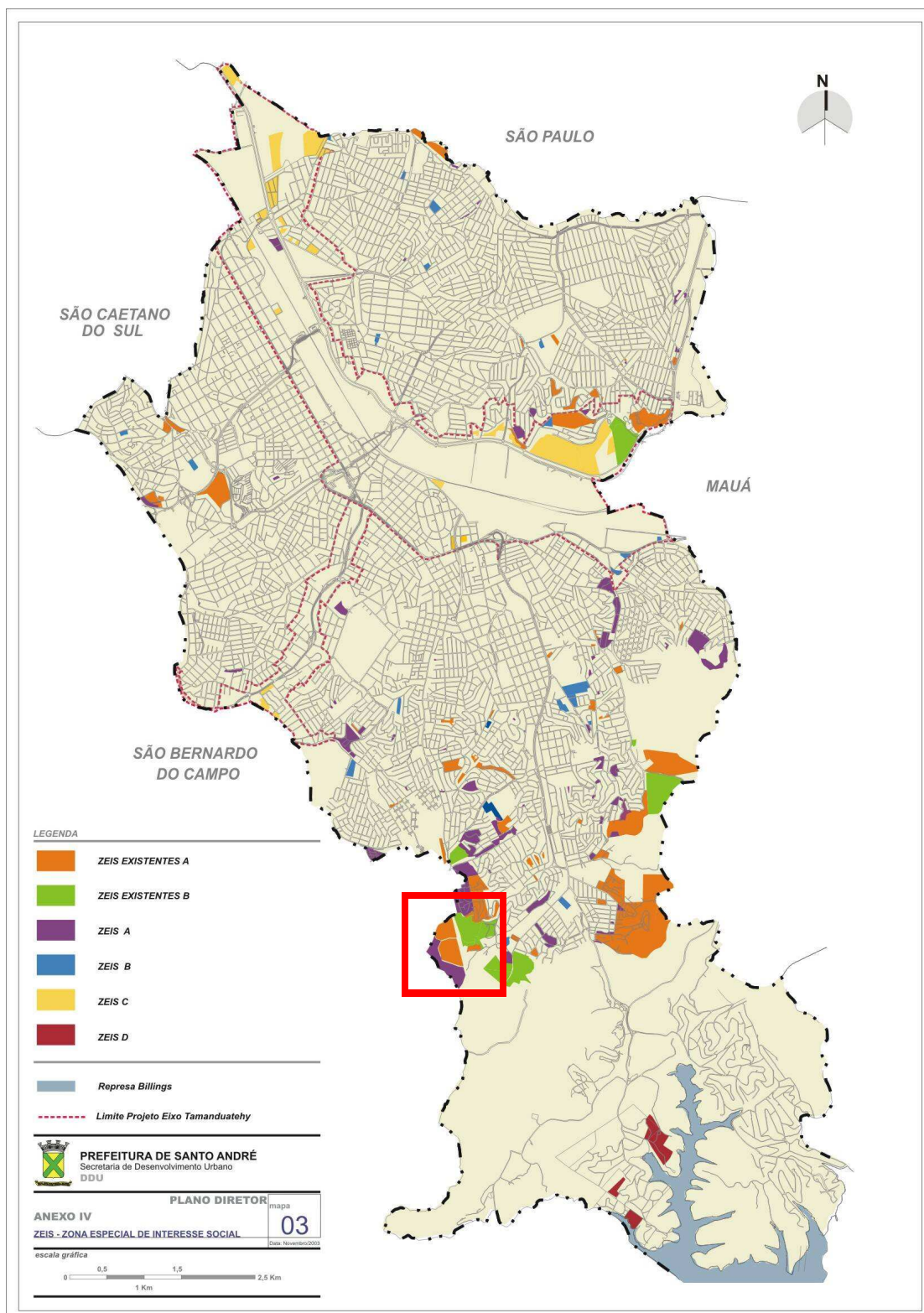


Figura 3: Mapa da Macrozona Urbana do Município de Santo André, destacando a localização do Complexo Jardim Irene.

Fonte: http://www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimedia/images/mapa03_ZEIS.jpg, acesso em 11 de novembro de 2008.

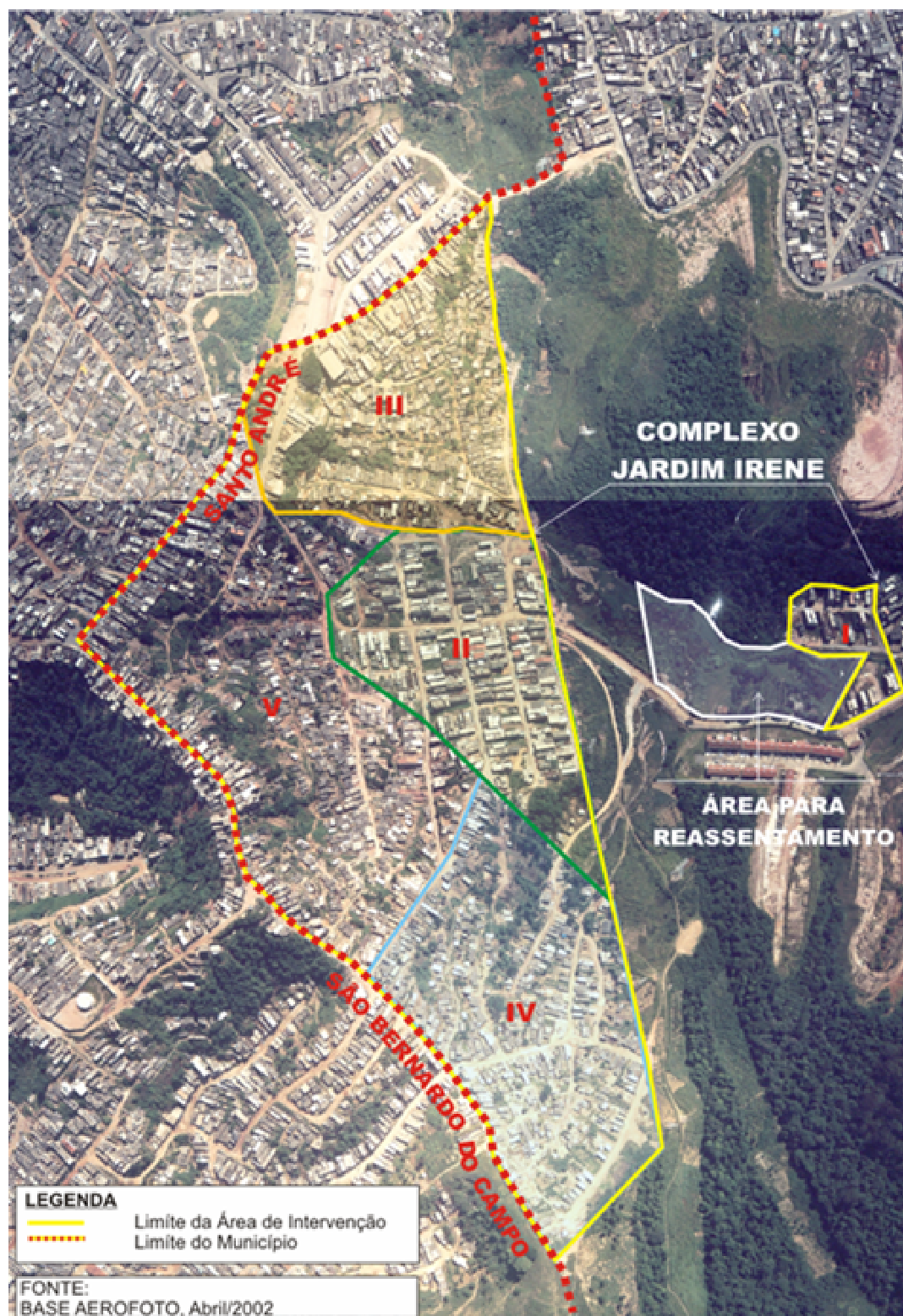


Figura 4: Foto aérea do Complexo Jardim Irene com as delimitações de suas subdivisões e limites.
 Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005.

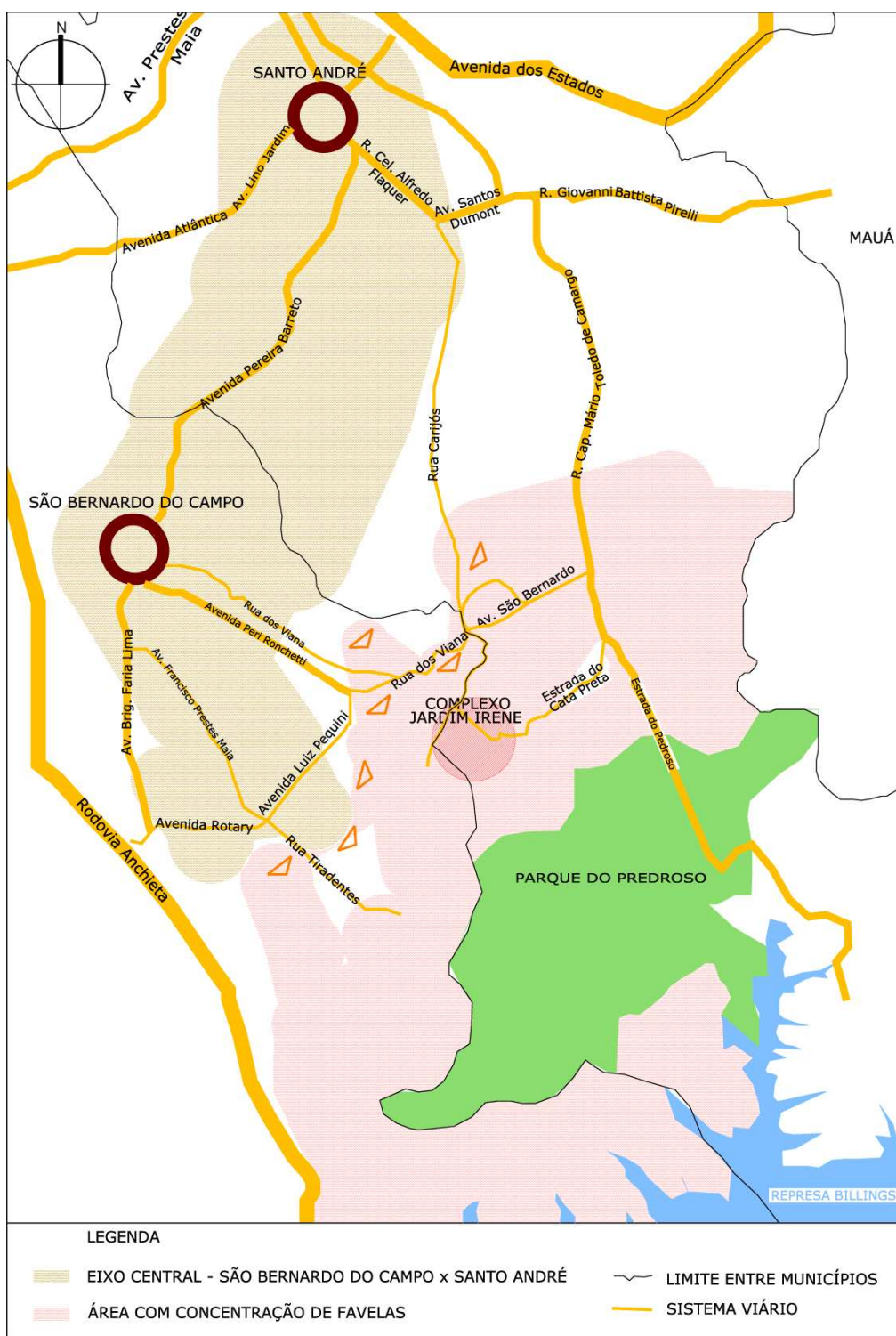


Figura 5: Sistema viário esquemático e lógica de ocupação.
 Fonte: Elaborado pela própria autora.

Sem escala

Este esquema foi elaborado a fim de compreender como o tecido urbano, que envolve o Complexo Jardim Irene, se comporta. A área está envolvida por diversas outras ocupações irregulares. Junto ao eixo central, indicado no desenho, estão localizados bairros de classe média e classe média alta. A partir desta “borda” que envolve este eixo, em direção à Represa Billings, conforme indicam as setas, estão localizados diversos outros assentamentos de população de baixa renda.

Na imagem apresentada a seguir é possível visualizar a lógica apontada anteriormente. A imagem foi capturada a partir da divisa entre o Complexo Jardim Irene e São Bernardo do Campo. Nela pode ser observada uma faixa de ocupação de população de baixa renda, na parte inferior da foto, uma faixa com ocupação de melhor padrão logo acima e o centro da cidade de São Bernardo do Campo na parte superior da foto.



Figura 6: Vista de São Bernardo do Campo a partir do Complexo Jardim Irene em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.

1.2.1 A questão metropolitana e os assentamentos de população de baixa renda

Os assentamentos subnormais de população de baixa renda caracterizam-se pela carência de serviços básicos de infraestrutura. As ocupações irregulares acabam por gerar a degradação ambiental e a própria população fica exposta ao risco de enchentes e deslizamentos, além dos prejuízos à saúde decorrentes da falta de saneamento adequado.

1.2.2. A situação de baixa renda e desigualdade social

Um olhar atento à questão habitacional de uma cidade da região metropolitana de São Paulo, como Santo André, é bastante plausível para que se possa entender a situação da população de baixa renda.

Como já foi visto anteriormente, a respeito do processo de ocupação da Região ABC, a questão da habitação na região, vem sendo tratada de diversas maneiras, sem que se solucione, de fato, este problema. Durante o período no qual a região se configurava como pólo de desenvolvimento, até a década de 1980 havia a participação do poder público junto ao interesse imobiliário em promover a implantação de vilas operárias com padrão urbanístico adequado. Porém, com o declínio econômico da região, a fim de atender interesses diversos o poder público foi omissivo e até permissivo em relação às ocupações irregulares.

Esse processo contribuiu muito à situação de segregação social, fenômeno não deve ser entendido como um processo onde a população com maior poder aquisitivo “expulsa” para longe de si as camadas sociais mais carentes, nem estas se “repelem” da primeira, pura e simplesmente por aversão uma à outra.

De acordo com Luiz César de Queiroz Ribeiro⁷ a cidade brasileira contemporânea resulta da combinação de dois mecanismos: de um lado, um *laissez-faire* pelo qual a cidade foi transformada em objeto da acumulação privada de riqueza, e de outro, da política de tolerância total com todas as formas de apropriação do solo urbano. O primeiro permitiu a aliança entre as classes dominantes em torno de um projeto concentrador de desenvolvimento que precisou acomodar os interesses locais da burguesia e os interesses das empresas internacionais. Destaca ainda que a acumulação urbana foi o escoadouro dos interesses locais, com o Estado agindo como protetor dos mercados da construção civil e da concessão de serviços coletivos. O segundo mecanismo, na visão do autor, teve papel de incorporar na política, de maneira subalterna, as classes populares urbanas formadas pelo massivo processo de transferência da população do campo para as cidades.

A política perversa da tolerância total serviu para deixar espaços para que a população se virasse, constituindo pela auto-produção as precárias bases urbanas da reprodução. (RIBEIRO, L.C. de Q., 2008 – p. 34)

O complexo Jardim Irene é apenas mais um dentre tantos outros “Jardins Irenes”, haja vista a quantidade de áreas de ocupação subnormal espalhadas pela região metropolitana de São Paulo.

Atravessamos hoje um momento de transição deste modelo. A acumulação urbana é reconfigurada pela crescente inclusão de interesses de grandes corporações internacionais, articuladas pelo capital financeiro. (RIBEIRO, L.C. de Q., 2008 – p. 34)

O solo urbano tem se valorizado cada vez mais. A demanda de grandes capitais por solo urbano para a realização de diversos negócios vem gerando forte

⁷ Luiz Cezar de Queiroz Ribeiro é sociólogo, professor doutor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Coordenador do Observatório das Metrôpoles, grupo de pesquisa que atua em forma de rede, direcionado para a pesquisa, organização e difusão de conhecimentos sobre novos modelos de políticas urbanas.

valorização imobiliária. No segmento residencial, o mercado tem investido nos segmentos da população que pode pagar entre R\$ 400 mil e R\$ 1,5 milhões por um apartamento. Com a queda da taxa de juros, um número cada vez maior de investidores aposta na valorização imobiliária. (RIBEIRO, L.C. de Q., 2008 – p. 35)

Estamos diante de uma nova fase de mercantilização da cidade em que a política de tolerância com respeito à proximidade territorial entre ricos e pobres está sendo substituída pela segregação residencial total. (RIBEIRO, L.C. de Q., 2008 – p. 36)

A lógica da acumulação urbana acentua a separação territorial entre as classes sociais. (RIBEIRO, L.C. de Q.)

1.2.3. Reflexos da evolução econômica sobre a Região ABC

Embora a sigla ABC corresponda às iniciais dos nomes dos santos que dão nome aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, a Região do Grande ABC é composta por sete municípios: Os três já citados, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Estão localizados no sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e apenas os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não são limítrofes à capital paulista.

O mapa seguir apresenta a Região Metropolitana de São Paulo e destaca em vermelho a Região ABC.

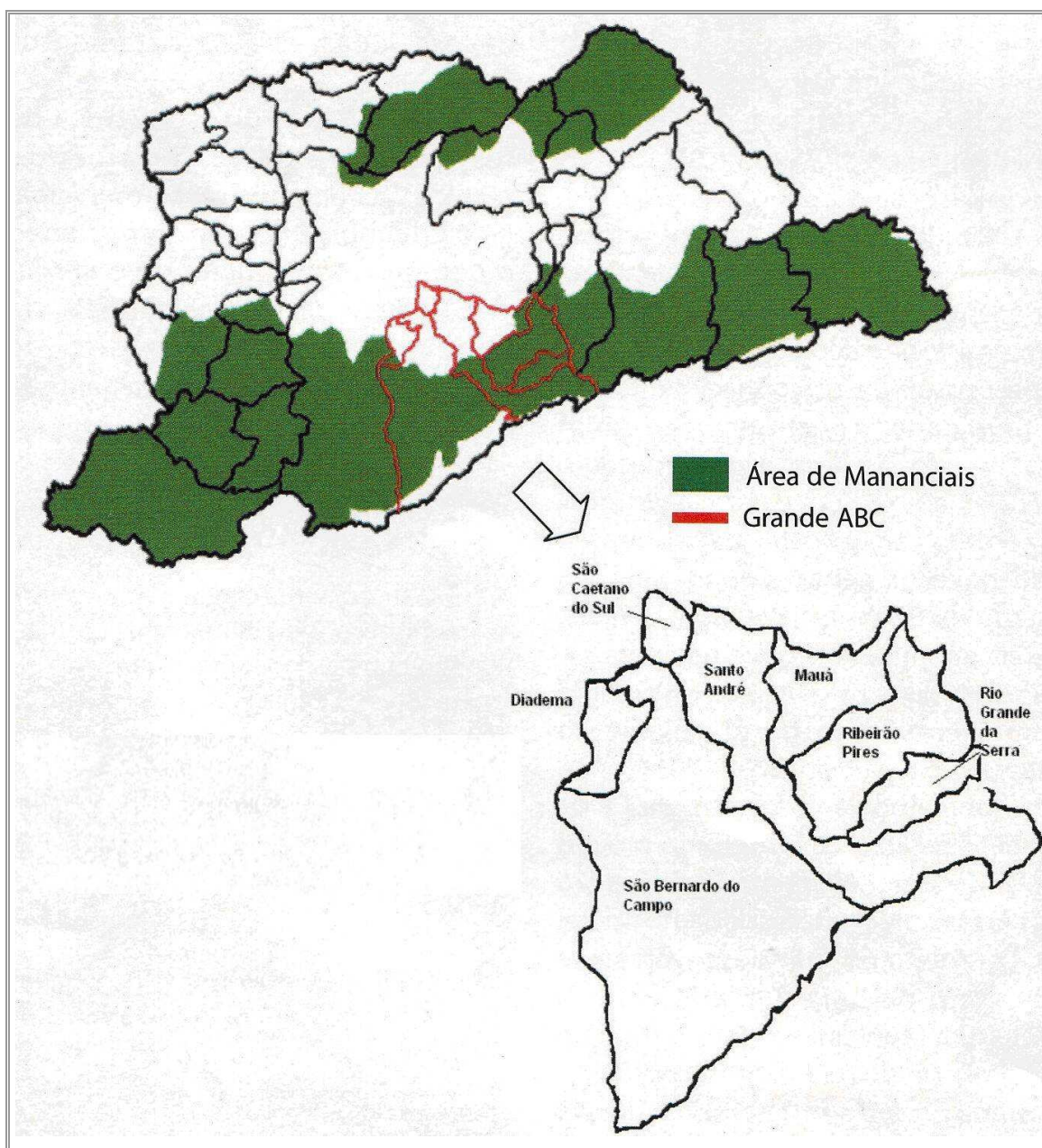


Figura 7: Região Metropolitana de São Paulo e destaque em vermelho da Região ABC.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005.

Em 1812 foi criada a Freguesia de São Bernardo, por aprovação régia do bispo diocesano e por alvará de 12 de outubro. A freguesia, espécie de distrito de São Paulo, abrangia área que não tinha limites exatos, não equivalendo ao território atual da Região do Grande ABC, pois dela não fazia parte o bairro rural de São Caetano. Em 1890 foi instalado o Município de São Bernardo, abrangendo

toda a área da atual Região, com sede em São Bernardo. A partir de 1896 foi criado o Distrito de Paz de Ribeirão Pires (nele incluídos os atuais Municípios de Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, parte de Mauá e o atual Distrito de Paranapiacaba). Em 1907 foi criado o Distrito de Paranapiacaba. Em 1910 é criado o Distrito de Santo André (nele incluído o atual Município de Santo André, São Caetano e parte de Mauá). Em 1938 o Município de São Bernardo passou a se denominar Santo André. O Distrito sede do Município passa a ser o Distrito de Santo André, englobando o Distrito de São Caetano, mantendo-se as demais divisas distritais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ – SUBPREFEITURA DE PARANAPIACABA E PARQUE ANDREENSE, 2004) Como observa KLINK, J.J.,2001:

Os municípios que atualmente compõe a região do Grande ABC sofreram, no decorrer do tempo, várias mudanças na sua delimitação geográfica e sede. No século passado, por exemplo, São Bernardo do Campo englobava todos os municípios que atualmente fazem parte do Grande ABC, enquanto que, a partir de 1938, a sua sede foi transferida para o então Bairro da Estação Santo André e São Bernardo foi rebaixada a distrito.

Desmembramentos municipais no Grande ABC

1940	1950	1960	1967
Santo André	Santo André	Santo André	Santo André
		Mauá	Mauá
		Ribeirão Pires	Ribeirão Pires Rio Grande da Serra
	São Caetano	São Caetano	São Caetano do Sul
	São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo
		Diadema	Diadema

Quadro 3: Desmembramentos municipais no Grande ABC
Fonte: Langenbuch, 1971 apud Klink, 2001.

Na década de 1940 todo o território da região ABC era denominado como o bairro de Santo André. A partir da década de 1950 passaram a ser delimitados e distintos o território de São Caetano e de São Bernardo do Campo. Na década de 1960 o território de Santo André foi dividido entre os novos Municípios de Mauá e Ribeirão Pires e São Bernardo do Campo perdeu o Bairro de Diadema que passou a ser um novo município. Em 1967 a Região ABC assumiu a divisão política que possui até hoje, quando Rio Grande da Serra se emancipou de Ribeirão Pires e se constituiu como o sétimo município a integrar a Região e São Caetano passou a ser denominado como São Caetano do Sul.

A região do Grande ABC ganhou maior importância, tanto no cenário nacional quanto internacional nas décadas de 1950 e 1960, época que o ABC se constituiu como marco do processo de industrialização do Brasil. (DA CONCEIÇÃO, J. J., 1997)

Neste contexto de expansão pós-guerra, de 1945 a 1973, que teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político, [...] chamado de período fordista-keynesiano (HARVEY, D., 1989) é que o desenvolvimento de um vigoroso parque industrial na região está inserido.

Ou seja, o desenvolvimento da região, nesta época, está muito relacionado à expansão internacional do fordismo, numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. O progresso internacional do fordismo significou para os Estados Unidos a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo. (HARVEY, D., 1989).

Portanto, para que se possa compreender a situação da Região ABC neste contexto internacional e a postura do governo federal brasileiro em relação às relações exteriores, destaca-se a citação de DA CONCEIÇÃO, J. J. (2004):

“Os principais motivos que levaram a região ABC a concentrar tamanho parque industrial estão relacionados a um contexto nacional e internacional favorável, nesse período, aos fluxos de investimentos elevados de grande liquidez. No âmbito nacional, a introdução de uma política governamental de incentivo a industrialização, particularmente a substituição de importações na área de bens de consumo duráveis e ao setor automobilístico, constitui-se no principal impulso a essa nova dinâmica de acumulação de capital no Brasil. Os novos investimentos foram direcionados para essa região em virtude de um conjunto de fatores, tais como: proximidade com o importante porto de Santos e com o maior mercado consumidor nacional que já na época era São Paulo; existência de uma rodovia como a Anchieta, interligando o porto a esse mercado consumidor; disponibilidade e atração de trabalhadores, parte dos quais semiquilificados; existência de grande quantidade de terras planas e de grandes áreas disponíveis, a preços simbólicos, com facilidades e garantias do setor público, quanto a serviços essenciais, como vias de acesso, água, esgoto, energia elétrica, etc.”.

Com este processo ocorre uma valorização das terras da Região ABC e suas áreas periféricas, obviamente mais baratas, tornavam-se extremamente atrativas à mão-de-obra que não conseguia morar nos centros das cidades do ABC e era seduzida pela oferta de trabalho e pela situação econômica da Região. O que provocou mudanças significativas em relação à questão urbana da Região e até em relação ao território nacional.

“foi nítida entre os anos 1950 e 1980, em razão de importante fluxo migratório, com pessoas vindas do Nordeste, Norte e mesmo Sudeste, causando sério impacto na região. O repentino crescimento populacional refletiu-se numa ocupação desordenada das áreas existentes, sem nenhum planejamento e dentro de um processo socialmente contraditório, pois apesar do alto valor do

PIB produzido na região, e antes mesmo da crise vivida agora, já havia invasão de áreas de mananciais. (...). Junto com esse fluxo migratório houve também escasseamento da oferta de terras e elevação importante dos preços dos aluguéis, tornado a região uma das mais caras, quanto à moradia e custo de vida, do estado de São Paulo.” (DA CONCEIÇÃO, J. J.,2004)

A desordem e falta de planejamento citada pelo autor pode ser considerada relativa, uma vez que prevalecia a ordem do modo de produção estabelecido. O planejamento pode não ser evidente, nem o mais coerente, porém, o setor público tinha interesse em dar todas as condições necessárias à produção das indústrias instaladas na região, como vias de acesso, equipamentos públicos e inclusive mão de obra barata, mão de obra esta que necessitava das mínimas condições para morar, ou seja, de certa forma, havia uma tolerância, por parte do poder público, em relação às ocupações irregulares.

Para que se possa entender a postura do poder público nesta situação assinalam-se os dizeres de (HARVEY, D.,1989), quando aborda o modo de produção fordista apontando que

O Estado (...), assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essa políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc., vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno.

Neste sentido pode-se citar a condição do país nos anos 1940, quando a indústria de substituição de peças crescia largamente. Para se ter idéia, no período da guerra, a General Motors promovia levantamento da capacidade fabril

do país que apontava a Região de São Paulo com um surpreendente índice de nacionalização de autopeças e com bom potencial de mercado de veículos automotores, o que segundo FURTADO, M. B. (1999) estimulou, em muito, o programa de nacionalização instituído pelo governo brasileiro após o conflito mundial.

O país, que crescia e industrializava-se de forma acelerada, recebia investimentos de empresas americanas e alemãs. O que significava que o território brasileiro era um tanto quanto estratégico no contexto pós-guerra. Além disso, o governo federal criava mecanismos de controle que restringiam a importação e os proprietários de veículos, principalmente automóveis, procurassem o produto nacional ao importado. Desta forma, fatores internos e externos contribuíam a este crescimento.

A demanda pelo produto nacional, Segundo FURTADO, (1999) aumentou ainda mais quando a Comissão de Desenvolvimento Industrial⁸ emitiu parecer favorável à liberação da compra no exterior de automóveis, restringindo apenas a importação de cerca de cem tipos de autopeças cujos similares já eram fabricados no país. Não havia, no entanto, condições na época para a instalação de montadoras de veículos, devido ao pequeno crescimento de setores básicos de infra-estrutura, principalmente energia elétrica e siderúrgica.

Dadas às circunstâncias, maiores incentivos à implantação da indústria automobilística foram criados a partir do início dos anos cinquenta. O Aviso 288 (1952), que proibia a importação de peças de reposição, desde que houvesse similar nacional, e o Aviso 311 (1953), ambos da Cexim, este impedindo a importação de veículos montados. Na época, estavam instaladas no país as montadoras Ford, General Motors, Alfa Romeo (caminhão FNM), Internacional e Simca (Grupo Karan).

Nessa conjuntura nacional o parque industrial no ABC só vinha a crescer, aumentando também a disponibilidade de energia elétrica e a pressão interna por maior oferta de transporte. O governo Kubitschek, em um de seus primeiros atos,

⁸ A comissão de Desenvolvimento Industrial foi criada em 1952 e seus trabalhos deram origem à Subcomissão de Fabricação de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, que iniciou os estudos para instalação da indústria Automobilística. Foi sucedida pela GEIA.

criou o *Grupo Executivo da Indústria Automobilística* – GEIA (Decreto 39.412/56), que planejou e executou as metas da indústria automobilística, no período 1956-60, com êxito.

O sucesso da indústria automobilística, se tornando o setor líder do crescimento industrial, proporcionou condições para a expansão do setor de serviços e a geração de novas fontes de emprego.

A situação de crescimento econômico da região veio a decair na década de 1980 com o colapso do sistema fordista. HARVEY, D., 1989 afirma que tal colapso ocorreu a partir de 1973, quando se iniciou um período de rápida mudança, fluidez e de incerteza. Foram então estabelecidos novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo com influência direta na economia da região.

Mudanças na economia mundial influenciaram diretamente na situação econômica da Região, uma vez que grande parte das indústrias ali instaladas era multinacional e obedeciam as tendências do mercado internacional.

HARVEY, D., 1989, acerca desta transformação, aponta que:

Os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente.

A acumulação flexível, denominada por Harvey, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (HARVEY, D., 1989)

De certa forma, tem-se uma apropriação do sistema fordista de produção, a racionalidade da produção é mantida, mas são rompidos os limites das plantas das fábricas. Não existe mais a necessidade de produzir todos os componentes de um produto em um único lugar, as tecnologias de comunicação e transporte viabilizam o “encolhimento” das distâncias, e as empresas não precisam mais estar territorialmente próximas, desta maneira está configurada uma divisão internacional do trabalho. No caso do ABC os elevados custos locais (aluguéis, mão de obra, custos indiretos como os provocados por infraestruturas congestionadas) e as atratividades de outras prefeituras e estados por meio de guerra fiscal acabam por expulsar as empresas de lá.

A década de 1990 surge como marco da intensificação do processo de internacionalização e globalização no Brasil. Este novo “regime” trouxe mudanças significativas para o desenvolvimento da região, que obviamente ainda conservar-se rica através do que pode ser identificado como espécie de inércia. O segmento automotivo ainda vem sendo alvo de investimentos extremamente intensivos em capital, permitindo às empresas extraordinário aumento da produção, poupando mão-de-obra, ou seja, um elevado incremento da produtividade do trabalho (Anau, R.V., 2004). Grandes indústrias automobilísticas, químicas e petroquímicas continuam atuando na região, porém este parque industrial não pode mais ser considerado como um pólo nacional.

A mesma autora situa como contraponto a expansão do setor terciário, fato marcante nos últimos anos na região. Aponta como pragmático o caso da rede comercial norte-americana Wal-Mart, que iniciou no ABC (Santo André) sua entrada no mercado brasileiro. Novos shopping centers vêm surgindo, assim como algumas empresas favorecidas pelo processo de terceirização da indústria.

A autora alerta para a questão de que empregos criados no terciário não compensam quantitativamente nem qualitativamente os perdidos na indústria, resultando em níveis salariais inferiores para um número de empregados inferior ao dos liberados pelo setor secundário. Avalia ainda que outra questão seria ligada aos perfis profissionais, pois os requisitos para esse setor emergente não são os possuídos pelos desempregados oriundos do setor industrial. E, por fim,

aponta para o que considera uma questão maior, ligada à própria mola propulsora do crescimento do terciário, pois lembra que foram os elevados salários industriais que o tornaram possível, sendo previsível o esgotamento desse impulso à medida que a indústria deixa de ser geradora de empregos. (ANAU, R.V., 2004)

Na mesma linha de raciocínio, a autora avalia:

A tendência predominante é ao crescimento do desemprego estrutural, gerado pela reestruturação produtiva e não apenas pelas oscilações conjunturais da economia. A isso somam-se as tendências à maior estratificação social e urbana, em razão dos níveis inferiores de renda dos empregos no terciário e da dificuldade de este setor absorver os demitidos pela indústria. Os impactos no meio ambiente devem acentuar-se, pois o agravamento das condições sociais empurra parcelas maiores da classe trabalhadora para condições marginais de vida, com a provável expansão das ocupações de áreas de mananciais e outras áreas de risco, apesar da nova legislação restritiva a esse respeito. O resultado líquido é o desemprego estrutural, a queda dos níveis de renda e a deterioração da qualidade de vida. (ANAU, R.V., 2004)

De maneira geral o crescimento econômico no período fordista trouxe à Região significativo desenvolvimento. Com o modo de produção modificado ao longo dos anos em virtude da globalização, o contingente de mão de obra atraído no período fordista, manteve-se o mesmo. Porém a oferta de empregos, também devido às mudanças no modo de produção, não se manteve, nem em quantidade nem em qualidade. Com essa variação a população residente na Região teve seu poder aquisitivo diminuído, contribuindo assim para a ocupação de lugares mais baratos, os assentamentos de população de baixa renda.

Atualmente a região passa por um momento de adaptação a essa nova realidade econômica. O Observatório Econômico⁹ do Município de Santo André,

⁹ O Observatório Econômico do Município de Santo André é uma estrutura pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional com apoio de instituições de ensino e pesquisa e dos setores produtivos do município e região.

em 2003 apresenta um levantamento revelando a desconcentração industrial no período de 1997 a 2002. A mesma edição do Observatório Econômico aponta o crescimento do Setor de serviços que criava mais emprego. Já em 2006, revela que o longo período de declínio econômico da Região ABC começa a ser revertido. Segundo o boletim o ponto de inflexão da curva aconteceu em 2003, mantendo-se assim nos dois anos subseqüentes. São apontados índices expressivos de crescimento, porém da mesma maneira o boletim alerta que a recuperação da economia regional ainda não corrige a perda acumulada nos anos anteriores, ressaltando que a região ainda precisa crescer muito para recuperar o que perdeu na década de 1990.

Em 2008 o Observatório Econômico apresenta um quadro bastante otimista apontando o crescimento do emprego formal e o crescimento da Receita do Município de Santo André. Contudo, é importante ressaltar que o país passa por uma crise mundial 2008/2009.

1.2.4 A população e o lugar: relação e interação

De maneira geral a industrialização e urbanização configuram-se como fenômeno global. Ampliando bastante o espectro para o entendimento destas questões, devemos lembrar que a cidade, e obviamente a sociedade passaram de agrícola, à política, à mercantil, até tornar-se industrial. O homem deixou o campo e a cidade explodiu. Destaca-se aqui um trecho da obra de Henri Lefebvre, de maneira a compreender as mudanças no tecido urbano trazidas pela industrialização, lembrando que o período industrial abordado não é o mesmo em que se desenvolveu o parque industrial do ABC Paulista. Deve-se lembrar ainda, que o autor descreve realidades diferentes das de uma metrópole de um país subdesenvolvido como o nosso.

...”a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaços demarcados e dominados pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem representativa, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência. Ela se lê como um rascunho, ora como uma mensagem autoritária. Ela se declara mais ou menos imperiosamente. Nenhum desses termos descritivos dá conta completamente do processo histórico: a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riqueza, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.)” (LEFEBVRE,)

Mais atualmente, quando vivemos uma nova revolução, a da informática, temos ainda mais alteradas as relações humanas. O mundo globalizado e conectado altera distâncias e não se tem mais uma escala física a ser medida para se definir “o lugar”.

O homem já não vive mais num determinado local, mas se relaciona, através de seus caminhos físicos ou virtuais com lugares.

2 ESTUDO DE CASO: O COMPLEXO JARDIM IRENE

Este estudo de caso visa a traçar um panorama sobre a situação do Complexo frente às bases conceituais levantadas referentes à Qualidade Urbana.

Para tanto são apontados os dados do ponto de vista social, como organização comunitária, questões de conforto e qualidade da moradia, lazer e cultura, trabalho e renda e acesso às necessidades fundamentais. Bem como dados de base físico naturais, ou seja, questões de conforto térmico, saneamento, assim como a ocorrência de situações que colocam em risco a segurança da população, como o evento de deslizamento e enchentes. São abordados também dados relativos ao Ambiente Artificial Urbano-Arquitetônico, relacionado às interferências na vida da população, dos aspectos espaciais e funcionais do ambiente urbano, como sistema viário e de transporte, paisagem, densidade e infra-estrutura.

2.1 REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E MAPOGRÁFICAS

Para a delimitação das referências históricas e mapográficas foi consultado o diagnóstico datado de 2005, elaborado pelo SEMASA, Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André em parceria com empresas contratadas, fornecido pela Prefeitura Municipal de Santo André. Todas as informações dos subitens 2.2.1 e 2.2.2, referem-se a este diagnóstico e trata-se de análise do material obtido.

2.1.1 Processo histórico de ocupação urbana do Complexo Jardim Irene

De acordo com material fornecido pela Prefeitura Municipal de Santo André, o início das ocupações no bairro ocorreu em 1990 através do grileiro Levi de Souza.

Conforme o mesmo material, em meados de 1992 surgiu na área a maior parte das ocupações com o Movimento dos Sem Terra pela Moradia de Santo André. Com intuito imobiliário, algumas pessoas começaram a comercializar as áreas invadidas, promovendo a completa ocupação em poucos anos, através do comércio informal de terras. A comunidade local atualmente, tenta extinguir o comércio ilegal de terras para que se mantenha o controle das ocupações na área.

O diagnóstico consultado aponta que o Ministério Público já abriu investigações e processos devido às formas ilegais com que o Movimento atuou na venda ilegal de lotes, tanto nas áreas de sua propriedade, caso do Jardim Irene I, quanto naquelas onde se constituiu como compromissário junto aos antigos proprietários do Jardim Irene II. Nesse último caso, o compromisso entre o Movimento e os proprietários foi rescindido por esses, permitindo que a

regularização da gleba fosse possibilitada a partir de seu parcelamento e aquisição.

Conforme o levantamento elaborado pela SEMASA, as antigas lideranças envolvidas com o Movimento, que ocupou a área, ainda exercem alguma influência sobre os moradores. Entretanto a extinção oficial do Movimento colaborou com o surgimento de novas lideranças comprometidas com os interesses coletivos atuais.

Com a instalação das entidades comunitárias locais buscou-se evitar a inclusão de novos moradores de forma ilegal. Apesar da morosidade do processo de legalização das terras, a ação especulativa foi inibida e iniciou-se a busca pela melhoria da área, sobretudo do Jardim Irene II, que demonstra maior organização e, conseqüentemente, maior número de benfeitorias públicas conquistadas.

Atualmente os antigos Irene II e III são considerados AEIS – Áreas Especiais de Interesse Sociais, ou seja, área pública ou particular ocupada por assentamentos de população de baixa renda localizados na macrozona urbana, devendo o poder público promover a regularização fundiária e urbanística com implantação de equipamentos públicos, de comércio e serviços de caráter local e equipamentos de recreação e lazer.

Apesar destes esforços ainda existe, no local, um comércio informal de lotes e moradias, independentemente das suas condições de construção. Em 2002 um grupo de moradores do antigo Irene II, preocupados com a situação de suas casas organizou e pesquisou a atual situação fundiária da área, pois as informações não eram veiculadas pelos antigos proprietários. Assim, descobriram que: a área não havia sido paga pelo Movimento aos antigos proprietários; os antigos proprietários estavam com processo julgado de reintegração de posse contra os moradores intitulados “ocupantes inominados”; o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, da área estava há 12 anos em débito com a Prefeitura de Santo André que estava com carta precatória pronta para a execução fiscal e que havia, ainda, um processo ambiental por movimento irregular de terra feito por pessoas do antigo Movimento.

Com essas informações percebeu-se a necessidade de se criar uma entidade que, de fato, pleiteasse a regularização da área. Assim, formou-se a Associação dos Proprietários e Moradores do Jardim Irene II em 15/04/2002.

A princípio a associação atuava no Jardim Irene II. Com a obtenção do título da terra dos antigos proprietários e a isenção do IPTU atrasado junto à Prefeitura de Santo André desde 1990 até 2003 possibilitou-se a unificação do antigo complexo Irene II, III, IV e V. A população moradora nessa área, através de votação realizada em 23/08/2003, escolheu o nome de Jardim Ciprestes, depois alterado para Jardim Cipreste. Essa alteração de nome foi feita juridicamente e na COMUL (Comissão Municipal de Urbanização e Legalização).

2.1.2 Caracterização sócio-econômica do Complexo Jardim Irene

O relatório apresentado pelo diagnóstico já citado aponta para a existência de 1441 domicílios cadastrados, com uma população de 5069 pessoas, à época da elaboração do relatório.

Em relação aos aspectos gerais do 1º e 2º Responsáveis pela renda da família a pesquisa identificou 1441 pessoas consideradas 1º responsável e 1003 que são 2º responsáveis, também à da elaboração do relatório.

Distribuição do 1º Responsável por Grau de Instrução¹⁰	NA	%
Analfabeto	68	4,7%
Lê/escreve, mas não cursou	29	2,0%
1º Grau 1ª Série	118	8,2%
1º Grau 2ª Série	74	5,1%
1º Grau 3ª Série	93	6,5%
1º Grau U 4ª Série	251	17,4%
1º Grau 5ª Série	181	12,6%
1º Grau 6ª Série	96	6,7%
1º Grau 7ª Série	84	5,8%
1º Grau 8ª S Série	147	10,2%
2º Grau 1ª Série	45	3,1%
2º Grau 2ª Série	46	3,2%
2º Grau 3ª S Série	186	12,9%
Superior incompleto	4	0,3%
Superior Completo	1	0,1%
MOBRAL	4	0,3%
Não informou	14	1,0%
Total	1441	100,0%

Quadro 4: Distribuição do 1º responsável por grau de instrução.
 Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

¹⁰ Conforme nova legislação 1º grau passou a ser designado ensino fundamental e o 2º grau, ensino médio.

Distribuição do 2º Responsável por Grau de Instrução	NA	%
Analfabeto	53	5,3%
Lê/escreve, mas não cursou	12	1,2%
1º Grau 1ª Série	60	6,0%
1º Grau 2ª Série	61	6,1%
1º Grau 3ª Série	59	5,9%
1º Grau U 4ª Série	155	15,5%
1º Grau 5ª Série	118	11,8%
1º Grau 6ª Série	60	6,0%
1º Grau 7ª Série	62	6,2%
1º Grau 8ª S Série	113	11,3%
2º Grau 1ª Série	40	4,0%
2º Grau 2ª Série	36	3,6%
2º Grau 3ª S Série	152	15,2%
Superior incompleto	5	0,5%
Superior Completo	4	0,4%
MOBRAL	5	0,5%
Não informou	8	0,8%
Total	1003	100,0%

Quadro 5: Distribuição do 2º responsável por grau de instrução.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

De um modo geral os dados apresentados pelo relatório revelam baixa escolaridade. Nota-se um alto percentual (72,9%) de pessoas com o 1º grau, sendo que 37,2% cursaram da 1ª a 4ª série e 35,7% da 5ª a 8ª série. Identifica-se 19,2% de 1ºs responsáveis com o 2º grau completo ou incompleto. É importante ressaltar que de cinco pessoas que iniciaram um curso superior, até o momento da pesquisa, apenas uma havia completado.

Por outro lado, 4,7% da população é de analfabetos e 2,0% sabe ler e escrever, sem nunca ter frequentado a escola.

A distribuição do 2º responsável por grau de instrução apresenta semelhança com a do 1º responsável.

Da 1ª a 4ª série do 1º grau encontram-se 33,5% da população e da 5ª a 8ª série 35,3%.

Da 1ª a 3ª série do 2º grau o índice é de 22,8%.

Com curso superior foram encontradas 9 pessoas, sendo que até o momento 4 haviam completado.

Os analfabetos e os que sabem ler ou escrever, se ter frequentado a escola representam 6,5%.

Com relação à situação ocupacional dos moradores verifica-se:

Distribuição do 1º Responsável por Situação Ocupacional	NA	%
Empregado com registro	515	35,7%
Empregado sem registro	193	13,4%
Desempregado	166	11,5%
Autônomo com registro	16	1,1%
Só faz bicos	234	16,2%
Pensionista	15	1,0%
Aposentado	43	3,0%
Dona de casa	102	7,1%
Menor (ao trabalha nem estuda)	0	0,0%
Não respondeu	1	0,1%
Autônomo sem registro	149	10,3%
Só estuda	3	0,2%
Maior não trabalha	4	0,3%
Total	1441	100,0%

Quadro 6: Distribuição do 1º responsável por situação ocupacional.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

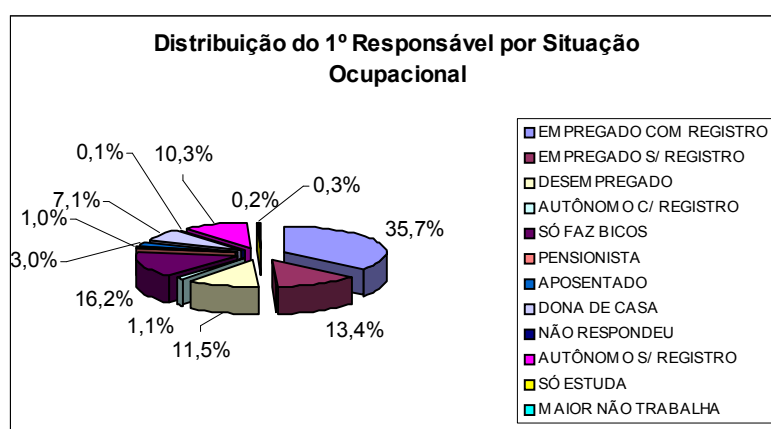


Gráfico 1: Distribuição do 1º responsável por situação ocupacional.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

Ao analisar a situação de trabalho, o que se observa é que 49,1% dos 1^{os} responsáveis encontram-se empregados no mercado formal de trabalho. Destes, 35,7% têm registro em carteira e 13,4% trabalham sem registro.

11,3% desta população é autônoma, sendo que somente 1,1% contribui para a previdência.

Os que vivem exclusivamente de “bicos”¹¹ representam 16,2%.

Por último, vale ressaltar que 11,5% dos 1^{os} responsáveis estavam desempregados no momento da pesquisa.

Com relação à renda:

Renda Individual do 1º Responsável	NA	%
Sem renda	0	0,0%
Até 1 SM	301	20,9%
De 1,1 a 2 SM	539	37,4%
De 2,1 a 3 SM	227	15,8%
De 3,1 a 4 SM	63	4,4%
De 4,1 a 5 SM	21	1,5%
De 5,1 a 6 SM	12	0,8%
De 6,1 a 7 SM	3	0,2%
De 7,1 a 8 SM	4	0,3%
De 8,1 a 9 SM	0	0,0%
De 9,1 a 10 SM	1	0,1%
Mais de 10 SM	0	0,0%
Sem informação	270	18,7%
Total	1441	100,0%

Quadro 7: Renda individual do 1º responsável.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

¹¹ Considera-se “bico” o trabalho eventual e informal, sem vínculo empregatício.

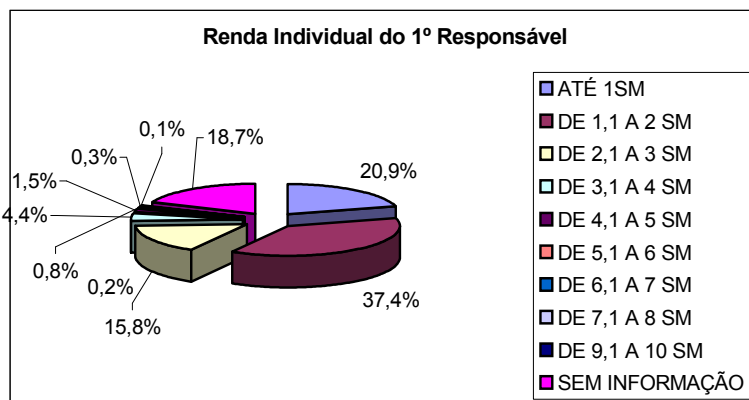


Gráfico 2: Renda Individual do 1º responsável.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

Entre os 1^{os} responsáveis destaca-se um percentual de 37,4% de pessoas que se encontram na faixa de ganho de 1,1 a 2 salários mínimos.

Os que ganham de 1,1 a 3 salários mínimos representam 53,2% da população.

Os que ganham de 3,1 a 5 salários mínimos somam 5,9%.

Acima de 5,1 salários mínimos o percentual é de 1,3%.

Por outro lado 20,9% possuem renda inferior a 1 salário mínimo.

É importante ressaltar que o salário mínimo na época da pesquisa correspondia a R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais). Em 2009 o salário mínimo corresponde a R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Renda Familiar

Distribuição Segunda Renda Familiar	NA	%
Sem renda	0	0,0%
Até 1 SM	201	13,9%
De 1,1 a 2 SM	408	28,3%
De 2,1 a 3 SM	274	19,0%
De 3,1 a 4 SM	139	9,6%
De 4,1 a 5 SM	69	4,8%
De 5,1 a 6 SM	38	2,6%
De 6,1 a 7 SM	17	1,2%
De 7,1 a 8 SM	14	1,0%
De 8,1 a 9 SM	4	0,3%
De 9,1 a 10 SM	5	0,3%
Mais de 10 SM	2	0,1%
Sem informação	270	18,7%
Total	1441	100,0%

Quadro 8: Distribuição segundo renda familiar.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

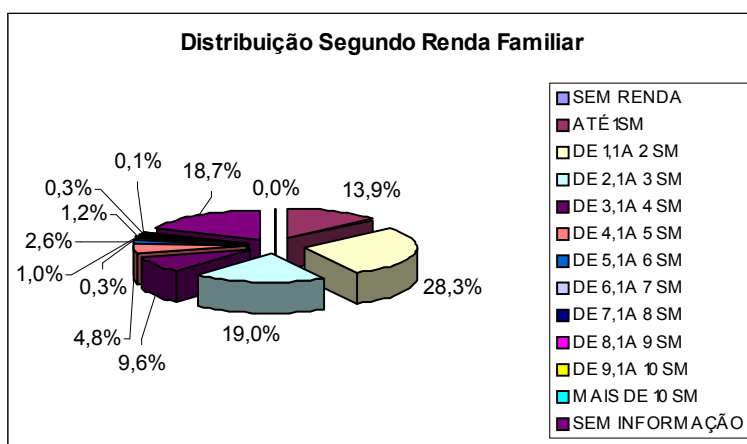


Gráfico 3: Distribuição segundo renda familiar.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

Das 1441 famílias pesquisadas, 61,2% apresenta renda familiar inferior a 3 salários mínimos, sendo a faixa de renda mais frequente a de 1,1 a 2 salários mínimos.

É importante ressaltar que 13,9% das famílias suprem suas necessidades com menos de 1 salário mínimo de renda familiar.

Por outro lado, 5,5% das famílias têm renda acima de 5,1 salários mínimos.

A média da renda familiar é de 2,16 salários mínimos e a renda per capita é de 0,63 salários mínimos.

Renda per capita por domicílios	NA	%
Menos que 0,1 sm ou não informou	109	7,6%
de 0,1sm até 0,2 sm	112	7,8%
de 0,21 sm até 0,3 sm	142	9,9%
de 0,31 sm até 0,4	144	10,0%
de 0,41 sm até 0,5 sm	135	9,4%
de 0,51 sm até 0,6 sm	124	8,6%
de 0,61 sm até 0,7 sm	99	6,9%
de 0,71 sm até 0,8 sm	86	6,0%
de 0,81 sm até 0,9 sm	50	3,5%
de 0,91 sm até 1 sm	126	8,7%
de 1,11 sm até 1,2 sm	42	2,9%
de 1,21 sm até 1,3 sm	28	1,9%
de 1,31 sm até 1,4 sm	38	2,6%
de 1,41 sm até 1,5 sm	20	1,4%
de 1,51sm até 1,6 sm	44	3,1%
de 1,61 sm até 1,7 sm	16	1,1%
de 1,7 sm até 1,8 sm	21	1,5%
de 1,81 sm até 1,9 sm	11	0,8%
de 1,91 sm até 2 sm	25	1,7%
de 2 sm a 3 sm	53	3,7%
de 3,1 sm a 4 sm	8	0,6%
mais de 4 sm	8	0,6%
Total	1441	100,0%

* sm: salário mínimo

Quadro 9: Renda per capita por domicílio.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

Em relação à renda per capita por domicílio, observa-se que em 44,7% da população a renda per capita é de até 0,5 salários mínimo.

Por outro lado, 1,2% da população tem renda per capita acima de 2 salários mínimos.

Grau de Instrução

Distribuição da População por Grau de Instrução	NA	%
Até 7 anos não frequenta	567	11,2%
Frequenta creche	114	2,2%
Frequenta pré-escola	135	2,7%
Frequenta EMEI	44	0,9%
ANALFABETO	141	2,8%
Lê/escreve mas não cursou	50	1,0%
1º. Grau 1ª. Série	377	7,4%
1º. Grau 2ª. Série	343	6,8%
1º. Grau 3ª. Série	301	5,9%
1º. Grau 4ª. Série	604	11,9%
1º. Grau 5ª. Série	509	10,0%
1º. Grau 6ª. Série	324	6,4%
1º. Grau 7ª. Série	283	5,6%
1º. Grau 8ª. Série	407	8,0%
2º. Grau 1ª. Série	176	3,5%
2º. Grau 2ª. Série	158	3,1%
2º. Grau 3ª. Série	472	9,3%
Superior incompleto	18	0,4%
Superior completo	7	0,1%
MOBRAL	9	0,2%
Não informou	30	0,6%
Total	5069	100,0%

Quadro 10: Distribuição da População por grau de instrução.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

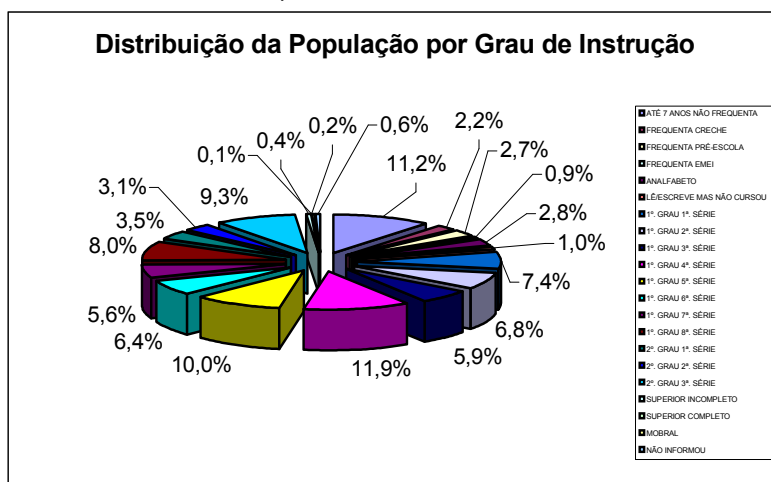


Gráfico 4: Distribuição da população por Grau de Instrução.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

A população pesquisada apresenta um percentual de 62,0% da população com 1º grau incompleto, sendo que 32,0% cursaram da 1ª a 4ª série e 30,0% da 5ª a 8ª série.

Agrupando-se os valores da 1ª a 3ª série do 2º grau o percentual encontrado é de 15,9%.

Com superior completo ou incompleto encontra 0,5% da população.

Por outro lado, identifica-se um percentual de 11,2% de crianças com até 7 anos de idade que não frequenta creche, Emile ou mesmo a 1ª série do 1º grau.

Distribuição da População por Estudar ou Não	NA	%
Estuda	2048	40,4%
Não estuda	3009	59,4%
Não informou	12	0,2%
Total	5069	100,0%

Quadro 11: Distribuição da População por estudar ou não.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

Caracterização dos Imóveis

Para a análise das condições de uso e ocupação do domicílio, foram considerados os seguintes itens: ocupação do terreno, número de pavimentos, tipo de construção, condição de ocupação, uso do domicílio, e número de pessoas e de famílias por domicílio.

Ocupação do Terreno

Ocupação do terreno	NA	%
1. Uma casa	1292	89,7%
2. Duas casas	112	7,8%
3. Três ou mais casas	12	0,2%
Total	1441	100,0%

Quadro 12: Ocupação do Terreno.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004

Os dados obtidos revelam que na grande maioria dos terrenos existe uma única edificação (89,7%).

Número de Pavimentos

Número de Pavimentos	NA	%
1.Um pavimento	1228	85,2%
2.Dois pavimentos	178	12,4%
3.Três pavimentos	30	2,1%
4.Mais de três pavimentos	0	0,0%
Não respondeu	5	0,3%
Total	1441	100,0%

Quadro 13: Número de pavimentos.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004

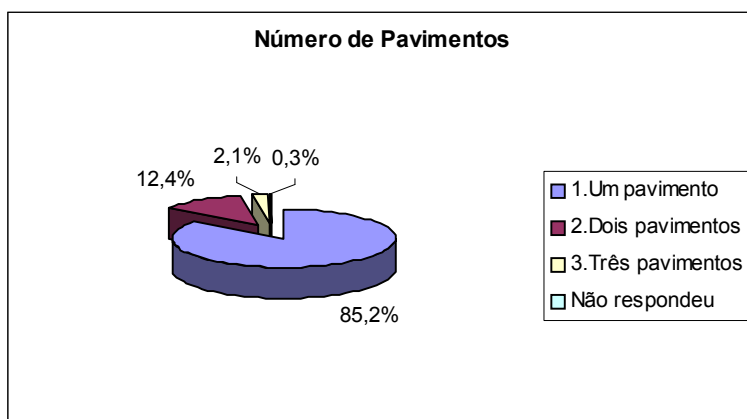


Gráfico 5: Distribuição segundo o número de pavimentos

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

Das construções da área, 85,2% delas, possui um único pavimento; 12,4% têm dois pavimentos e, constata-se, ainda, 2,1% de residências com até três pavimentos.

Tipo de construção

Tipo de Construção	NA	%
1.Madeira	585	40,6%
2.Alvenaria	785	54,5%
3.Misto	71	4,9%
Total	1441	100,0%

Quadro 14: Tipo de construção.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004

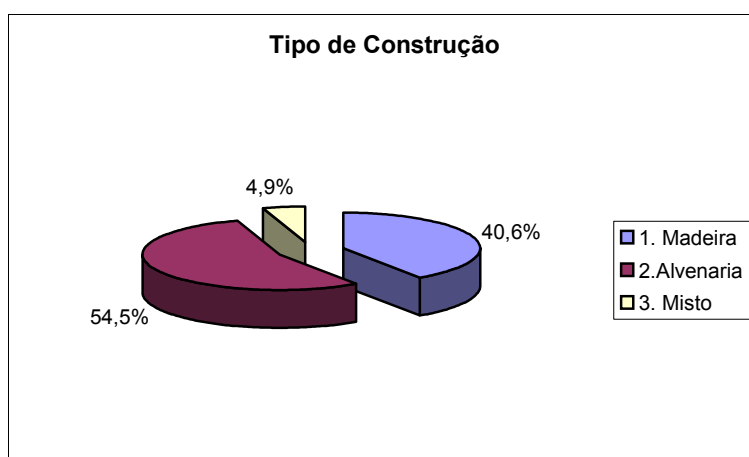


Gráfico 6: Distribuição segundo tipo de construção.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

Está sendo analisado o tipo de construção conforme seu material de construção principal. Desta forma, encontra-se ligeira predominância do uso de alvenaria, representando 54,5% das construções, o que indica que os moradores buscam estabilidade no local. Por outro lado, chama a atenção o elevado percentual (40,6%) de residências construídas com material precíval como a madeira.

Tempo de Residência no Município por Tipo de Construção	Madeira	Alvenaria	Misto	NA	%
Até 1 Ano	29	43	1	73	5,1%
De 1 a 2 anos	111	79	9	199	13,8%
De 3 a 5 anos	152	163	23	338	23,5%
De 6 a 10 anos	203	293	25	521	36,2%
De 11 a 15 anos	30	75	4	109	7,6%
De 16 a 20 anos	24	34	5	63	4,4%
De 21 a 30 anos	24	53	3	80	5,6%
Mais de 30	11	43	1	55	3,8%
Sem informação de tempo	1	2	0	3	0,2%
Total	585	785	71	1441	100,0%

Quadro 15: Tempo de residência no município por tipo de construção.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004

Os maiores percentuais de tempo de residência na área encontram-se nas faixas de 3 a 5 anos e de 6 a 10 anos. Estas mesmas faixas apresentam o maior número de casas de alvenaria. De maneira geral a informação sobre o tempo de residência cruzada com a informação relativa ao material da construção indica a busca por estabilidade na região.

Condição de Ocupação

Condição de Ocupação da Casa	NA	%
1. Própria	1298	90,1%
2. Alugada	60	4,2%
3. Cedida	83	5,8%
Total	1441	100,0%

Quadro 16: Condição de ocupação da casa.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004

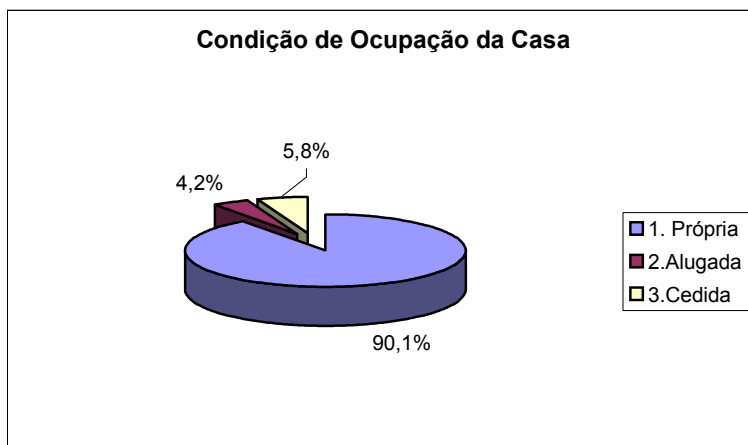


Gráfico 7: Distribuição segundo condição de ocupação da casa
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004.

Em relação à condição de ocupação dos imóveis, os dados revelam que em 90,1% deles, os moradores são os proprietários. Vale ressaltar que os imóveis alugados e os cedidos representam menos de 10,0%.

Equipamentos sociais

Em relação aos equipamentos sociais da área, o relatório constata que existe somente um posto de saúde móvel (Rolando Saúde), da Secretaria de Saúde de Santo André. Essa comunidade obteve aprovação no Orçamento Participativo para 2005 da criação de um posto de saúde fixo, a ser construído à Rua Bela Vista.

As escolas mais próximas utilizadas pela população ficam a uma distância de mais de 1 km. Essas escolas são:

- ✓ EMEIF – Escola Municipal de Educação Infantil Fundamental do Jardim Guarará;
- ✓ EMEIF do Jardim Cata Preta;
- ✓ Escola Estadual de 1º e 2º grau Paulo Emilio Sales Gomes – Jardim Irene;
- ✓ Escola Estadual de 1º e 2º grau Waldomiro Guimarães – Jardim Cata Preta.

Dada à carência da área a população utiliza os equipamentos de outros bairros do município de Santo André. E os moradores do topo do morro utilizam os equipamentos dos bairros Jardim Farina e Alto Industrial pertencentes ao município de São Bernardo do Campo.

Organização Comunitária

Como visto anteriormente existe organização comunitária na área, que de certa forma vem realizando conquistas.

Para a análise da organização comunitária foram consideradas duas questões: se participa de grupos comunitários e se conhece as lideranças comunitárias da área, como pode ser avaliado nos quadros:

Participa de Grupos Comunitários?	NA	%
1. Artístico	6	0,4%
2. Religioso	496	34,4%
3. Outros	69	4,8%
4. Não	867	60,2%
Não respondeu	3	0,2%
Total	1441	100,0%

Quadro 17: Participa de grupos comunitários?
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004

Conhece Lideranças Comunitárias na Área?	NA	%
1.Sim	522	36,2%
2.Não	913	63,4%
Não respondeu	6	0,4%
Total	1441	100,0%

Quadro 18: Conhece lideranças comunitárias na área?
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2004

Dos habitantes que participam de grupos comunitários (39,6%), 34,4% refere-se a grupos religiosos (Igrejas Católicas, Evangélicas, Grupos de oração, entre outros); 0,4% participa de grupos artísticos (banda gospel, grupo de canto, grupo de crochê, curso de desenho); 4.8% da Associação de moradores.

A população pesquisada mostra conhecer as lideranças formais ligadas à Associação de Moradores.

2.1.3 Caracterização e levantamento do meio físico e estruturas físico-ambientais

Delimitação da Área

O Complexo Jardim Irene é uma ocupação subnormal, caracterizada pela informalidade da posse da terra e pela precariedade das construções. Atualmente formada por cinco setores denominados Jardim Irene I, II, III, IV e V. Exceto o Jardim Irene I, os demais estão localizados num mesmo aglomerado, inseridos numa topografia em forma de anfiteatro.

✓ População	5345 habitantes
✓ Número de Famílias	1465 famílias
✓ Número de Moradias	1631 casas
✓ Área	26,22 ha
✓ Densidade Bruta	203,85 hab/ha

Localização na Cidade

O Complexo Jardim Irene localiza-se na cidade de Santo André, na zona sudoeste - região de expansão urbana. Inserida em local periférico, faz divisa com

a cidade de São Bernardo do Campo. Esta situação, no ponto de vista do citado relatório gera alguns conflitos na gestão e no atendimento públicos.

Esta visão deve-se ao fato de que a situação de divisa entre municípios conurbados, acaba dificultando a delimitação exata dos mesmos. O que faz com que a divisa territorial e a divisa fiscal não sejam, necessariamente, as mesmas. Desta forma, ocorrem situações onde os serviços prestados, como fornecimento de água e luz, muitas vezes atendam com endereço de um município e o recolhimento de impostos através de IPTU, é realizado pelo outro município. Esta situação é bastante agravada em assentamentos irregulares, ou em processo de regularização, como é o caso do Complexo Jardim Irene.

Porém se lembrarmos da carência de equipamentos públicos e de que grande parte da população utiliza os equipamentos do município vizinho, esta situação não pode ser encarada como geradora de conflitos, como menciona o relatório.

O Complexo ainda faz divisa, na parte de Santo André, com os seguintes bairros: Vila João Ramalho, Jardim Irene e Jardim Guarará.

Sua condição de informalidade reflete algumas carências do serviço público, entretanto sua localização liga-se ao restante da cidade Santo André bem como de São Bernardo do Campo como pôde ser observado na Figura 5 apresentada anteriormente no Capítulo *A questão metropolitana e o Complexo Jardim Irene*, do presente trabalho.

O diagnóstico urbanístico consultado, busca identificar as principais características do Complexo Jardim Irene e de seus setores, apontando, paralelamente, suas potencialidades.

Estrutura físico-naturais

A fim de compreender a paisagem, se faz necessário perceber a ação do homem em relação ao meio natural. Para tanto são expostas figuras com a geomorfologia do lugar.

A Figura 8 a seguir é capaz de elucidar, através de suas manchas, a situação bastante acidentada do sítio onde o Complexo Jardim Irene está implantado. Ainda com o objetivo de compreender a topografia do terreno a Figura 9 apresenta as cotas de nível que variam de 900m na porção leste, divisa com São Bernardo do Campo e toda a borda leste do Complexo, até 790m na área alagadiça do Jardim Irene I. Nas próximas páginas, onde se define a caracterização dos setores do Complexo Jardim Irene, são apresentados desenhos em maior escala onde fica possível a visualização das cotas de nível com mais clareza.

A área apresenta uma configuração que pode ser comparada a um anfiteatro, com toda a sua borda a leste, mais alta e a área central mais plana, estas se ligam por encostas de alta declividade. A mesma figura ainda apresenta as áreas com risco de escorregamento de terra e de alagamento.

A Figura 10 indica Áreas de Preservação Permanente (APP) de córregos, declividade, topo de morro e várzea. Se avaliadas as Figuras 9 e 10, pode-se notar que muitas construções, além de não respeitarem as APP's, estão na linha de córregos, ficando ainda mais expostas à situação de risco, principalmente em épocas de chuva. Alguns destes córregos nem existem mais ou tiveram seu percurso alterado pela implantação das construções.

Através das imagens é possível verificar a implantação de casas em áreas de alta declividade e em Áreas de Preservação Permanente. É importante ressaltar que as casas são edificadas através de autoconstrução, o que faz com que esta alta declividade represente um risco ainda maior.

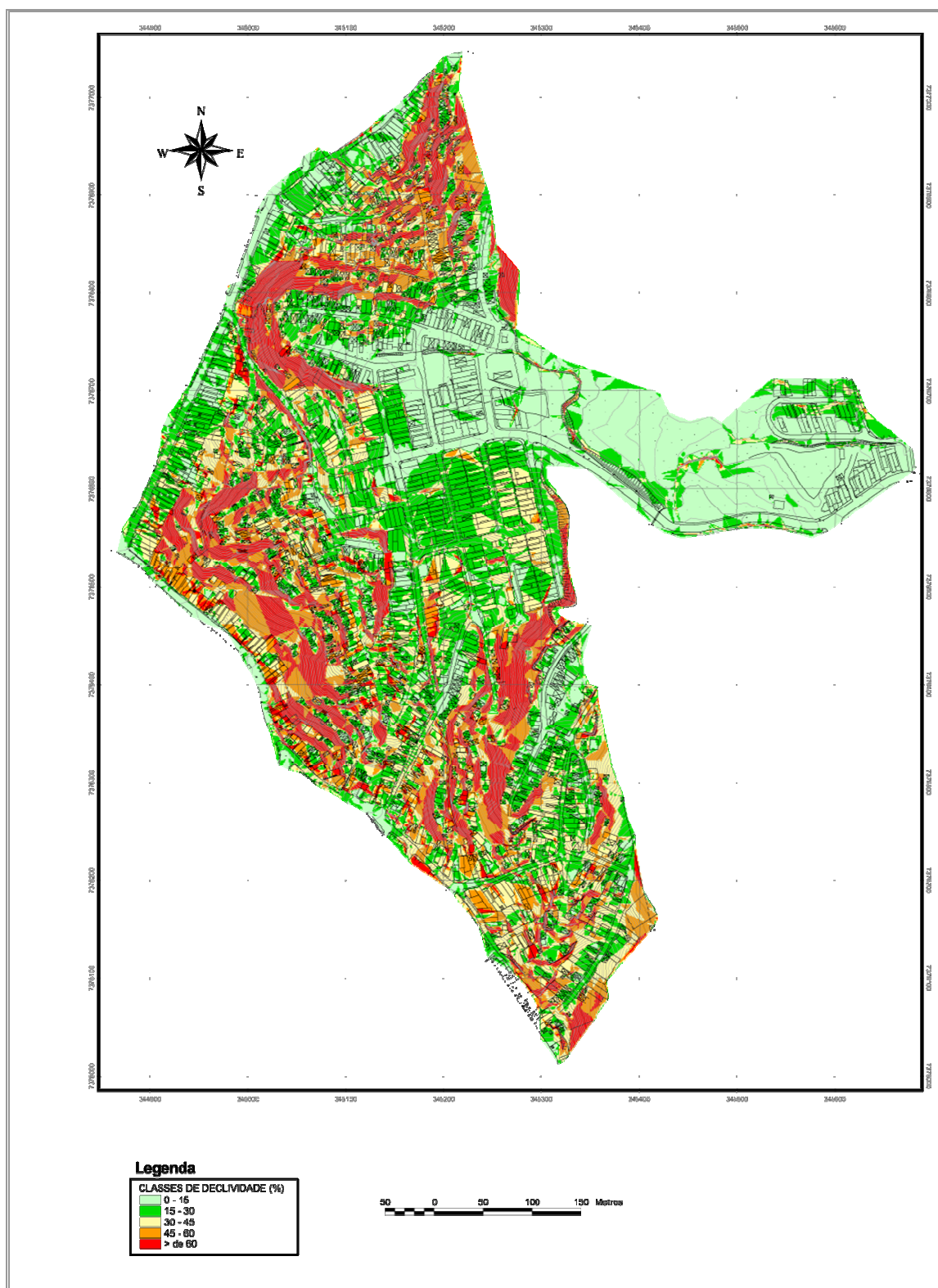


Figura 8 : Declividade.
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005.

Escala Gráfica

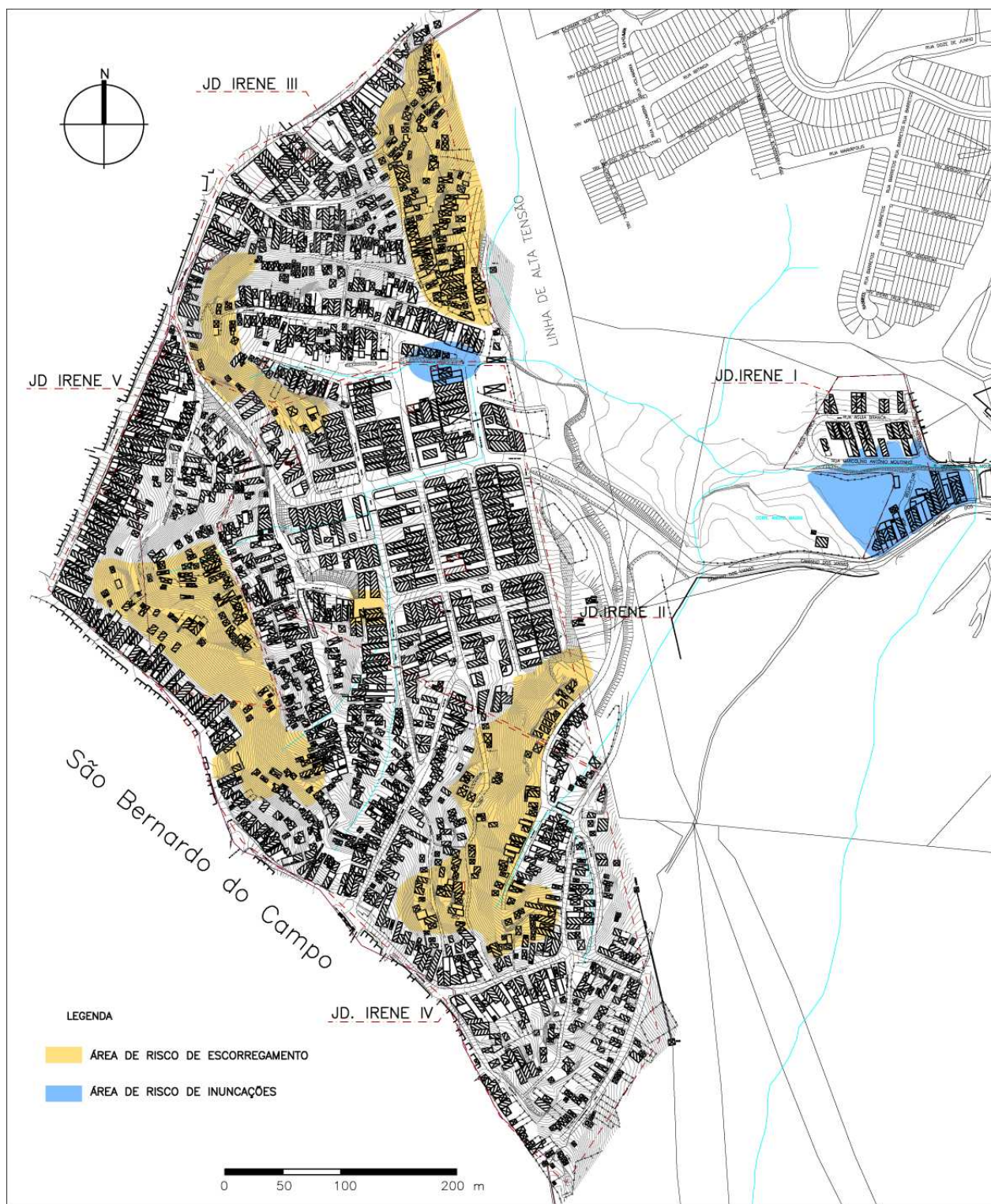


Figura 9 : Implantação e áreas de risco potencial.

Fonte: Elaborado pela própria autora, com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005.

Escala Gráfica

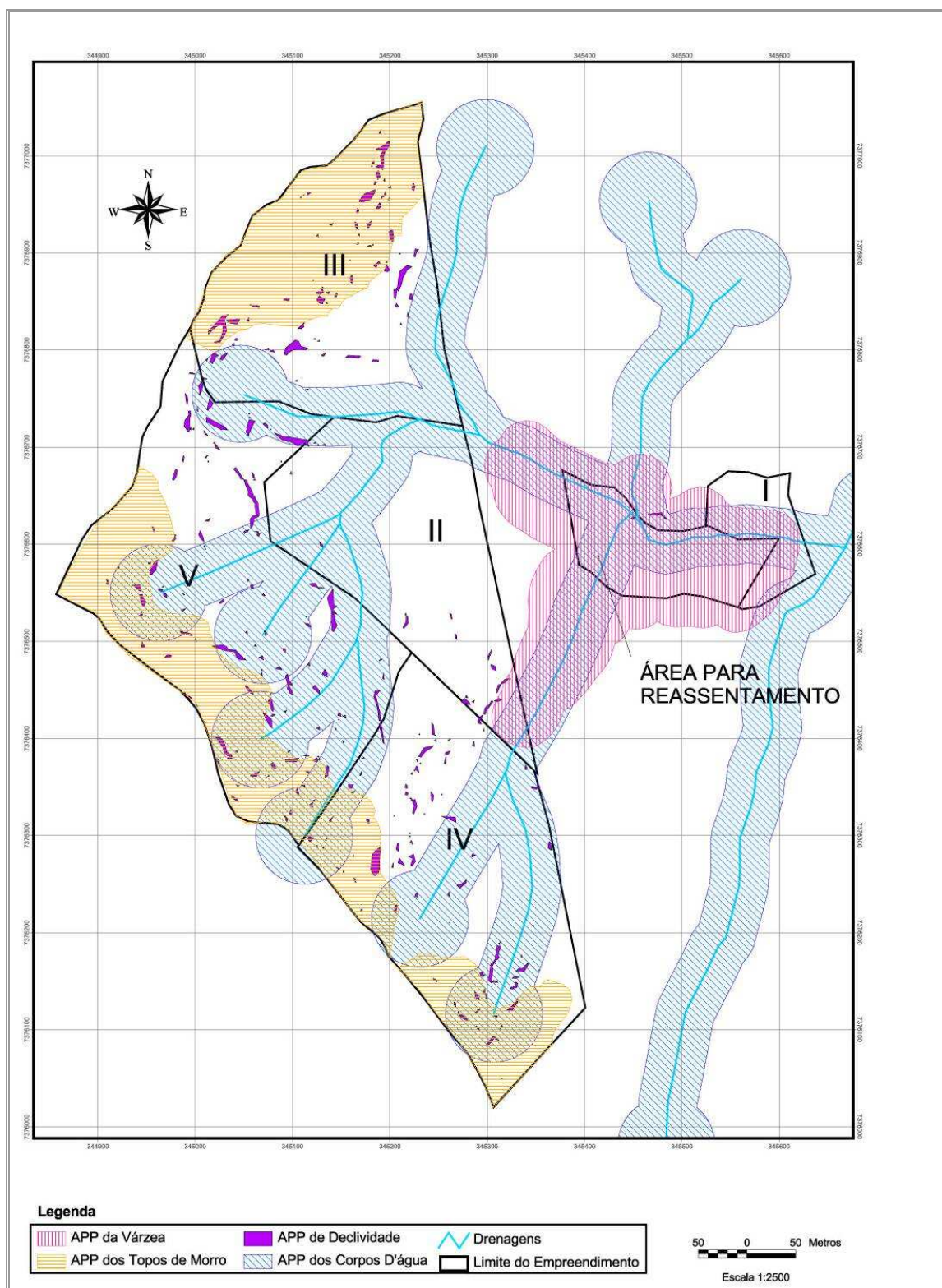


Figura 10 : Área de Preservação Permanente
Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005.

Escala Gráfica

Disponibilidade da Rede de Transporte Urbano Existente

A rede de transporte público atende ao Complexo Jardim Irene de forma parcial, já que não há condições de circulação de transporte pesados no interior dos setores.

O principal e único acesso do transporte público dá-se pelo Caminho dos Vianas e limita-se ao centro do Jardim Irene II. As demais vias não são assistidas, deixando a grande maioria dos moradores muito distante do acesso.

As linhas que atendem ao Complexo seguem pelas seguintes vias principais:

T43 Jardim Irene/Estação Santo André – Rua dos Ciprestes, Rua dos Cocais, Rua Saracanta, Avenida Cap. Mario Toledo de Camargo, Avenida D. Pedro I, Avenida Santos Dumont, Rua Coronel Alfredo Fláquer, Rua Siqueira Campos e Terminal Santo André Oeste.

T43R Jardim Irene/Estação Santo André via Sítio dos Vianas - Rua dos Cocais, Rua Melo Palheta, Rua Saracanta, Avenida Cap. Mario Toledo de Camargo, Avenida D. Pedro I, Avenida Santos Dumont, Rua Coronel Alfredo Fláquer, Rua Siqueira Campos e Terminal Santo André Oeste.

Em 2009 existe mais uma linha que atende o Jardim Irene, porém o acesso à linha também se dá no Jardim Irene II.

AL133 Terminal Vila Luzita/Jardim Irene II – Rua Caminho dos Vianas – Rua dos Ciprestes – Rua Euzébio de Queirós – Rua Saracanta – Rua dos Cocais – Travessa dos Ciprestes – Rua Euzébio de Queirós – Av. Capitão Mário Toledo de Camargo – Terminal Vila Luzita.

No Terminal Vila Luzita é possível fazer baldeação para outras regiões do município.

Rede Viária e de Circulação Existente

A rede de vias existentes no Complexo Jardim Irene obedece a uma simples hierarquia entre: 1. pavimentadas e sem pavimento; 2. vielas (maioria sem pavimentação) e 3. escadarias (muitas delas cavadas no próprio solo)

Este sistema pouco atende às necessidades da população, prejudicando a acessibilidade de muitos moradores às suas próprias residências. Os problemas concentram-se, sobretudo, nas áreas mais íngremes com ocupações irregulares, sem ordenação espacial.

Isto se deve ao fato da malha viária ortogonal ser inadequada à topografia do terreno. Se observadas as vias implantadas, pavimentadas ou não, notar-se-á que estas estão nas áreas mais planas, sendo impossível a continuação deste mesmo traçado ortogonal nas encostas, área onde muitas moradias localizam-se ou em cotas muito acima do próprio viário ou em cotas negativas.

As vias pavimentadas são mais largas e permitem a passagem de veículos particulares e do transporte público.

Nas vias largas sem pavimentação foram presenciadas passagens de transporte coletivo, como vans escolares e caminhões de entregas em domicílio.

Algumas vielas apresentam potencial para se transformarem em ruas, outras, porém são inadequadas para a circulação de veículos.

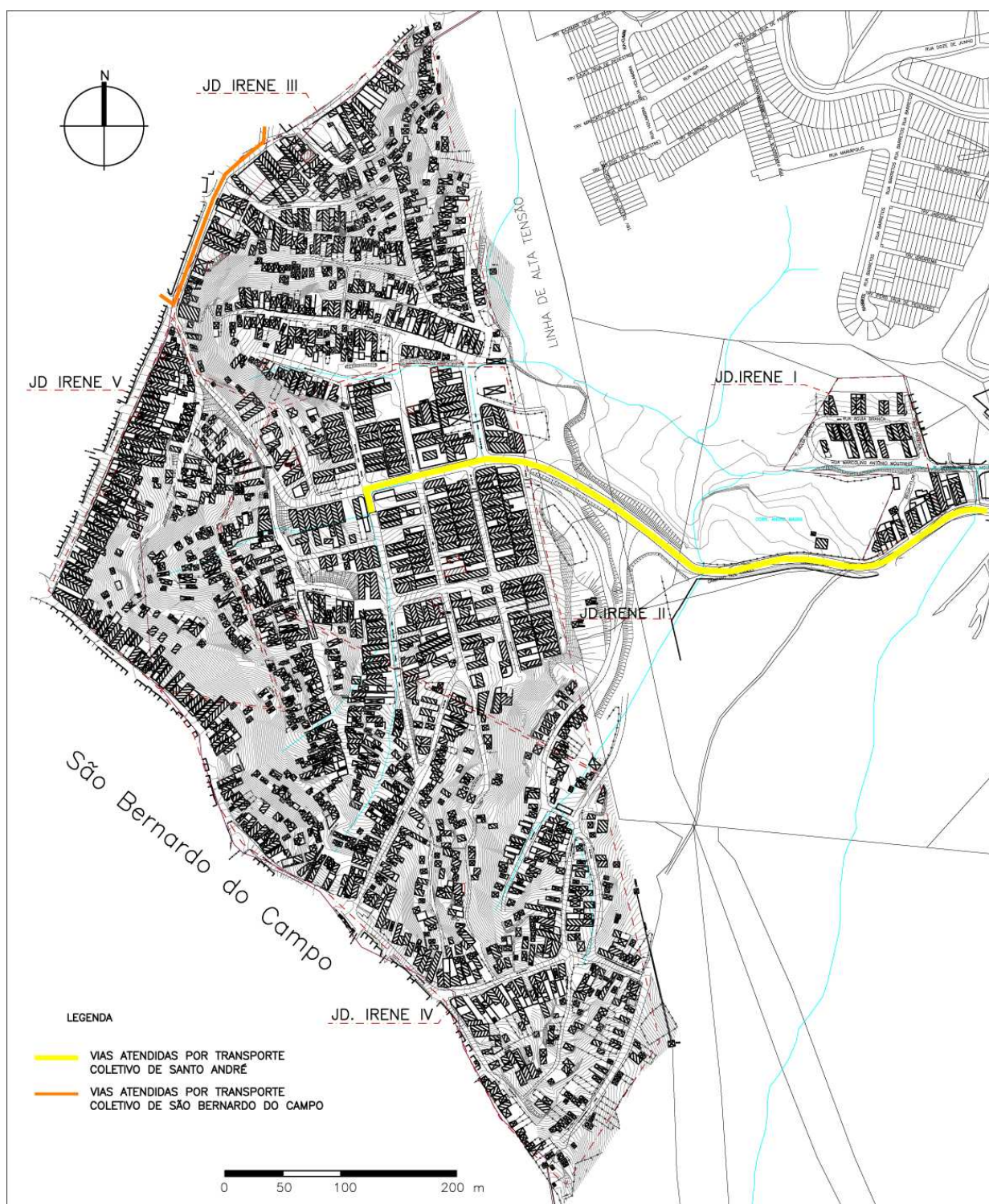


Figura 11: Rede viária de circulação existente e transporte coletivo

Escala Gráfica

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005

Padrão Construtivo

O padrão construtivo foi definido pela diferenciação entre moradias de alvenaria e moradias de madeira (material provisório, neste caso).

Na análise totalizante do Complexo observa-se uma ocupação de melhor qualidade das moradias localizadas nos Jardins Irene I e II. Quase a totalidade das moradias é de alvenaria, assim como nas bordas dos Jardins Irene III, IV e V. As ocupações mais deficientes estão concentradas nos “miolos” de cada setor.

Essa identificação representa o seguinte diagnóstico:

1. as áreas ligadas diretamente às ruas pavimentadas ou com arruamento definido apresentam uma dinâmica positiva na melhora das moradias.

2. as áreas com maior dificuldade de acesso ou sem arruamento definido mantêm um padrão construtivo deficitário, com pouca perspectiva de melhoras.

A declividade das áreas, aliada ao traçado urbano implantado também representa uma dificuldade na forma de ocupação, interferindo diretamente no padrão construtivo. Como já foi citado, as casas são construídas através de autoconstrução.

A maior concentração de moradias de melhor padrão também indica o potencial de se instalarem eixos comerciais e de serviços ao longo do viário.

O mapa a seguir ilustra o padrão construtivo do Complexo Jardim Irene:

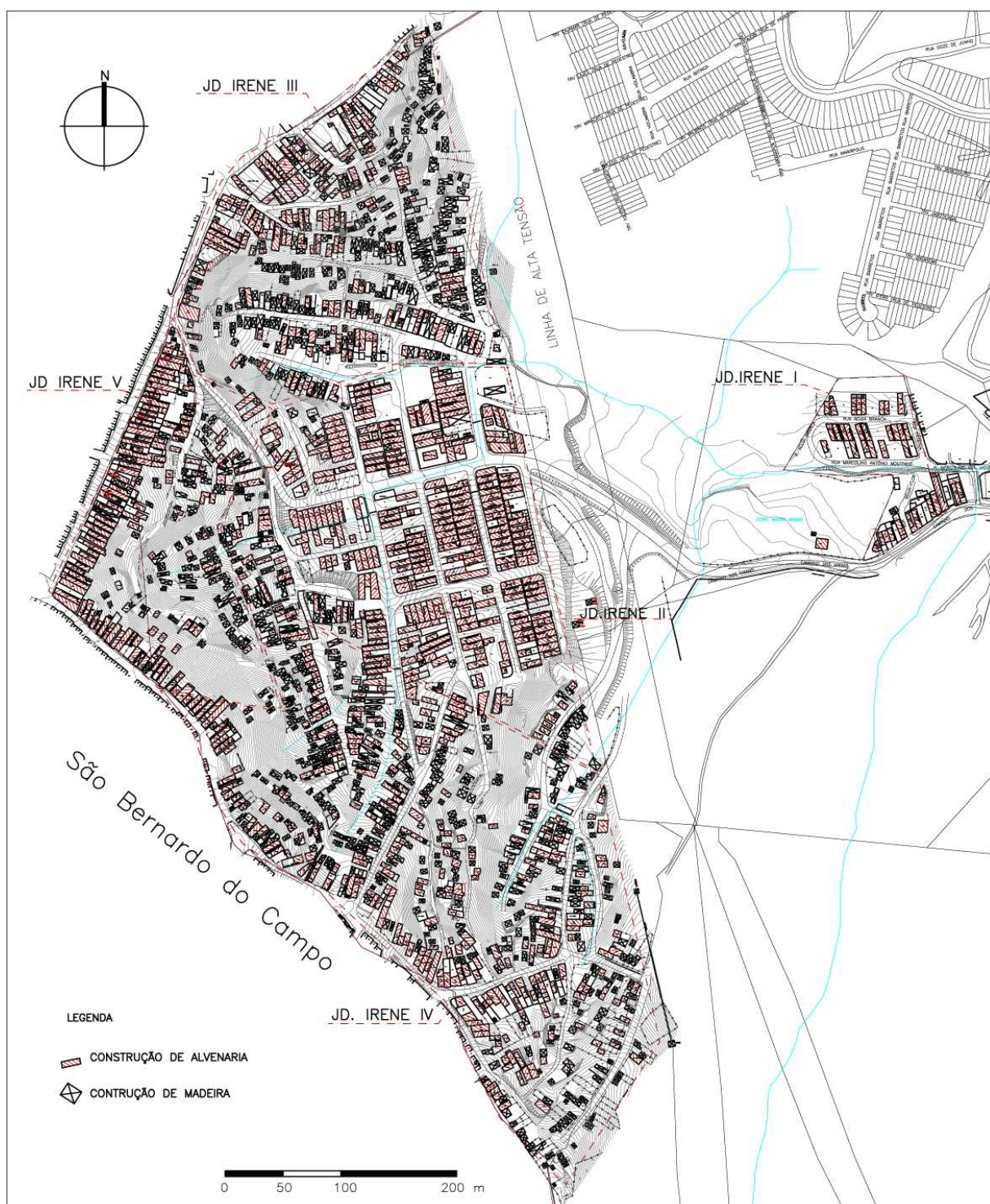


Figura 12: Padrão Construtivo

Escala Gráfica

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005

Volumetria

A volumetria foi definida pela existência de moradias térreas (1 pavimento) e de moradias acima de 2 pavimentos. No Complexo Jardim Irene há poucas construções acima de dois pavimentos sendo inexpressivo representá-las separadamente.

O resultado obtido indica uma alta concentração de casas acima de 2 pavimentos predominantemente no Jardim Irene II e ao longo da via limítrofe à cidade de São Bernardo do Campo.

Esse resultado mantém uma lógica similar aos resultados obtidos nas observações do padrão construtivo, vinculando condições melhores de habitabilidade em eixos (viário) ou centros (Jardim Irene II) melhor definidos, servidos por serviços públicos e arruamento, de alguma forma, mais desenvolvidos. Da mesma maneira, o estudo do gabarito das construções indica o grau de consolidação da habitação, uma vez que moradias com mais de um pavimento indicam o bom material usado. Desta forma, altas densidades revelam maior verticalização e maior grau de consolidação.

Os Jardins Irene I, III e V apresentam uma situação mista entre moradias de 1 ou mais de 2 pavimentos, apontando maior adensamento.

O Jardim Irene IV está, em quase sua totalidade, formado por moradias com apenas 1 pavimento.

No Jardim Irene II são predominantes as moradias com 2 ou mais pavimentos.

Uso do Solo

Para a identificação do uso do solo são pontuadas três principais formas de ocupação:

1. Uso exclusivamente residencial;
2. Uso residencial associado a outros usos; e

3. Locais exclusivamente destinados a usos não residenciais (igrejas, comércios e serviços).

Essa separação demonstra a dinâmica de algumas áreas e os focos de concentração desses usos.

O uso do solo predominante é residencial e a avaliação da localização dos demais usos aponta para uma concentração de usos mistos na avenida limítrofe entre São Bernardo do Campo e Santo André, situação enfatizada, especialmente, no setor V. Os Jardins Irene II e III dividem um pequeno núcleo de concentrações de atividades diversificadas entre comércios de pequeno porte e de instituições e serviços, prioritariamente.

Observa-se, ainda, que os usos mistos e as ocupações não residenciais seguem as principais vias internas a cada setor, sendo que as partes internas a eles apresentam maior carência dessa diversidade.

O setor V apresenta um grande número de estabelecimentos comerciais junto das moradias.

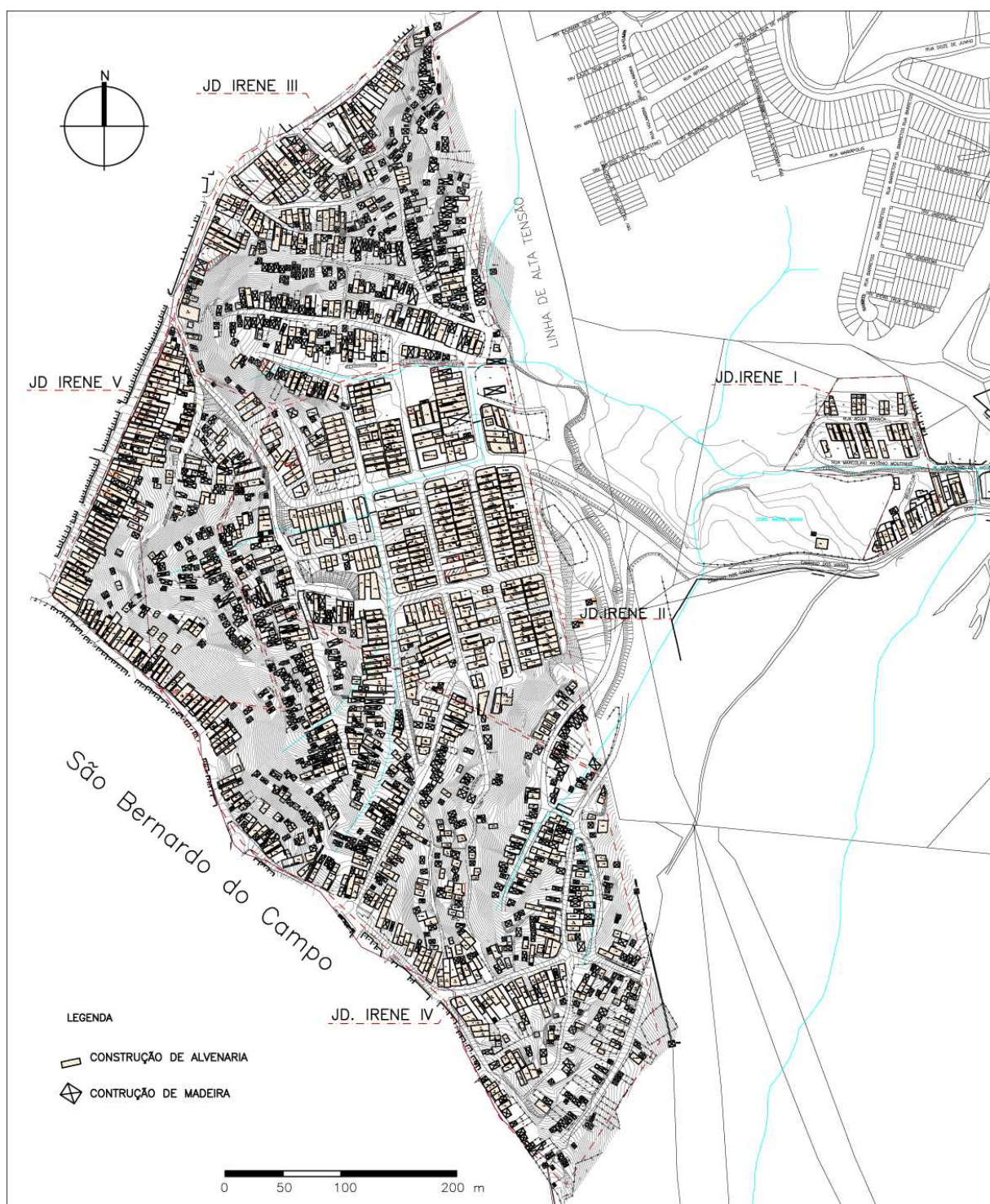


Figura 13: Uso do Solo.

Escala Gráfica

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005

Sistema de Iluminação

As áreas atendidas por iluminação pública restringem-se ao Jardim Irene I, II e à rua limítrofe ao município de São Bernardo do Campo, abrangendo toda a rua que limita os Jardins Irene III, IV e V.

Nessas áreas há o posteamento de energia elétrica, porém essa situação gera, paralelamente, formas de iluminação ou coleta de energia elétrica clandestina.

A grande maioria dos setores não é assistida por energia elétrica e essa situação representa danos para a população.

As ligações clandestinas existentes criam situações de risco, sobretudo em locais próximos aos barracos, havendo perigo de incêndio, de risco aos moradores, além da poluição visual causada pelo abundante número de fios que se ligam aos postes clandestinos espalhados de forma arbitrária. Encontram-se no meio das vielas e, entre os morros e barracos e debaixo da vegetação de grande porte existente.

Em se tratando de uma área ocupada, em grande parte, por barracos de madeira e papelão, o risco de incêndio é eminente, conforme destaca o relatório da Prefeitura.

Equipamentos Sociais Públicos (Raio de 1.000 m)

A análise do entorno demonstra algumas deficiências da área. A localização do Complexo Jardim Irene, na periferia do Município de Santo André, divisa com São Bernardo do Campo, indica a situação caracterizada pelo distanciamento de alguns atendimentos e pela dificuldade no atendimento de todas as necessidades da comunidade, no que se refere aos equipamentos sociais públicos.

Internamente ao Complexo não há nenhum equipamento público construído. A população é atendida, apenas, por um Posto de Saúde Móvel, como parte do programa da Secretaria da Saúde do Município, e por duas

escolas/creches empreendidas pela própria iniciativa da comunidade, através do projeto Sementinha, que consiste no atendimento informal a crianças em idade pré-escolar não atendidas pela rede de ensino.

Mesmo diante dessa carência de equipamentos, num raio aproximado de 1.000 metros não existem instituições suficientes que atendam á demanda.

A proximidade entre o Jardim Irene V e a cidade de São Bernardo do Campo gera, a busca dos serviços na cidade vizinha, situação agravada pelo difícil acesso entre a crista do setor V e o restante do Complexo.

Áreas de lazer, instituições de educação e saúde são praticamente ausentes em todo o Complexo e no seu entorno próximo.

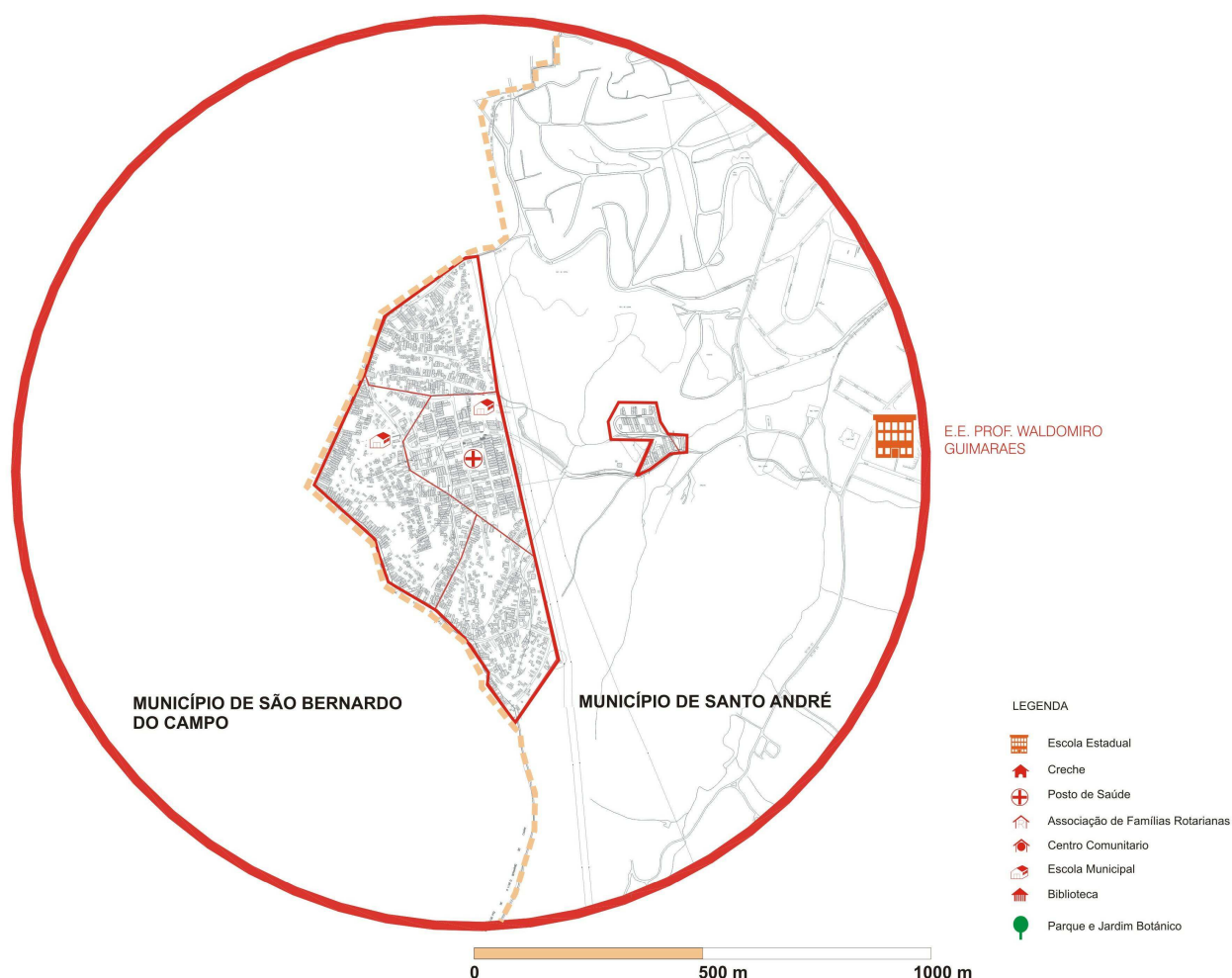


Figura 14: Equipamentos Sociais Públicos (Raio de 1.000 m)
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.

Escala Gráfica



Figura 15: Vista da E.E. Professor Waldomiro Guimarães (CESA Cata Preta) na parte superior da foto e do Jardim Irene I abaixo, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.

Equipamentos Sociais Públicos (Raio de 2.000 m)

Por meio do estudo empreendido pela Prefeitura de Santo André, num raio de 2.000 metros é possível identificar um número maior de equipamentos dentro do Município de Santo André. Desses, apenas quatro são os mais procurados pela população local: EMEIEF Jardim Guarará, EE Paulo Emilio Salles Gomes, EMEIEF Cata Preta e a EE Prof. Waldomiro Guimarães. Ainda assim a população sofre com a ausência de equipamentos de lazer e de pequenos centros dentro dos setores.

O problema com a acessibilidade é evidente, devido à falta de transporte interno ao Complexo, à situação topográfica e traçado urbano existentes.

Porém, a área apresenta alguns locais com potencial para se desenvolver essas atividades exigindo, entretanto, ordenações para a sua viabilidade.

Entre o Jardim Irene II e III, por exemplo, há algumas áreas centrais vazias em que já se concentram moradores, caracterizando um lugar destinado ao lazer cotidiano. Sua recuperação e qualificação poderão transformá-lo em local apropriado para essas atividades.

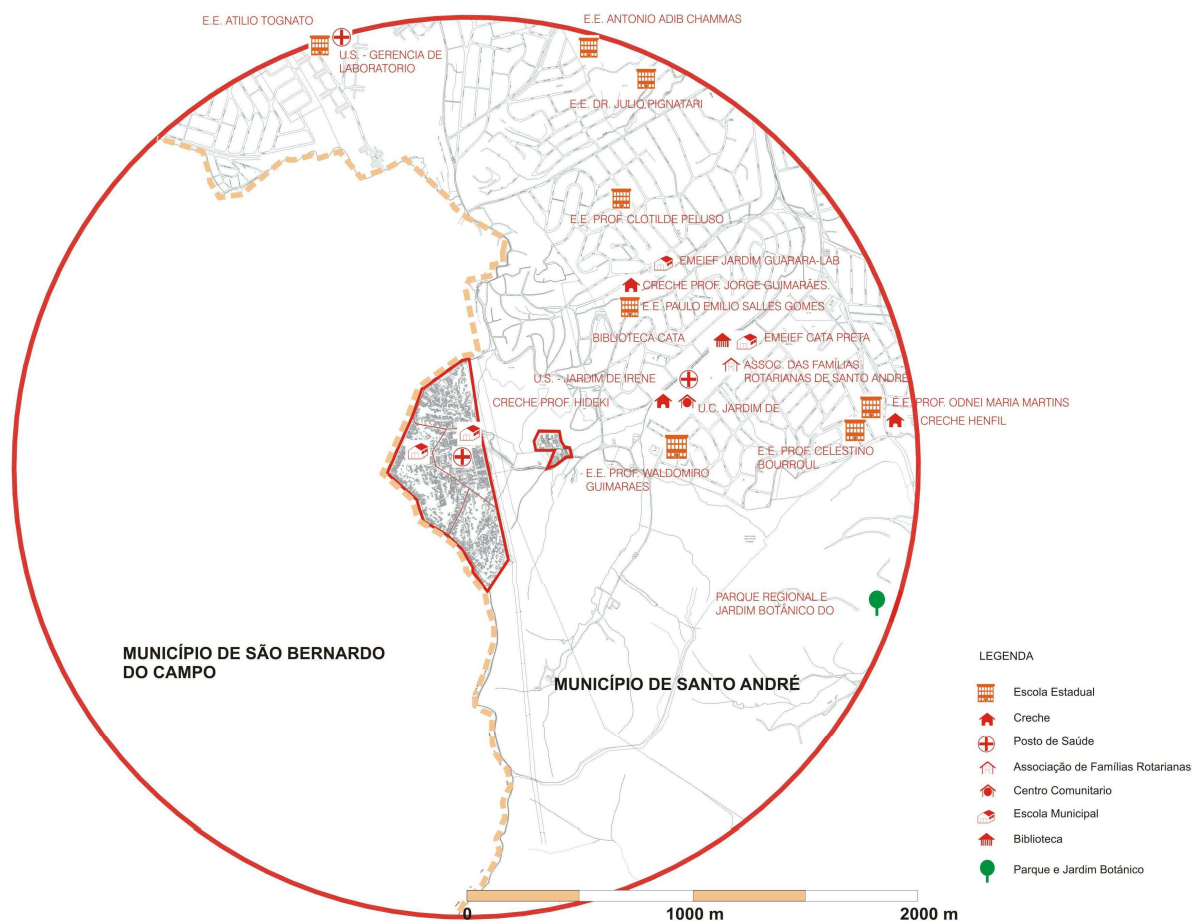


Figura 16: Equipamentos Sociais Públicos (Raio de 2.000 m)
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.

Escala Gráfica

Zoneamento

O Zoneamento que abrange o Complexo Jardim Irene, segundo a Prefeitura, caracteriza-se, prioritariamente, pela definição de AEIS - Área Especial de Interesse Social. Ressalta-se, entretanto, que apesar das definições atuais, serão concretizadas mudanças com a aprovação do Plano Diretor, ora em discussão. Opta-se, portanto, em indicar a atual situação destacando-se as possíveis aprovações.

As AEIS, atualmente, são definidas por áreas que necessitam de tratamento especial, priorizando sua reorganização espacial, fundiária, urbanística, de infra-estrutura, etc., segundo as características e necessidades locais.

No local são consideradas AEIS: Jardim Irene I, Jardim Irene II, Jardim Irene III. Uma importante gleba ao redor do Complexo Jardim Irene também mereceu a mesma designação (são as Quadras 220 e 221).

Diante desse quadro, o Plano Diretor propõe a seguinte mudança: as AEIS tornam-se ZEIS – Zona Especial de Interesse Social – somando o Jardim Irene V e o Jardim Irene IV.

Esse tipo de zoneamento requer definições particularizadas por classes e condiciona as ações públicas e privadas a priorizarem melhorias sociais, técnicas e urbanísticas em cada local abrangido. Peculiaridades ambientais deverão ser consideradas devido à existência de córregos e de possíveis áreas de preservação ambiental. Entretanto essas características deverão ser analisadas segundo a ocupação local já consolidada.

A situação local demonstra que o planejamento da área e do entorno exigirá, ainda, a inclusão de outras glebas como Zonas de Interesse Social para que haja a devida relação entre todas as áreas. Assim as medidas e diretrizes tomadas poderão beneficiar todos os moradores.

Barreiras Urbanísticas

A Prefeitura identifica alguns elementos presentes no Complexo Jardim Irene que merecem um estudo particular por representarem barreiras naturais ou de risco para o desenvolvimento das moradias e de usos diversos.

A linha de alta tensão delimita os Jardins Irene II, III e IV e demarca uma área de risco, sendo proibida sua ocupação. Entretanto é possível encontrar algumas moradias que se instalaram debaixo da área reservada.

Um grande aterro irregular de entulho também está localizado abaixo da linha de alta tensão, o que agrava os problemas ambientais da área. A área é, ainda, utilizada indevidamente para depósito informal de lixo que atinge uma possível área de nascente.

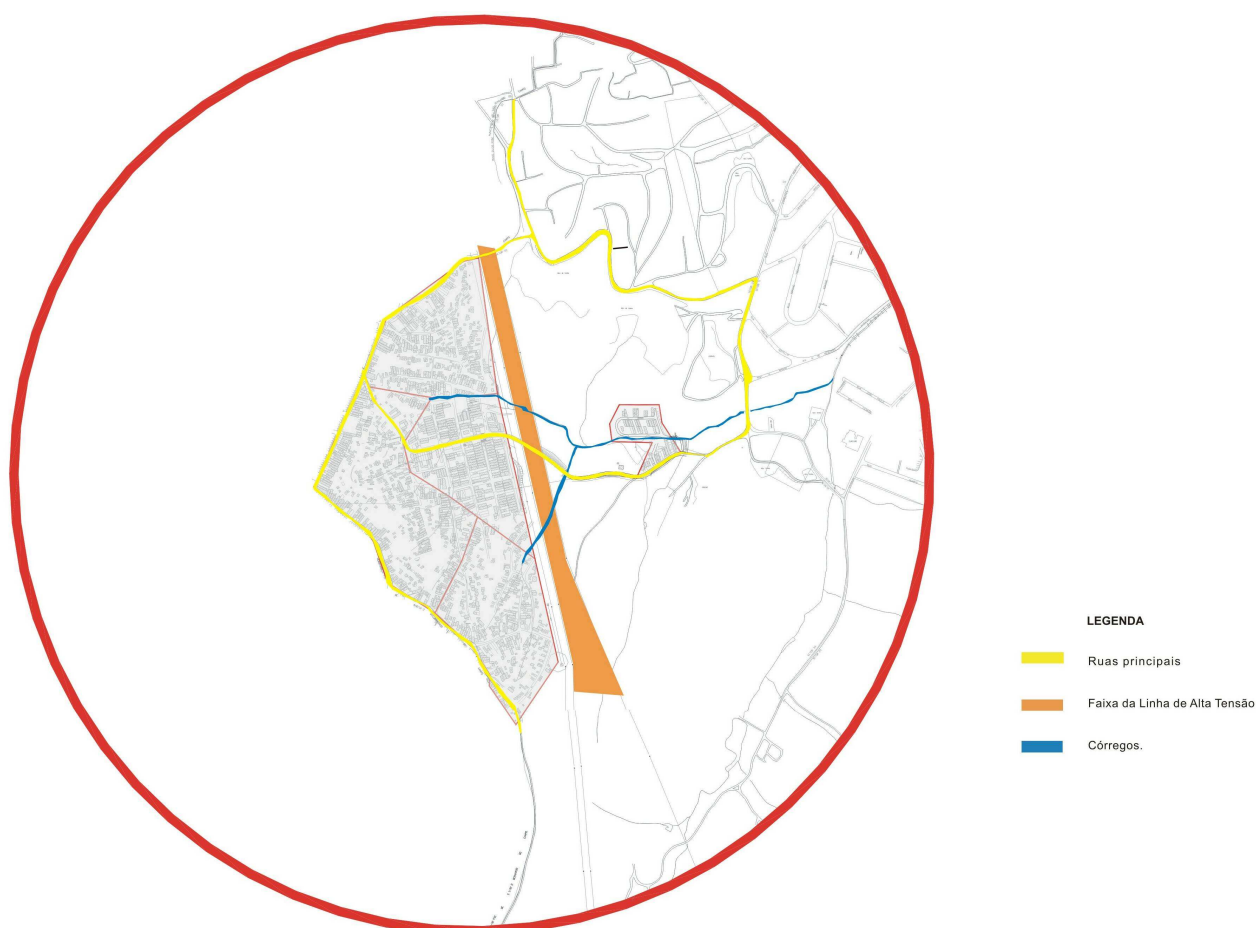


Figura 17: Barreiras urbanísticas
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.

Caracterização dos setores do Complexo Jardim Irene

Jardim Irene I



Figura 18: Jardim Irene I

Escala Gráfica

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005

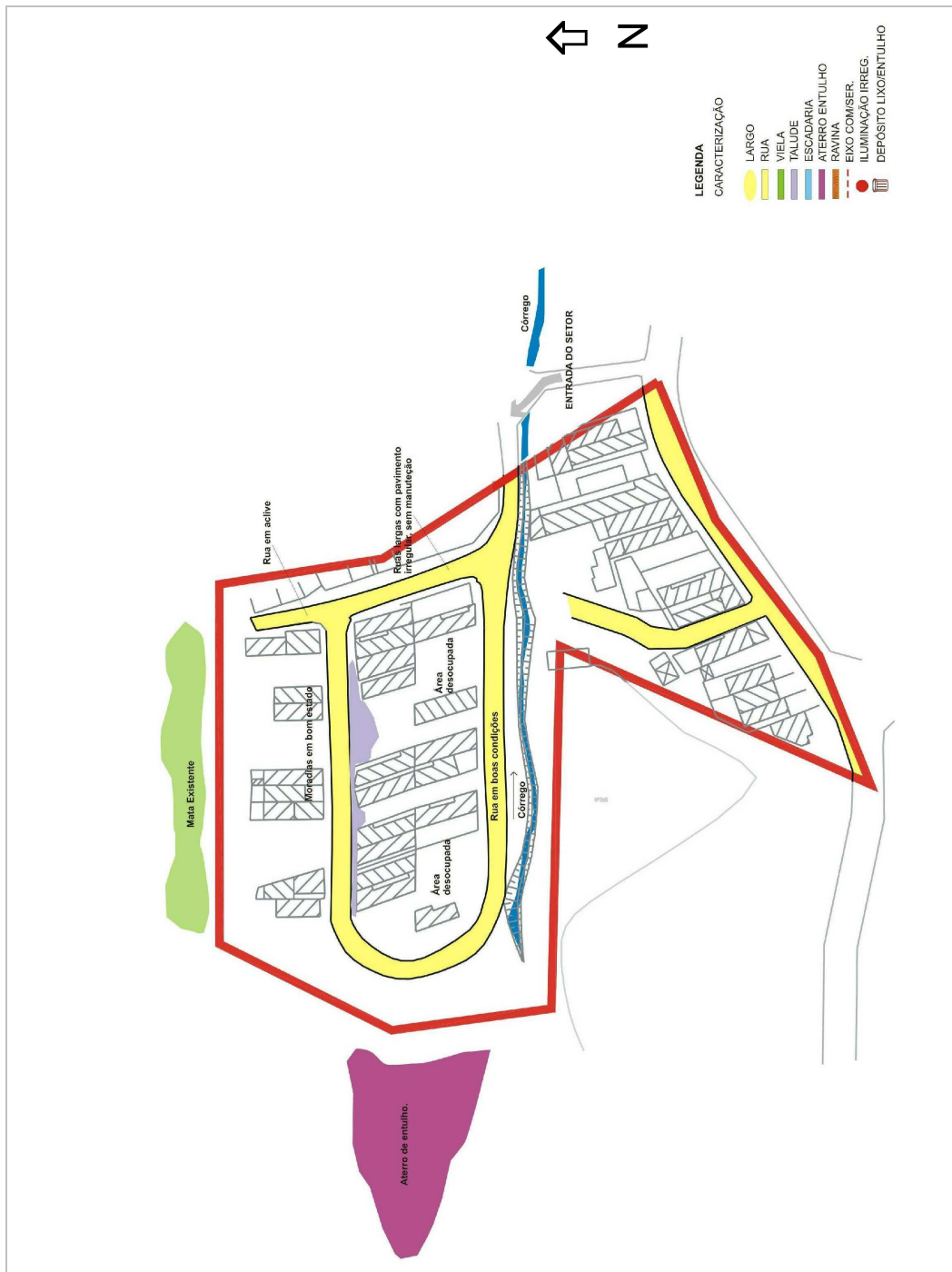


Figura 19: Esquema Jardim Irene I
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Sem Escala

O Jardim Irene I é o menor setor do Complexo e apresenta uma ocupação mais regular que os demais estudados.

A única saída dá acesso ao Caminho dos Vianas e possibilita a ocupação do outro lado da margem do córrego. Esse curso d'água margeia todo o setor apresentando, atualmente, condições inadequadas de uso, como o lançamento de esgoto e ocupações irregulares.

Seu viário está consolidado e apresenta caixa trafegável e área para passeio de pedestres. Sua pavimentação é parcial e sem manutenção.

Ligeiramente plano, o setor apresenta apenas uma rua em aclive, e o padrão das moradias está acima da média encontrada em todos os demais setores.

Não há existência de atividades diversas, pois predominam as residências. Algumas dessas residências apresentam soleiras baixas devido ao desnível no miolo da quadra.

Existe no seu extremo, em direção ao restante do Complexo, um grande aterro de entulho que prejudica o córrego existente.

Por se tratar do setor mais organizado as potencialidades apenas evidenciam as principais características existentes. Não há, a priori, a necessidade de remoções.

O viário tem um traçado regular não havendo necessidade de abertura de novas vias para ligação de pontos específicos dentro do setor.

Existem vários vazios ao longo do Jardim Irene I, porém seu processo de regularização impossibilita a utilização desses locais como áreas para a implantação de equipamentos ou áreas de lazer, restando apenas dois pequenos trechos às margens do córrego com este potencial.

A área já está regularizada administrativamente, pois já teve Plano de Urbanização e Regularização (que inclui o projeto de parcelamento do solo) aprovado pela COMUL – Comissão Municipal de Urbanização e Legalização, conforme previsto pela Lei de AEIS. No momento, o parcelamento aguarda o seu registro pelo Cartório de Imóveis.

O córrego deverá receber um tratamento adequado para a sua recuperação, transformando-o de problema da área para um elemento de maior predominância paisagística.

A regularização proposta poderá ser desenvolvida sem maiores problemas devido à ocupação física regular e bem demarcada, conforme relatório do SEMASA.



Figura 20: Vista da planície aluvial do córrego que drena o Jardim Irene, observando-se, ao fundo e à esquerda, porção sul da gleba.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.



Figura 21: Vista do Jardim Irene I a partir do Jardim Irene V em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.



Figura 22: Canalização do córrego no Jardim Irene I em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.



Figura 23: Córrego à esquerda da foto, junto a Rua Marcolino A. Moutinho no Jardim Irene I em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.



Figura 24: Caixa trafegável, guia, sarjeta e iluminação pública da Rua Águia Branca no Jardim Irene I em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.

O mapa a seguir indica imagens da situação de saneamento ambiental do Jardim Irene I. As imagens que retratam as condições de instalação de água e esgoto foram selecionadas por serem um indicador de fácil legibilidade no que se refere à condição de qualidade urbana de um lugar.

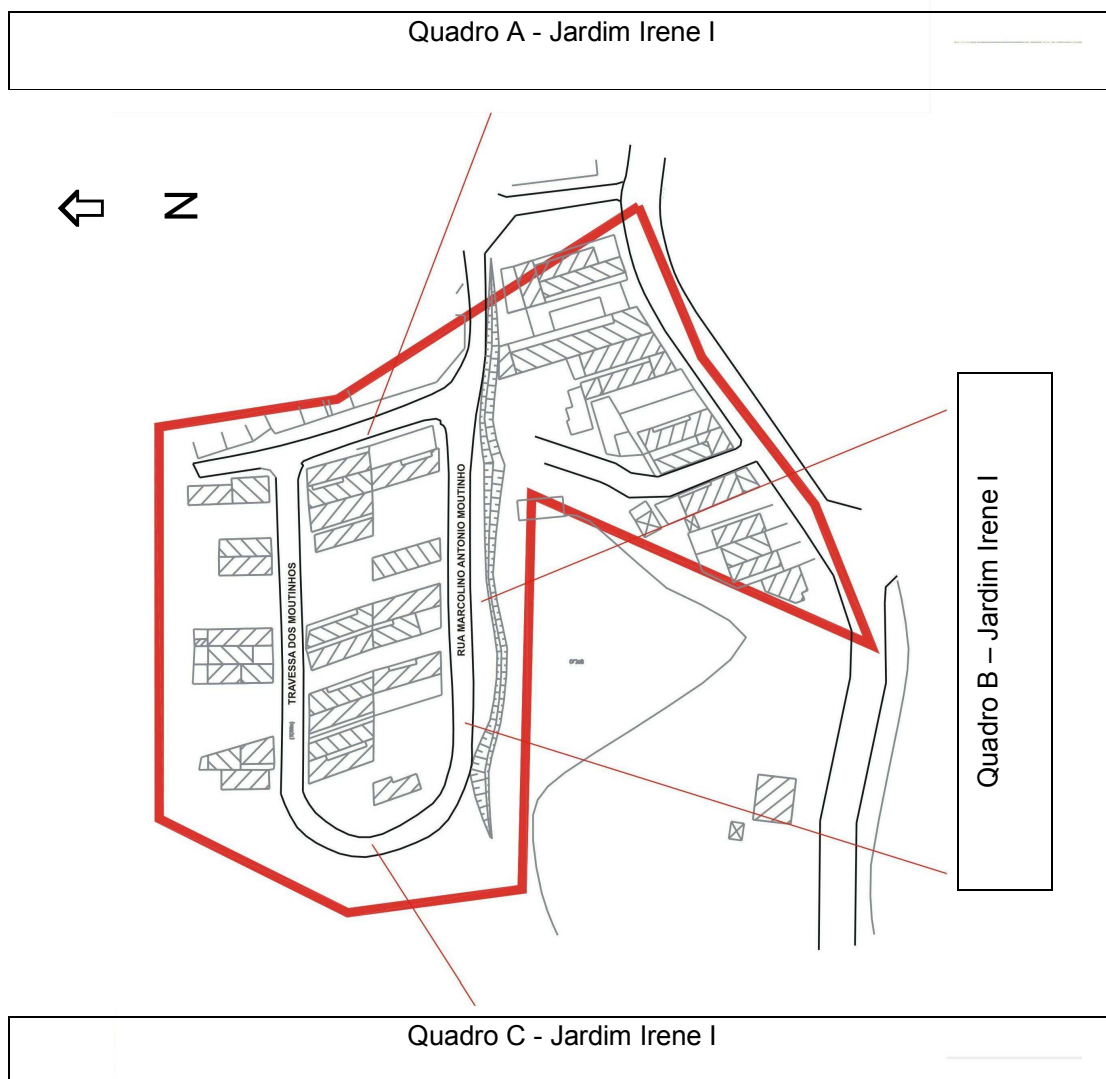


Figura 25: Diagnóstico esquemático de água e esgoto – Jardim Irene I
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro A – Jardim Irene I

Figura 26: Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 27: Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 28: Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro B– Jardim Irene I



Figura 29: Vista da Rua Marcolino Antonio Moutinho.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 30: Lançamento de esgoto no córrego.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 31: Lançamento de esgoto no córrego.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro C – Jardim Irene I

Figura 32: Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 33: Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 34: Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Jardim Irene II

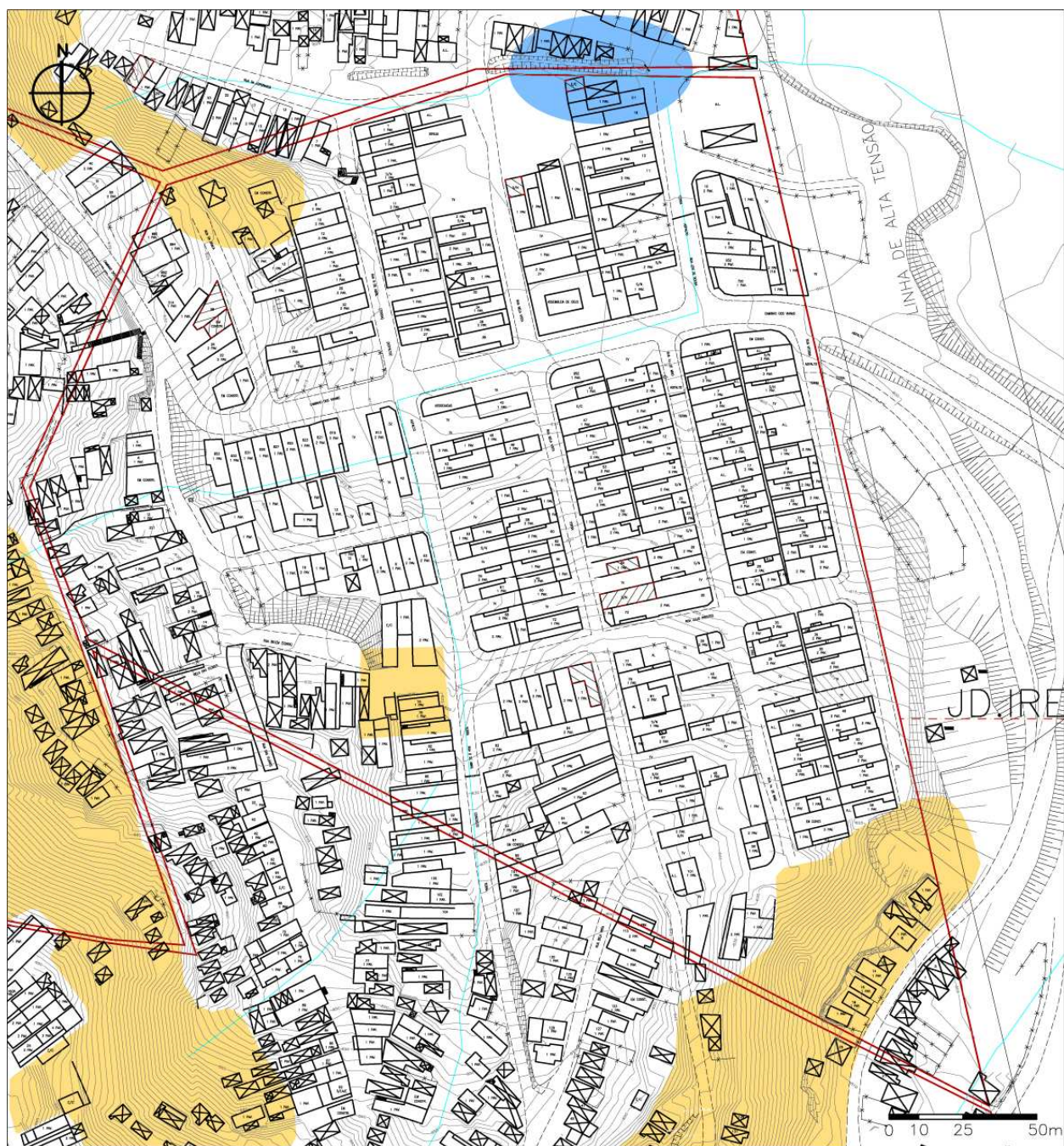


Figura 35: Jardim Irene II

Escala Gráfica

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005

O Jardim Irene II apresenta boa configuração espacial, estando – em sua maioria – dividida em lotes regulares e com moradias de melhor acabamento.

Sua entrada está atualmente degradada pela deposição de lixo e entulho, onde se faz parte da coleta oficial do bairro.

Apresenta um viário ortogonal com vias largas, porém sem asfalto, exceto o Caminho dos Vianas e o início de suas adjacentes. O transporte público atende apenas o Caminho dos Vianas, tendo seu ponto de parada no Centro Comunitário, no centro do setor.

Apesar de concentrar alguns equipamentos e comércio local, o setor não tem uma diversidade de atividades comerciais e de lazer que atenda à demanda.

No seu limite encontra-se um córrego cujas margens estão ocupadas, uma pequena parte foi canalizada e fechada e segue para o limite das áreas de reassentamento.

Seu limite com o Jardim Irene IV apresenta forte mudança quanto à ocupação.

Por estar mais bem organizado apresenta potencialidade de mudança, como a necessidade de poucas remoções, e poucas vias a serem abertas, implicando em pequenas modificações espaciais.

A regularização fundiária do Jardim Irene II pode ser efetivada segundo um padrão de lotes particulares e pequenas áreas de lazer podem ser distribuídas às margens do córrego e nos vazios centrais não loteados, indicados pelo plano da COMUL.

Apesar do declive acentuado no interior do setor, as vias se asfaltadas possibilitarão a entrada de automóveis e a plena circulação de pedestres.



Figura 37: Vista geral do Jardim Irene II a partir do Jardim Irene V em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.

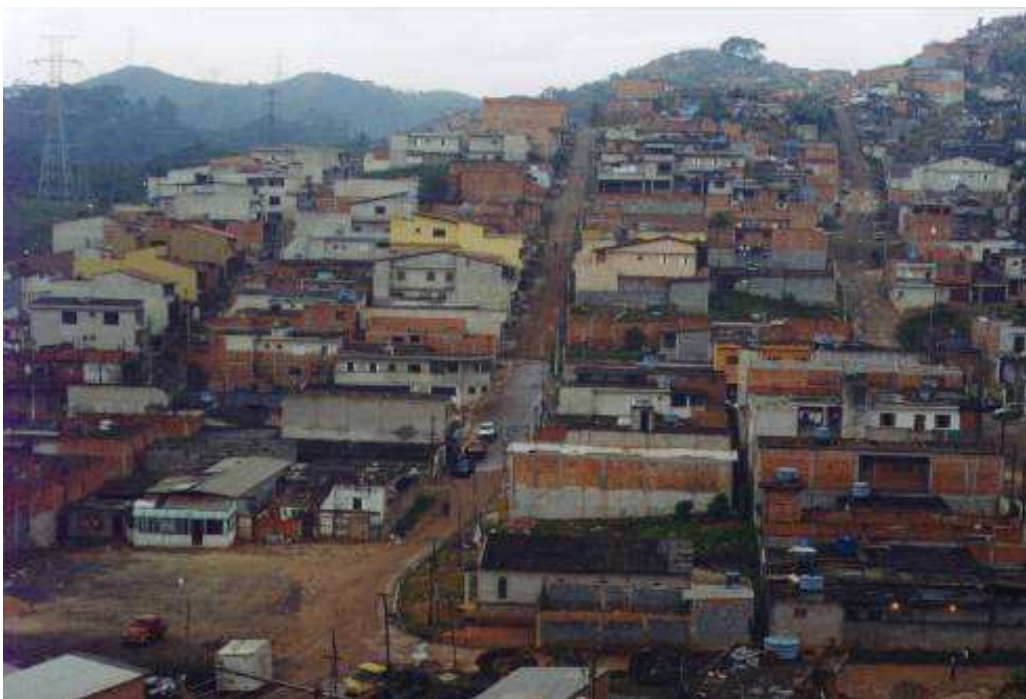


Figura 38: Vista parcial da gleba, observando-se ao fundo topos arredondados de morro da Gleba IV.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 39: Rua Caminho dos Vianas no Jardim Irene II em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.

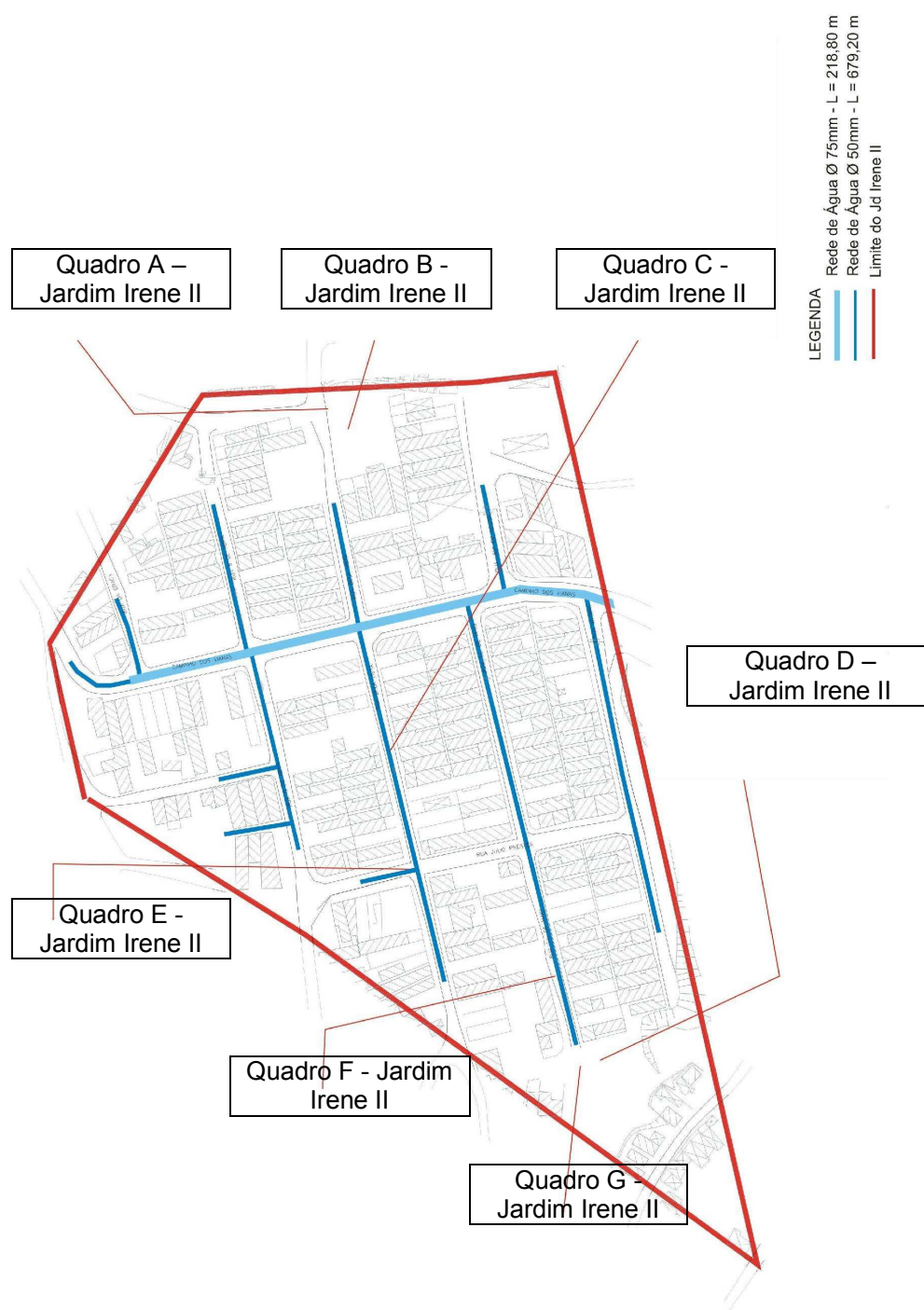


Figura 40: Diagnóstico esquemático local de água esquemático – Jardim Irene II
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro A – Jardim Irene II

Figura 41: Córrego André Magini, limite entre os Irenes I e II.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro B – Jardim Irene II

Figura 42: Vista geral
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro C – Jardim Irene II



Figura 43: Vista geral

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro D – Jardim Irene II



Figura 44: Desvio de água (final da Rua 1° de Maio)

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro E – Jardim Irene II

Figura 45: Vista geral da Rua Bela Vista
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro F – Jardim Irene II

Figura 46: Vista geral Rua Bela Vista
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro G – Jardim Irene II

Figura 47: Vista do trecho final da Rua 1° de Maio (trecho sem rede de água)
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

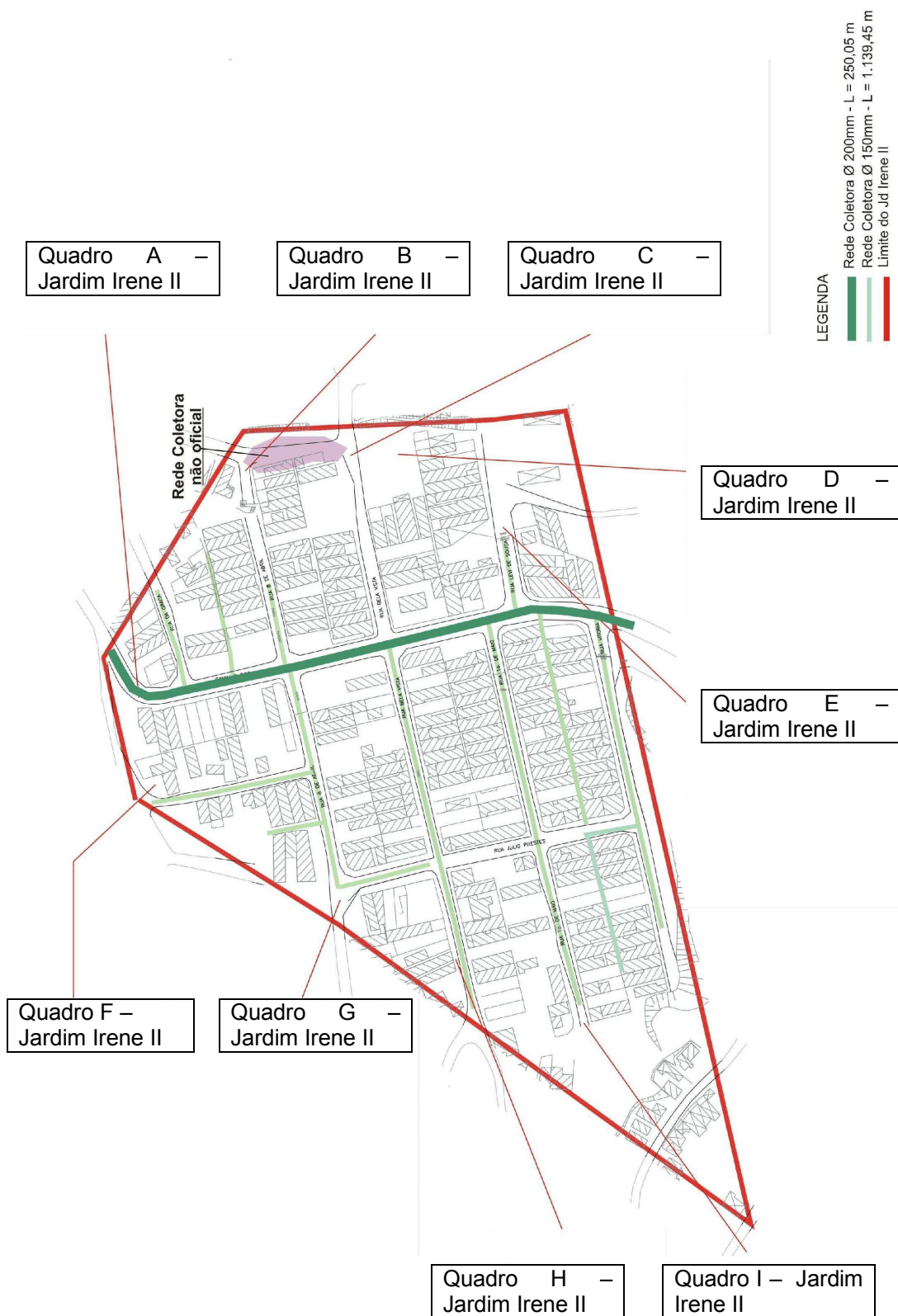


Figura 48: Diagnóstico esquemático local do sistema de esgoto – Jardim Irene II
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro A – Jardim Irene II

Figura 49: Vista geral da Rua Caminho dos Vianas
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro B – Jardim Irene II

Figura 50: Vista da Rua 8 de Abril
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro C – Jardim Irene II

Figura 51: Esgoto lançado a meio fio
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro D – Jardim Irene II

Figura 52: Vista geral da área
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

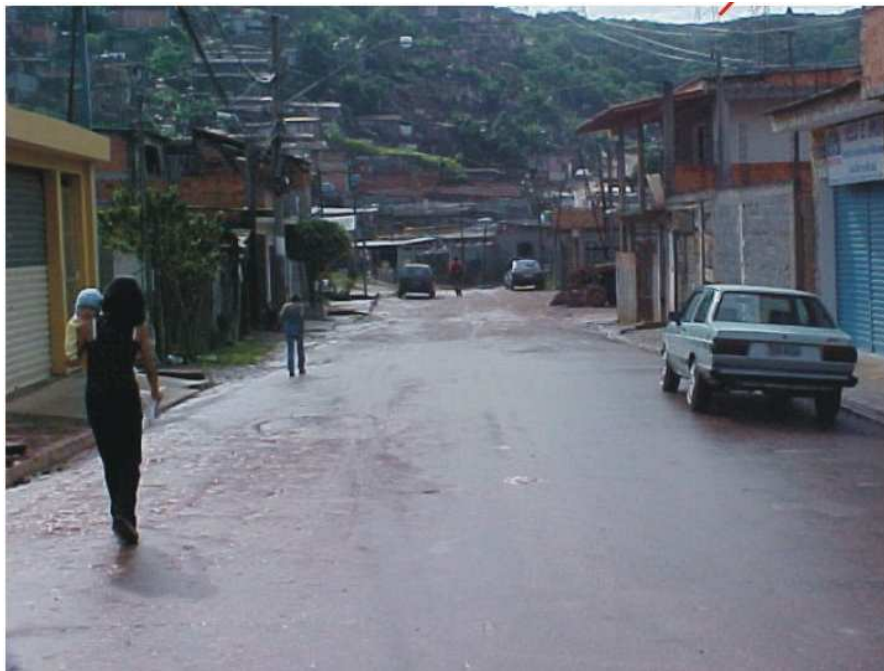
Quadro E – Jardim Irene II

Figura 53: Vista geral da Rua Levi de Souza
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

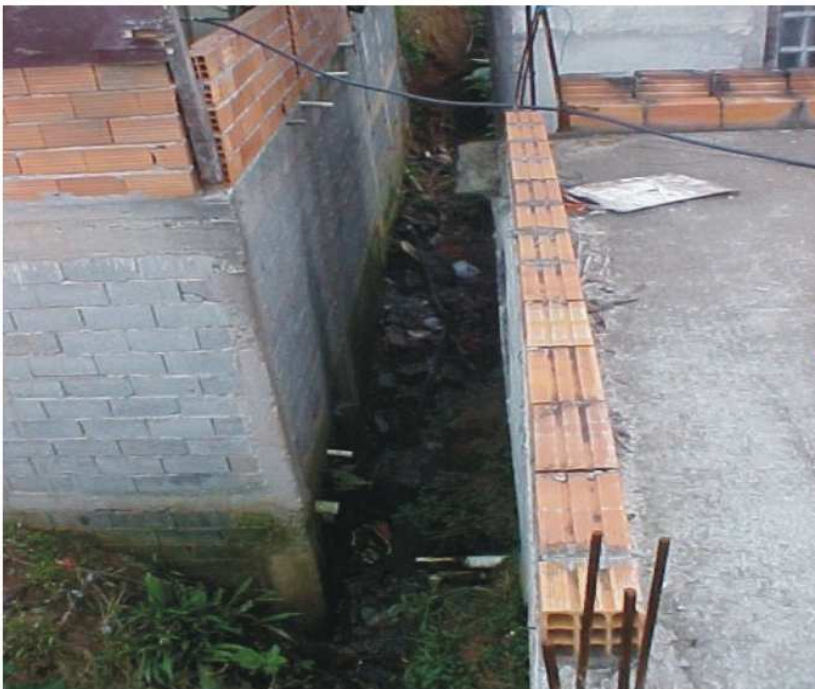
Quadro F – Jardim Irene II

Figura 54: Esgoto coletado na Rua 5B e lançado em vielas no fundo das casas da Rua Caminho dos Vianas até a Rua 8 de abril.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 55: Esgoto coletado na Rua 5B e lançado em vielas no fundo das casas da Rua Caminho dos Vianas até a Rua 8 de Abril.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro G – Jardim Irene II

Figura 56: Ramal superficial de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 57: Vista geral da Rua 8 de Abril
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro H – Jardim Irene II

Figura 58: Esgoto lançado a céu aberto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro I – Jardim Irene II

Figura 59: Ligação precária de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Jardim Irene III

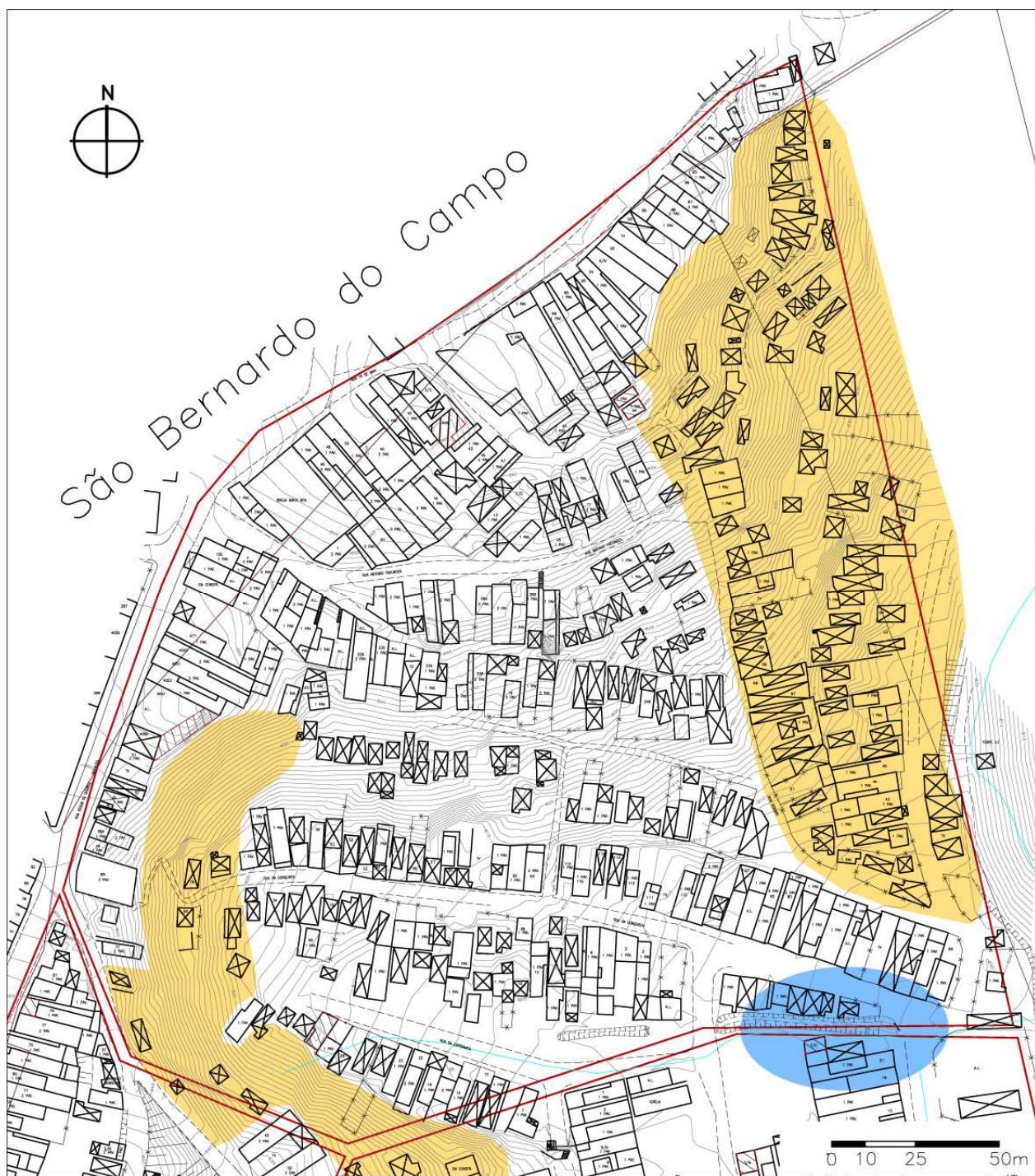


Figura 60: Jardim Irene III

Escala Gráfica

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005

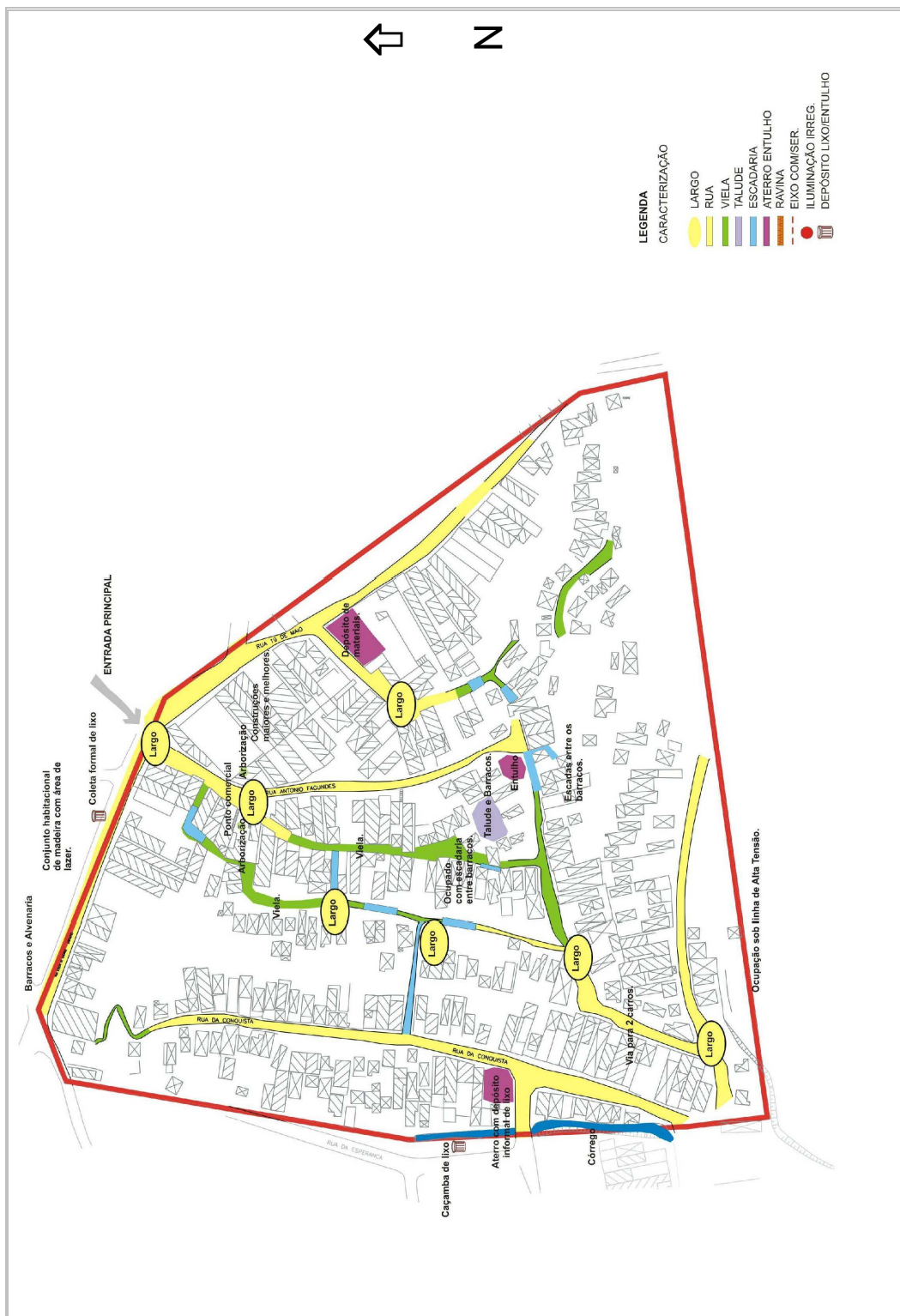


Figura 61 Esquema Jardim Irene III
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Sem escala

O Jardim Irene III apresenta uma configuração espacial pouco organizada em razão do traçado urbano implantado, equivocadamente, em relação à topografia acidentada do sítio.

Sua entrada está bem definida por alargamentos, alguns estabelecimentos comerciais – bares – e uma farta arborização na divisa de São Bernardo do Campo, entretanto não há continuidade do restante do viário. Esse aspecto cria um isolamento da parte alta do setor com o restante do Complexo. Apesar da boa qualidade da entrada ela não resolve o problema da acessibilidade.

Para a Prefeitura o viário carece de vias asfaltadas – exceto as áreas de divisa com São Bernardo do Campo e com o Jardim Irene II. As vias inclinadas dificultam a passagem de vias mais largas por necessitarem de cortes ou aterros.

Acomodados ao redor de vielas ou ruas estreitas, as moradias ordenam-se pelo viário sobrepondo-se aos taludes. São inexpressivos os usos comerciais ou institucionais demonstrando a carência do setor.

A ocupação próxima à divisa com São Bernardo tem maior qualidade, sobretudo aquelas identificadas no extremo do setor, na parte mais alta.

A regularização deverá ser baseada pela diferenciação entre divisão de lotes atualmente existentes. Na parte baixa (divisa com o Jardim Irene II) e na parte alta (divisa com S. Bernardo do Campo) os lotes distribuem-se regularmente, porém no miolo do setor haverá maior dificuldade.

As áreas com locais para depósito de lixo (onde seguem a coleta por catadores oficiais) registram grande quantidade de lixo depositado fora dos cestos.

A potencialidade da área pode ser identificada, sobretudo, pela quantidade de alargamentos e abertura de vias para automóveis e locais para estacionamentos possíveis.

As vias perimetrais ao setor são as que suportam, com maior facilidade o trânsito de automóveis, e as do interior devem ser destinadas apenas aos pedestres.

Algumas remoções são necessárias devido ao risco local.



Figura 62: Vista parcial da gleba ao fundo, a partir do limite oriental da Gleba II. Toda porção extremo-oriental do morro, delimitada por via com alta declividade ao centro da foto, constitui-se em área de risco de escorregamentos.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 63: Anfiteatro de drenagem existente na porção ocidental da gleba, observando-se à meia encosta moradias em área de risco de escorregamentos. A porção do anfiteatro que se segue à esquerda da edificação maior ao centro está inserida na Gleba V.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005



Figura 64: Jardim Irene III ao fundo. Foto tirada a partir do Jardim Irene II, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.



Figura 65: Ocupação junto ao córrego na divisa entre o Jardim Irene II e Jardim Irene III, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.



Figura 66: Vista geral do Jardim Irene III e ao fundo parte do município de Santo André, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.

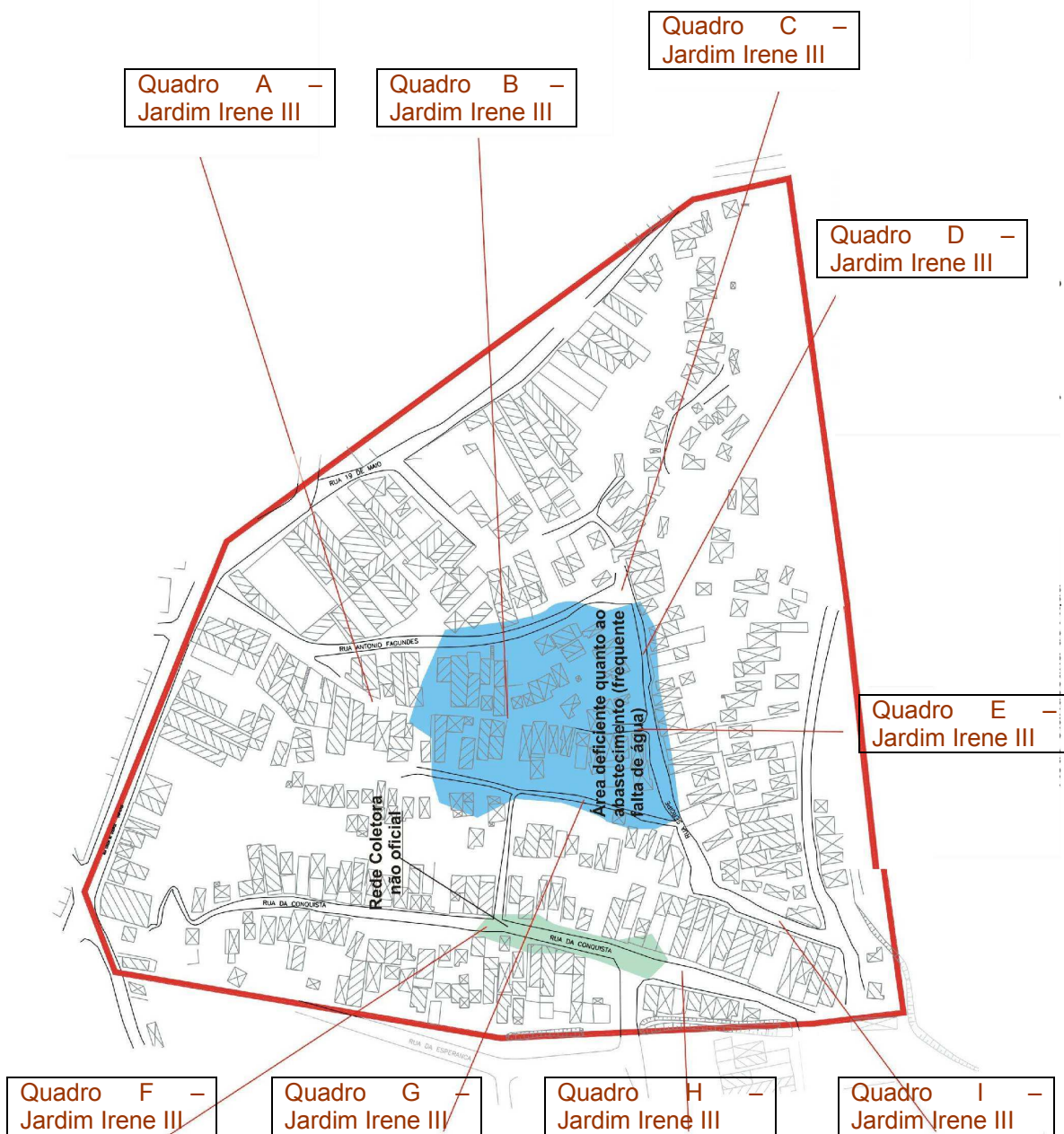


Figura 67: Diagnóstico esquemático local água e esgoto – Jardim Irene III
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro A – Jardim Irene III

Figura 68: Lançamento de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

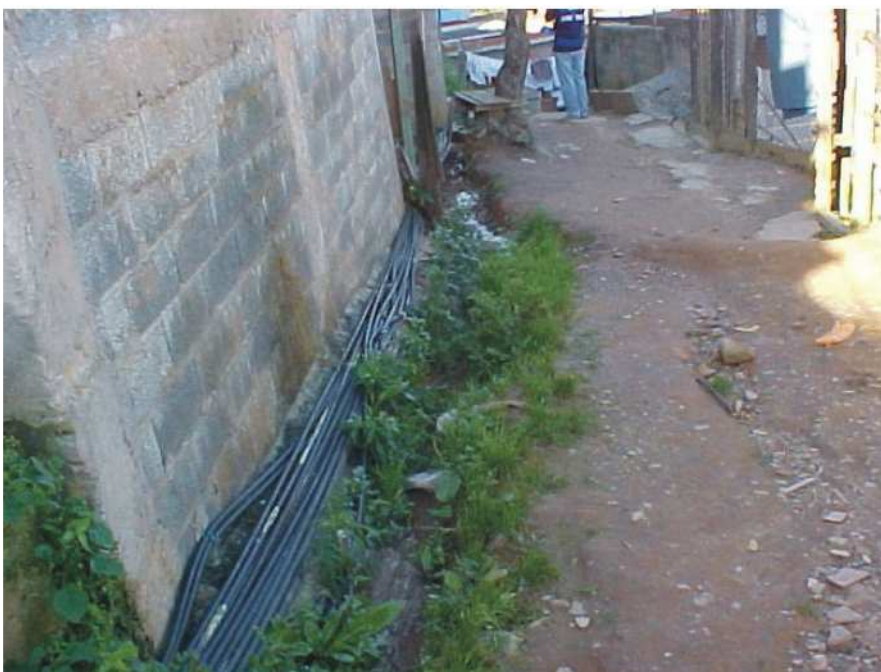
Quadro B – Jardim Irene III

Figura 69: Rede clandestina de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro C – Jardim Irene III

Figura 70: Ligação inadequada de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro D – Jardim Irene III

Figura 71: Lançamento de esgoto a céu aberto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro E – Jardim Irene III

Figura 72: Rede clandestina de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro F – Jardim Irene III

Figura 73: Detalhe de ligação de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro G – Jardim Irene III

Figura 74: Ligação inadequada de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro H – Jardim Irene III

Figura 75: Lançamento de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

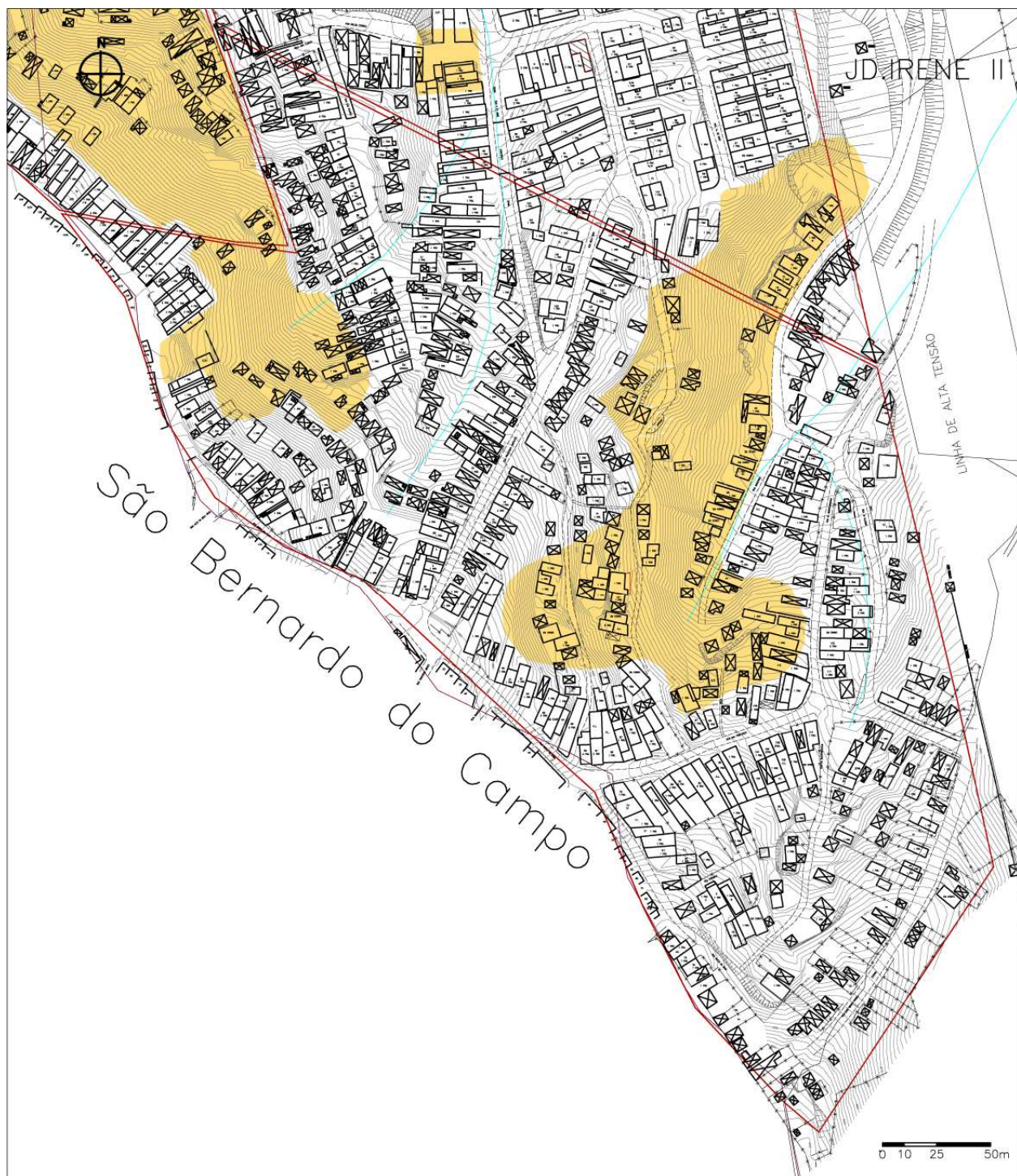
Jardim Irene IV

Figura 76: Jardim Irene IV

Escala Gráfica

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005

O Jardim Irene IV apresenta alguns problemas agravados pela má ocupação.

A principal agravante com relação às questões ambientais é representada pela ocupação sobre a nascente existente e pelo assoreamento do córrego. O assoreamento foi provocado pelo lançamento de entulho nas suas margens e no seu leito. Atualmente a área está caracterizada pela quase completa ocupação de barracos, restando apenas a área mais baixa e atualmente alagadiça.

A situação acidentada ocorre em grande parte do setor, existem problemas na ocupação em áreas de taludes e de lugares com alta declividade. Em alguns casos os barracos estão localizados em cortes de 90° com condições precárias de drenagem no terreno.

O viário limítrofe apresenta condições favoráveis de ocupação e uma concentração de comércio local, sobretudo bares ao redor de alargamentos do viário.

Existem habitações em área de risco e remoções serão necessárias. Em geral são moradias muito precárias.

Alguns cruzamentos determinam áreas importantes, conformando concentrações de redes de infra-estrutura e de possíveis trajetos de automóveis e pedestres.



Figura 78: Rua Amazonas, trecho asfaltado, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.



Figura 79: Rua Amazonas, trecho de terra, mais internamente ao setor, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.

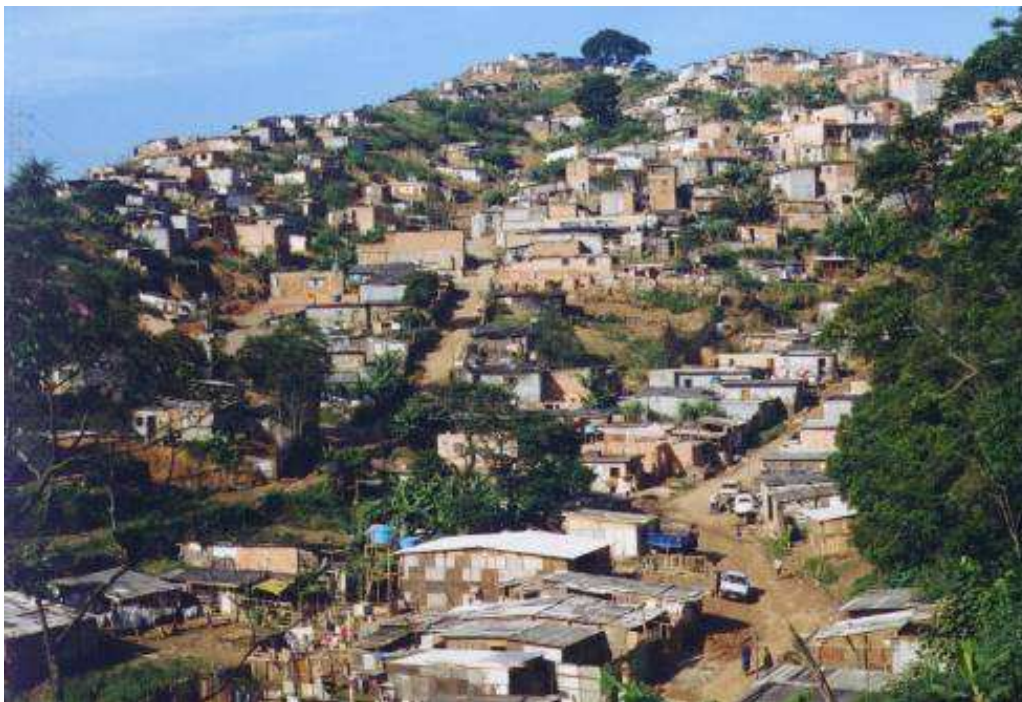


Figura 80: Vista parcial da gleba, sentido norte-sul, a partir de seu limite com a gleba II. Observar no sentido diagonal da foto linha de drenagem aterrada e ocupada por barracos e edificações. O renque de barracos situados no canto inferior direito da foto está contido em área de risco.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.

Quadro A – Jardim Irene IV

Figura 82: Lançamento de esgoto na encosta
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro B – Jardim Irene IV

Figura 83: Esgoto lançado na rua
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro C – Jardim Irene IV

Figura 84: Ligação incorreta de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro D – Jardim Irene IV

Figura 85: Rede clandestina de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro E – Jardim Irene IV

Figura 86: Ligação clandestina de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro F– Jardim Irene IV

Figura 87: Ligação clandestina de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro E – Jardim Irene IV

Figura 88: Ligação clandestina de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro F – Jardim Irene IV

Figura 89: Rede clandestina de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro G – Jardim Irene IV

Figura 90: Ramais de esgoto e água inadequados
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro H – Jardim Irene IV

Figura 91: Ramais de esgoto e água inadequados
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

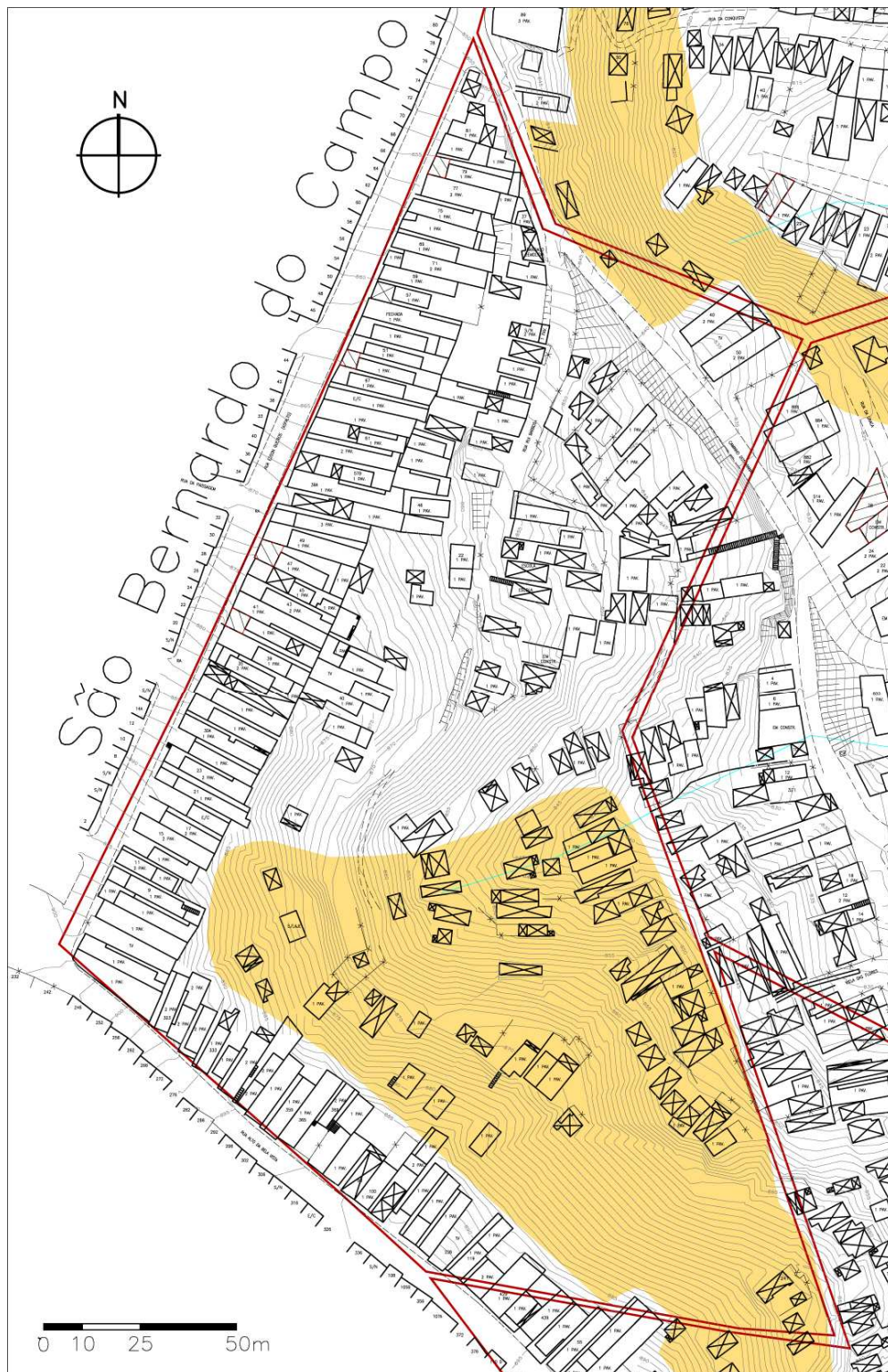
Jardim Irene V

Figura 92: Jardim Irene V

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005

Escala Gráfica

O Jardim Irene V é o maior setor do Complexo e representa cerca de 1/3 da área. Fato que contribui para a diversidade de situações encontradas, como áreas bem consolidadas ou moradias sem nenhuma condição de segurança.

Em geral os limites com a cidade de São Bernardo do Campo e as áreas limítrofes com o setor III apresentam melhor ocupação.

As vias, em geral, são irregulares, exceto a via da divisa que está pavimentada. Muitas das moradias não apresentam condições adequadas de acessibilidade, com escadarias sem manutenção, e em alguns casos inexistentes.

Existem construções em área de risco.

O miolo do setor apresenta as maiores deficiências de ocupação e moradia. Existem alguns usos diversificados, como pequenos serviços de manicura, bares, etc.

Apesar da coleta formal de lixo, há muitos pontos de acúmulo de dejetos, sobretudo nas áreas com taludes ou de alta declive.

Diante da situação topográfica e da condição de melhor ocupação junto à divisa dos municípios, o setor apresenta uma clara diferenciação entre sua porção a montante e as demais partes, com ocupações diferenciadas, formas de acessibilidade e manutenção dos serviços públicos.

O ponto de ônibus existente – mini terminal – atualmente recebe, apenas, ônibus de São Bernardo do Campo. Esse local, com as devidas adequações de gestão, poderá ser utilizado como área de interesse para a concentração de outros serviços, transformando-o em local de referência para o bairro – sobretudo pela sua localização no topo do Complexo. Essa prática exige, portanto, um acordo intermunicipal.

A rua de divisa com São Bernardo do Campo pode configurar-se como um importante ponto de acesso e referência para o Complexo. Falta, entretanto, a integração entre seus limites que poderiam ser definidos com novas formas de acessos (passeios, ruas e escadarias).



Figura 94: Áreas de risco associada à ocupação de setores de encostas relacionadas a anfiteatro de drenagem existente na porção extremo norte da gleba.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.



Figura 95: Rua Edson de Queiroz, divisa com São Bernardo do Campo, por onde passam ônibus do citado município, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.



Figura 96: Muro de contenção na Rua Caminho dos Vianas , em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora.



Figura 97: Rua Caminho dos Vianas , em novembro de 2009. Ao fundo vê-se o guardacorpo do muro de contenção citado.
Fonte: Própria autora.

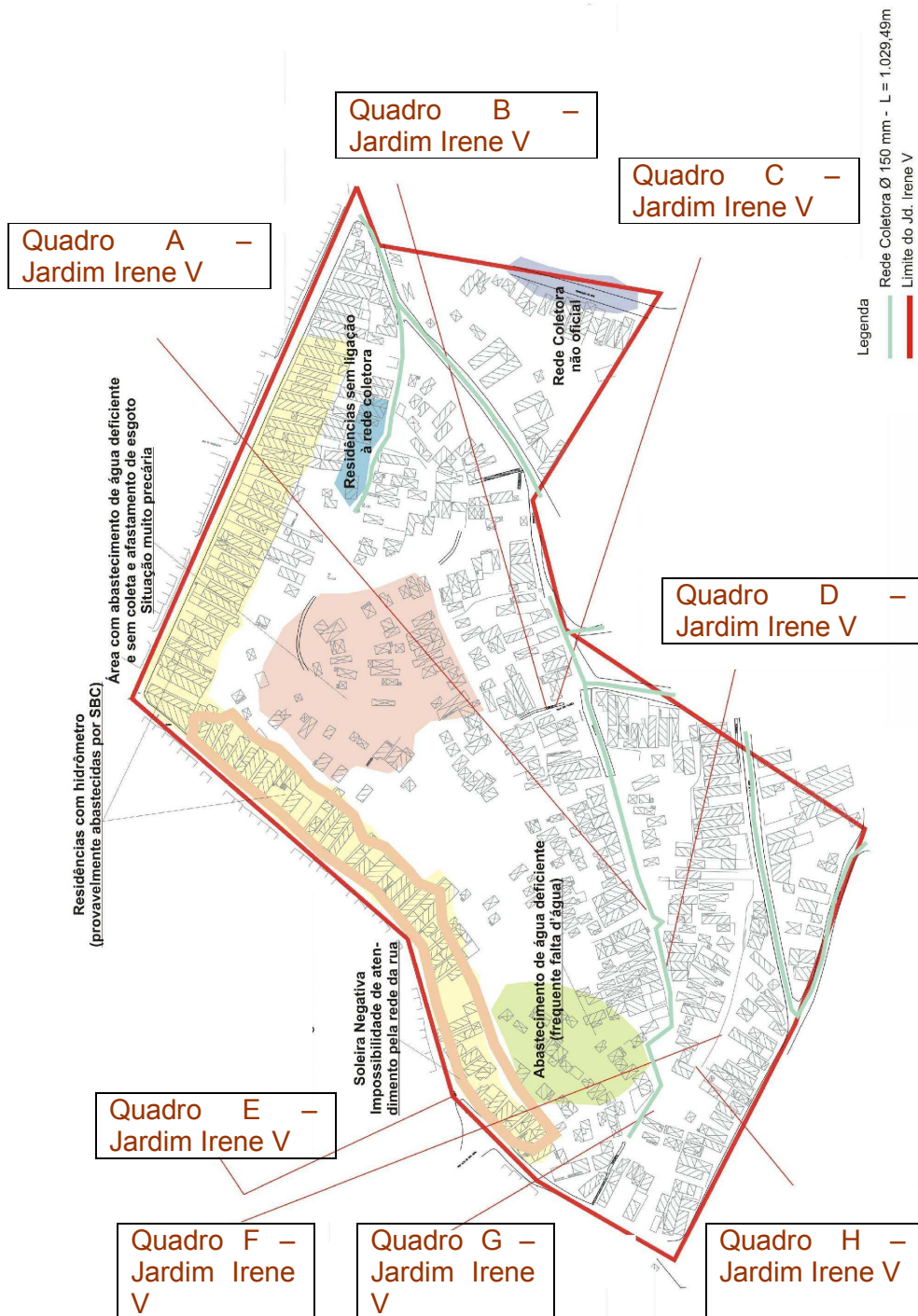


Figura 98: Esquema Jardim Irene V
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro A – Jardim Irene V

Figura 99: Ponto de lançamento de esgoto na encosta
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro B – Jardim Irene V

Figura 100: Esgoto lançado a céu aberto entre casas
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro C – Jardim Irene V

Figura 101: Esgoto lançado na rua
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro D – Jardim Irene V

Figura 102: Rede de abastecimento de água clandestina
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro E – Jardim Irene V

Figura 103: Rede água de São Bernardo do Campo
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro F – Jardim Irene V

Figura 104: Lançamento de esgoto no córrego
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro G – Jardim Irene V

Figura 105: Ramal de esgoto implantado paralelamente à rede oficial, lançado no córrego
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

Quadro H – Jardim Irene V

Figura 106: Lançamento de esgoto no córrego
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005

2.2 DISCUTINDO A QUALIDADE URBANA NO JARDIM IRENE

A invasão das terras do Complexo Jardim Irene bem representa a situação de exclusão social, uma vez que sua ocupação ocorreu em um momento onde as terras da região ABC estavam valorizadas e a região saía de uma situação de desenvolvimento econômico, para uma situação decadente.

O contingente populacional mantinha-se alto e de maneira geral a região ainda atraía migrantes com perspectiva de melhores oportunidades, da mesma forma que habitantes do próprio município, que já não podiam mais morar na cidade regular, uma vez que a empregabilidade da região já não é mais a mesma, procuravam por terras mais baratas.

Neste bojo é que entra o oportunismo dos grileiros, que aliado à omissão por parte do poder público, possibilitou a ocupação irregular destas terras.

Esta irregularidade deve ser entendida não só no sentido de que não houve a aprovação e formalização por parte dos órgãos responsáveis, mas de que é inadequada ao sítio, de que não respeita às condições morfológicas do terreno, suas nascentes e córregos e de alguma forma, tampouco respeita o ser humano que viria habitar a área. O sítio em quase sua totalidade demonstra-se inapropriado para o loteamento.

Sendo assim, avaliando-se os dados apontados no capítulo anterior, com base no levantamento bibliográfico acerca da qualidade urbana estabeleceram-se como fatores mais relevantes as seguintes questões de ordem social, abordadas no subtítulo que caracteriza a situação sócio-econômica do Complexo Jardim Irene:

- Cultura
- Escolaridade e acesso à educação
- Acesso à saúde
- Trabalho e renda
- Organização comunitária

Avalia-se o Complexo Jardim Irene como um local onde a população apresenta uma baixa escolaridade e pouco acesso à cultura, uma vez que as condições espaciais do lugar não proporcionam tal acesso.

A renda familiar de 61,2% das famílias pesquisadas é inferior a 3 salários, sendo importante ressaltar que 13,9% das famílias suprem suas necessidades com menos de 1 salário mínimo de renda familiar.

A presença de grupos e organizações comunitárias, apontada na pesquisa bibliográfica como fator capaz de indicar a falta de qualidade de vida está confirmada. Porém a adesão e participação, que seriam capazes de agregar melhorias, de maneira geral, tanto à população, quanto ao espaço urbano, através da organização comunitária não é tão significativa, uma vez que 60,2% da população não participa de nenhum grupo comunitário e apenas 36,2% conhece as lideranças comunitárias.

Para atendimento médico o Complexo Jardim Irene conta apenas com um posto de saúde móvel e as escolas utilizadas pela população ficam a uma distância de 1 Km.

Quanto às questões de ordem físico naturais é importante ressaltar que existem ocupações em áreas de alta declividade apontadas como áreas de risco potencial alto. E que existe uma predominância do uso de alvenaria na construção das casas, porém existe um elevado percentual de residências construídas com materiais perecíveis (40,6%). Ambos os dados caracterizam falta de segurança no habitar.

Com o objetivo de avaliar a qualidade urbana em relação às questões de ordem físico naturais destacam-se as idéias de Kevin Lynch¹² que fala sobre um conceito de vital importância na qualidade da cidade, a idéia de Legibilidade. Os habitantes da cidade podem vivenciá-la melhor quando seu espaço está organizado de maneira coerente e pode ser facilmente reconhecido. A imagem criada é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo, de forma que a necessidade de reconhecer e padronizar o ambiente torna-se crucial.

¹² LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Por este ponto de vista a desordem provocada pela ocupação irregular acaba gerando a sensação de desequilíbrio e o bem estar-está relacionado à noção de orientação. Um ambiente legível, além de oferecer ao habitante uma importante sensação de segurança emocional, é capaz de potencializar experiência humana sobre o ambiente. Em contrapartida a desorientação cria ao indivíduo muito mais do que incertezas geográficas, mas uma sensação de angústia.

A área apresenta um traçado urbano ortogonal, onde foi possível a sua implantação e o caos nas encostas de alta declividade. Em virtude desta ocupação irregular, por mais que sejam feitas mudanças, melhorias e obras de infraestrutura, o traçado urbano, de certa forma consolidado dificilmente possibilita a realização e implantação plena de melhorias necessárias para garantir a qualidade urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi conduzida através do entendimento contextual de todo o processo de ocupação de um assentamento urbano de população de baixa renda, o Complexo Jardim Irene, para que se pudesse compreender como, de fato, se dá a qualidade urbana, neste lugar.

Para tanto optou-se por definir a qualidade urbana como sendo a questão relativa ao campo de atuação do arquiteto, considerando que aspectos relativos ao espaço urbano são capazes de interferir na definição, tanto da qualidade ambiental urbana como da qualidade de vida.

A busca por diferentes referências conceituais acerca da qualidade de vida, qualidade ambiental e por fim da qualidade urbana, foi de grande valia, uma vez que estes conceitos permanecem em constante evolução. Os apontamentos levantados demonstraram quão indissociáveis estão os aspectos que os caracterizam. Desta maneira, compreender o entendimento da humanidade em relação a estas questões é também compreender o modo como ela se organiza e como são estabelecidas as políticas públicas a este respeito. A partir deste entendimento fica clara, uma mudança em relação ao planejamento urbano, que

nas últimas décadas tem ampliado seu campo de pesquisa, abordando estas questões e enfocando o desenvolvimento sustentável.

Todos os apontamentos levantados indicaram a interdisciplinaridade das questões que envolvem o trinômio – qualidade de vida urbana, qualidade ambiental urbana e qualidade urbana.

Sendo o território a sobreposição de fatos históricos em um determinado lugar, são grandes as marcas deixadas por um processo de ocupação ligado a exploração e a ao desenvolvimento meramente econômico de uma região que prosperava em determinada época. O pensamento do homem com relação ao meio ambiente e ao próprio planejamento urbano se modificou e evoluiu e hoje o grande desafio é superar as marcas deixadas por um modelo econômico que contribuiu, em muito, para a desigualdade social, deixando marcas no espaço urbano.

Para a avaliação da qualidade urbana no Complexo Jardim Irene foram levantados os seguintes dados:

1. De ordem social, como organização comunitária, questões de conforto e qualidade da moradia, lazer e cultura, trabalho e renda e acesso às necessidades fundamentais.
2. De base físico naturais, ou seja, questões de conforto térmico, saneamento, assim como a ocorrência de situações que colocam em risco a segurança da população, como o evento de deslizamento e enchentes.
3. Relativos ao Ambiente Artificial Urbano-Arquitetônico, relacionado às interferências na vida da população dos aspectos espaciais e funcionais do ambiente urbano, como sistema viário e de transporte, paisagem, densidade e infraestrutura.

Estes dados demonstram que o Complexo Jardim Irene, assim como as diversas áreas de habitações subnormais, são as mais desfavorecidas em todos os aspectos que incitam a qualidade. Existe uma relação direta entre a exclusão social, a violência urbana e os níveis de risco ambiental, de desprovimento de infraestrutura e de insalubridade ambiental.

Estas áreas estão submetidas à altos níveis de riscos ambientais, por ocuparem áreas inadequadas, à insalubridade ambiental e pelos altos índices de exposição à violência urbana.

As leis, conforme visto, já apresentam um direcionamento, uma preocupação com relação à qualidade de vida da população e do espaço que a mesma habita. Porém todo o processo histórico e as condições da ocupação atual dificultam o processo de requalificação urbana das áreas ocupadas irregularmente. As organizações civis e o próprio poder público, através do discurso normativo vêm demonstrando interesse em reverter o quadro da segregação social, o que muitas vezes, neste trabalho, se demonstrou como uma questão de ordem ética.

O grande desafio é superar as marcas deixadas por um planejamento equivocado e encontrar meios de propiciar melhor qualidade de vida aos habitantes do meio urbano, compatibilizando o espaço urbano e a qualidade de vida do homem, garantindo a seus habitantes, cultura, educação, saúde, lazer, interação social, oportunidade de trabalho e distribuição eficiente e justa de serviços e benefícios.

Verifica-se desta forma uma reação a esse estado de coisas, com o surgimento de consciência individual e coletiva com reflexos na produção normativa do estado, porém se faz necessária a revisão também da gestão urbana, priorizando as áreas segundo necessidades reais, visando prioritariamente a inclusão social, e a melhoria da qualidade urbana, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas, buscando resultados mais holísticos e includentes, metodologias interdisciplinares e processos de gestão mais participativos, interdisciplinares e intersetoriais.

BIBLIOGRAFIA

ALVA, Eduardo Neira. *Metrópoles Insustentáveis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

ANAU, R. V. in: SHIFFER, Sueli Ramos, (org). *Globalização e Estrutura Urbana*. São Paulo : Hucitec, 2004.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

BRASIL. *Constituição Federal de 1998*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 22 de Junho de 2008.

BRASIL. *Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/LEIS/LEIS_2001/L10257. Acesso em: 22 de Junho de 2008.

BELGIOJOSO, Alberico B., dir: *Qualita' urbana scienze, procedure, progettazione*. Milano: Poliitecnico di Milano, 1991.

BOMFIM, Laís Raquel Muniz. *Desenvolvimento da Qualidade Urbana em Cidades Médias e Áreas Verdes: O Caso de Franca – São Paulo*, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Garaiges (orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Antonio José Lamarão. *Qualidade de Vida Urbana na Amazônia: Os casos de Marapanim e Vila dos Cabanos*. Belém: UNAMA, 2001.

CHILDE, Vere Gordon. *O que Aconteceu na História?*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

DA CONCEIÇÃO, J. J. in: SHIFFER, Sueli Ramos (org.). *Globalização e Estrutura Urbana*. São Paulo : Hucitec, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília / São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

DORST, Jean. *Antes que a Natureza Morra*. Rio de Janeiro: Edgard Blucher, 1998.

FURTADO, Milson Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2000.

GRUBITTS, Sonia; NORIEGA, José Angel Vera (orgs). *Método Qualitativo: Epistemologia, Complementaridades e Campos de Aplicação*. São Paulo: Vetor, 2004.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

INÊS, José Ronal Moura de Santa. “A Representação Normativa Contemporânea da Qualidade Urbana nas Cidades brasileiras” in: *Cadernos MetrÓpole / Grupo de Pesquisa PRONEX – N°16 – A questão Fundiária e o Conflito Urbano* - São Paulo: EDUC, 2006 texto.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JANUZZI, P. M.. *Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações*. Campinas: Alínea Editora, 2001.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LUENGO, Gerardo. *Elementos para la definicion de la calidad ambiental urbana. Una propuesta teórico-metodológica*. Anais do IV Seminário Latinoamericano de Calidad de Vida Urbana. Tandil (Argentina), 8 a 11 de setembro de 1998.

KATOUNI, Saide. *Cidade das águas*. São Carlos: RiMa, 2004.

KLINK, Jeroen Johan. *A Cidade-Região: Regionalismo e Reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARTINELLI, P.. *Qualidade Ambiental Urbana em cidades médias: Proposta de Modelo de Avaliação para o Estado de São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2004

MORIN, Edgard; KERN, Anne-Brigitte. *Terra Pátria*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. “Indicadores Sociais para a Formulação de Políticas Públicas e Monitoramento da Qualidade de Vida Urbana nas Cidades Brasileiras. IDHS/PUC-MG”. Palestra no Seminário sobre Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ministério das Cidades – 24 a 26 de novembro de 2004 - Brasília:2004.

NUCCI, João Carlos. *Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: Um Estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem Aplicado ao Distrito de Santa Cecília*. São Paulo: Editora Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. "Mixofobia no Paraíso Tropical". In: *Urbs – Temas Urbanos*, Uma publicação da Associação Viva o Centro . ano XII . n°47 . jul . ago. set. 2008 – Mobilidade Urbana.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTO ANDRÉ. *Biomapa: Metodologia e Experiência*. Santo André, 2005.

.SANTO ANDRÉ. Boletim n°2 Observatório Econômico. Santo André, 2003

SANTO ANDRÉ. *Boletim n°14 Observatório Econômico*. Santo André, 2006

SANTO ANDRÉ. *Boletim n°17 Observatório Econômico*. Santo André, 2008

SANTO ANDRÉ, *Lei n° 8696 de dezembro de 2004. Plano Diretor*. Disponível em : <[http://www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimedia/images/Lei8696_Plan o Diretor Sto Andre.pdf](http://www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimedia/images/Lei8696_Plan_o_Diretor_Sto_Andre.pdf)> Acesso em: 22 de Junho de 2008.

SANTO ANDRÉ, Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA. *Informes técnicos: Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, Projeto de Saneamento Integrado – PSI e Programa de Trabalho Social – PTS, referentes ao Aglomerado Subnormal do Complexo Jardim Irene no Município de Santo André*, 2005

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: EDUSP, 2004

SOUZA, Marcelo Lopes. *Desenvolvimento urbano: A problemática renovação de um "conceito" problema. Território/LAGET/UFRJ*. Rio de Janeiro, n.5 jul/dez. 1998.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Mapa da Exclusão/Inclusão Social na Cidade de São Paulo*: EDUC, 1996.

TAUK, Sãmira Maria; TORNISIELO; Gobbi, Nivar; FOWLER, Harold Gordon. *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. 2.ed. – São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

VARGAS, Helena Comim. “*Qualidade Ambiental Urbana: Em Busca de Uma Nova Ética*”. In: Anais do VII Encontro Nacional da Ampur - Porto Alegre: 24 a 28 de maio de 1999.

Sites consultados:

<http://www.sierraclub.org/john_muir_exhibit/>
Acesso em: 11 de setembro de 2008.

<http://en.wikipedia.org/wiki/Gifford_Pinchot>
Acesso em: 11 de setembro de 2008.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>>
Acesso em: 11 de setembro de 2008.

<<http://www2.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/agintern/meioamb/index.htm>>
Acesso em: 11 de setembro de 2008.

<<http://www.prefeituradesantoandre.sp.gov.br>>
Acesso em: 04 de abril de 2009.

ÍNDICE DAS SIGLAS

Região ABC – Região composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra	9
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	11
ONU – Organização das Nações Unidas	11
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	13
EUA – Estados Unidos da América	19
ECO-92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, RJ	24
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.....	24
CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	24

PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento	27
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	27
GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística	57
SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André	63
AEIS – Áreas Especiais de Interesse Sociais	64
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano	64
COMUL – Comissão Municipal de Urbanização e Legalização	65
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização	66
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil	73
EMEIF – Escola Municipal de Educação Infantil Fundamental	78
EMEIEF – Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental	78
EE – Escola Estadual	97
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social	99

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1: Aspectos a serem ponderados para a avaliação da qualidade de vida em espaços urbanos, baseado nos apontamentos do capítulo Qualidade de vida urbana	16
Quadro 2: Qualidade ambiental urbana. Destaca aspectos a serem analisados para a avaliação da qualidade ambiental urbana	27
Quadro 3: Desmembramentos municipais no Grande ABC	52
Quadro 4: Distribuição do 1º responsável por grau de instrução	66
Quadro 5: Distribuição do 2º responsável por grau de instrução	67
Quadro 6: Distribuição do 1º responsável por situação ocupacional	68
Quadro 7: Renda individual do 1º responsável	69
Quadro 8: Distribuição segundo renda familiar	71
Quadro 9: Renda per capita por domicílio	72
Quadro 10: Distribuição da População por grau de instrução	73
Quadro 11: Distribuição da População por estudar ou não	74
Quadro 12: Ocupação do Terreno	74
Quadro 13: Número de pavimentos	75

Quadro 14: Tipo de construção	76
Quadro 15: Tempo de residência no município por tipo de construção	77
Quadro 16: Condição de ocupação da casa	77
Quadro 17: Participa de grupos comunitários ?	79
Quadro 18: Conhece lideranças comunitárias na área?	79

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Santo André na Região Metropolitana de São Paulo, destacando a localização do Complexo Jardim Irene na macrozona urbana do município.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **42**

Figura 2: Mapa que delimita as macrozonas do Município de Santo André, conforme Plano Diretor de Santo André, 2004.

Fonte:http://www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimedia/images/mapa01_macrozoneamento.jpg, acesso em 11 de novembro de 2008**43**

Figura 3: Mapa da Macrozona Urbana do Município de Santo André, destacando a localização do Complexo Jardim Irene.

Fonte:

http://www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimidia/images/mapa03_ZEIS.jpg, acesso em 11 de novembro de 2008. **44**

Figura 4: Foto aérea do Complexo Jardim Irene com as delimitações de suas subdivisões e limites.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **45**

Figura 5: Sistema viário esquemático e lógica de ocupação

Fonte: Elaborado pela própria autora **46**

Figura 6: Vista de São Bernardo do Campo a partir do Complexo Jardim Irene em novembro de 2009.

Fonte: Própria autora. **47**

Figura 7: Região Metropolitana de São Paulo e destaque em vermelho da Região ABC.

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **51**

Figura 8: Declividade

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **83**

Figura 9: Implantação e áreas de risco potencial.

Fonte: Elaborado pela própria autora, com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **84**

Figura 10: Área de Preservação Permanente

Fonte: Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **85**

Figura 11: Rede viária de circulação existente e transporte coletivo

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **88**

Figura 12: Padrão Construtivo

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **90**

Figura 13: Uso do Solo.

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **93**

Figura 14: Equipamentos Sociais Públicos (Raio de 1.000 m)

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **95**

Figura 15: Vista da E.E. Professor Waldomiro Guimarães (CESA Cata Preta) na parte superior da foto e do Jardim Irene I abaixo, em novembro de 2009.

Fonte: Própria autora **96**

Figura 16: Equipamentos Sociais Públicos (Raio de 2.000 m)

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **98**

Figura 17: Barreiras urbanísticas

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **100**

Figura 18: Jardim Irene I

Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005 **101**

Figura 19: Esquema Jardim Irene I

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **102**

Figura 20: Vista da planície aluvial do córrego que drena o Jardim Irene, observando-se, ao fundo e à esquerda, porção sul da gleba.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **104**

Figura 21: Vista do Jardim Irene I a partir do Jardim Irene V em novembro de 2009.

Fonte: Própria autora **105**

Figura 22: Canalização do córrego no Jardim Irene I em novembro de 2009.

Fonte: Própria autora **105**

- Figura 23:** Córrego à esquerda da foto, junto a Rua Marcolino A. Moutinho no Jardim Irene I em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora 106
- Figura 24:** Caixa trafegável, guia, sarjeta e iluminação pública da Rua Águia Branca no Jardim Irene I em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora 106
- Figura 25:** Diagnóstico esquemático de água e esgoto esquemático – Jardim Irene I
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 107
- Figura 26:** Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 108
- Figura 27:** Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 108
- Figura 28:** Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 109
- Figura 29:** Vista da Rua Marcolino Antonio Moutinho.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 109
- Figura 30:** Lançamento de esgoto no córrego.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 110
- Figura 31:** Lançamento de esgoto no córrego.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 110
- Figura 32:** Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... 111
- Figura 33:** Vista geral da área indicada.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 111

Figura 34: Vista geral da área indicada. Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	112
Figura 35: Jardim Irene II Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005	113
Figura 36: Jardim Irene II esquemático. Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	114
Figura 37: Vista geral do Jardim Irene II a partir do Jardim Irene V em novembro de 2009. Fonte: Própria autora	116
Figura 38: Vista parcial da gleba, observando-se ao fundo topos arredondados de morro da Gleba IV. Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	116
Figura 39: Rua Caminho dos Vianas no Jardim Irene II em novembro de 2009. Fonte: Própria autora	117
Figura 40: Diagnóstico esquemático local de água esquemático – Jardim Irene II Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	118
Figura 41: Córrego André Magini, limite entre os Irenes I e II. Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	119
Figura 42: Vista geral Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	119
Figura 43: Vista geral Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	120
Figura 44: Desvio de água (final da Rua 1º de Maio) Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	120

Figura 45: Vista geral da Rua Bela Vista Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	121
Figura 46: Vista geral Rua Bela Vista Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	121
Figura 47: Vista do trecho final da Rua 1° de Maio (trecho sem rede de água) Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	122
Figura 48: Diagnóstico esquemático local do sistema de esgoto – Jardim Irene II Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	123
Figura 49: Vista geral da Rua Caminho dos Vianas Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	124
Figura 50: Vista da Rua 8 de Abril Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	124
Figura 51: Esgoto lançado a meio fio Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	125
Figura 52: Vista geral da área Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	125
Figura 53: Vista geral da Rua Levi de Souza Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	126
Figura 54: Esgoto coletado na Rua 5B e lançado em vielas no fundo das casas da Rua Caminho dos Vianas até a Rua 8 de abril. Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	127
Figura 55: Esgoto coletado na Rua 5B e lançado em vielas no fundo das casas da Rua Caminho dos Vianas até a Rua 8 de Abril. Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	127
Figura 56: Ramal superficial de esgoto Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	128

- Figura 57:** Vista geral da Rua 8 de Abril
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 128
- Figura 58:** Esgoto lançado a céu aberto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 129
- Figura 59:** Ligação precária de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 129
- Figura 60:** Jardim Irene III
Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005 130
- Figura 61:** Esquema Jardim Irene III
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 131
- Figura 62:** Vista parcial da gleba ao fundo, a partir do limite oriental da Gleba II. Toda porção extremo-oriental do morro, delimitada por via com alta declividade ao centro da foto, constitui-se em área de risco de escorregamentos.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 133
- Figura 63:** Anfiteatro de drenagem existente na porção ocidental da gleba, observando-se à meia encosta moradias em área de risco de escorregamentos. A porção do anfiteatro que se segue à esquerda da edificação maior ao centro está inserida na Gleba V.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 133
- Figura 64:** Jardim Irene III ao fundo. Foto tirada a partir do Jardim Irene II, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora. 134
- Figura 65:** Ocupação junto ao córrego na divisa entre o Jardim Irene II e Jardim Irene III, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora 134

- Figura 66:** Vista geral do Jardim Irene III e ao fundo parte do município de Santo André, em novembro de 2009.
Fonte: Própria autora. **135**
- Figura 67:** Diagnóstico esquemático local água e esgoto – Jardim Irene III
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **136**
- Figura 68:** Lançamento de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **137**
- Figura 69:** Rede clandestina de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **137**
- Figura 70:** Ligação inadequada de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **138**
- Figura 71:** Lançamento de esgoto a céu aberto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **138**
- Figura 72:** Rede clandestina de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005 **139**
- Figura 73:** Detalhe de ligação de água
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **139**
- Figura 74:** Ligação inadequada de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **140**
- Figura 75:** Lançamento de esgoto
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **140**
- Figura 76:** Jardim Irene IV
Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005..... **141**
- Figura 77:** Esquema - Jardim Irene IV

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	142
Figura 78: Rua Amazonas, trecho asfaltado, em novembro de 2009. Fonte: Própria autora.....	144
Figura 79: Rua Amazonas, trecho de terra, mais internamente ao setor, em novembro de 2009. Fonte: Própria autora.....	144
Figura 80: Vista parcial da gleba, sentido norte-sul, a partir de seu limite com a gleba II. Observar no sentido diagonal da foto linha de drenagem aterrada e ocupada por barracos e edificações. O renque de barracos situados no canto inferior direito da foto está contido em área de risco. Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005	145
Figura 81: Diagnóstico esquemático local água e esgoto – Jardim Irene IV Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	146
Figura 82: Lançamento de esgoto na encosta Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	147
Figura 83: Esgoto lançado na rua Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	147
Figura 84: Ligação incorreta de esgoto Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	148
Figura 85: Rede clandestina de água Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	148
Figura 86: Ligação clandestina de água Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	149
Figura 87: Ligação clandestina de água Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	149

- Figura 88:** Ligação clandestina de água
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **150**
- Figura 89:** Rede clandestina de esgoto
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **150**
- Figura 90:** Ramais de esgoto e água inadequados
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **151**
- Figura 91:** Ramais de esgoto e água inadequados
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **151**
- Figura 92:** Jardim IreneIV
 Fonte: Elaborado pela própria autora com base fornecida pela Prefeitura do Município de Santo André, 2005..... **152**
- Figura 93:** Esquema – Jardim Irene V
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005..... **153**
- Figura 94:** Áreas de risco associada à ocupação de setores de encostas relacionadas a anfiteatro de drenagem existente na porção extremo norte da gleba.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005. **155**
- Figura 95:** Rua Edson de Queiroz, divisa com São Bernardo do Campo, por onde passam ônibus do citado município, em novembro de 2009.
 Fonte: Própria autora. **155**
- Figura 96:** Muro de contenção na Rua Caminho dos Vianas , em novembro de 2009.
 Fonte: Própria autora. **156**
- Figura 97:** Rua Caminho dos Vianas , em novembro de 2009. Ao fundo vê-se o guardacorpo do muro de contenção citado.
 Fonte: Própria autora. **156**
- Figura 98:** Esquema Jardim Irene V

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	157
Figura 99: Ponto de lançamento de esgoto na encosta Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	158
Figura 100: Esgoto lançado a céu aberto entre casas Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	158
Figura 101: Esgoto lançado na rua Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	159
Figura 102: Rede de abastecimento de água clandestina Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	159
Figura 103: Rede água de São Bernardo do Campo Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	160
Figura 104: Lançamento de esgoto no córrego Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	160
Figura 105: Ramal de esgoto implantado paralelamente à rede oficial, lançado no córrego Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	161
Figura 106: Lançamento de esgoto no córrego Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, 2005.....	161

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do 1º responsável por situação ocupacional	68
Gráfico 2: Renda Individual do 1º responsável	70
Gráfico 3: Distribuição segundo renda familiar	71
Gráfico 4: Distribuição da população por Grau de Instrução	73
Gráfico 5: Distribuição segundo o número de pavimento	75
Gráfico 6: Distribuição segundo tipo de construção	76
Gráfico 7: Distribuição segundo condição de ocupação da casa	78

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)